

Tânia Cristina de Pinho Alves

# O Contributo das Iniciativas Comunitárias para o Desenvolvimento do Território

O caso do Município de Oliveira de Azeméis



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011



**Tânia Cristina de Pinho Alves**

# **O Contributo das Iniciativas Comunitárias para o Desenvolvimento do Território**

O caso do Município de Oliveira de Azeméis

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana (Ordenamento do Território e Desenvolvimento), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob a orientação do Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2011**

## **Agradecimentos**

- Ao Professor Doutor Paulo de Carvalho pela orientação e disponibilidade prestada ao longo desta dissertação.
- Aos meus Pais por todo o apoio dado ao longo de todo o trabalho e também nos momentos mais difíceis.
- Ao David uma palavra especial por todos os incentivos, sugestões e apoio incondicional ao longo do tempo e na realização deste trabalho.
- À amiga e colega Filipa Ribeiro que me apoiou desde o início deste curso.
- Ao Instituto Nacional de Estatística que desde a primeira hora disponibilizou toda a informação necessária para a elaboração deste trabalho.
- Ao Jornal “Correio de Azeméis”, pela disponibilidade demonstrada desde o início.
- Finalmente a todos aqueles que me são próximos e que sempre me incentivaram até ao fim deste trabalho.

## Resumo

O tema central desta dissertação está relacionado com a importância das iniciativas da União Europeia para a promoção do desenvolvimento dos territórios e das populações. No contexto de Portugal, enfatizamos os Programas Operacionais Regionais e a sua implementação no concelho de Oliveira de Azeméis, no período 2000-2006 e 2007-2013.

A política regional europeia assenta nos princípios orientadores de coesão, competitividade e cooperação territorial, e pretende reduzir as importantes assimetrias económicas, sociais e territoriais que ainda existem entre as regiões da Europa. Neste contexto, a dimensão territorial assume relevância na última década, no contexto do alargamento da União Europeia, de tal maneira que o Tratado de Lisboa a reconheceu como terceira dimensão da coesão.

A política regional (financiada através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão) é a expressão da solidariedade da União Europeia com os países e regiões menos favorecidos, que se manifesta através de programas integrados e, de forma complementar, é reforçada através de outros instrumentos para a promoção do desenvolvimento, orientados para domínios de intervenção específica como, por exemplo, os programas de iniciativa comunitária relacionados com o desenvolvimento rural (LEADER), as regiões de fronteira (INTERREG) e as áreas urbanas degradadas (URBAN), entre outros.

No caso de Portugal, identificamos e caracterizamos a estrutura e as ferramentas para promover o desenvolvimento do território nacional, em articulação com a União Europeia, e enfatizamos o modo como o nosso país respondeu às orientações estratégicas da União Europeia, nomeadamente no que diz respeito aos instrumentos de desenvolvimento territorial e sua articulação com a política regional.

Em relação ao município de Oliveira de Azeméis, analisamos com base na Sub-região do Entre Douro e Vouga, as suas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, acessibilidades e caracterização física.

A partir da análise da cidade de Oliveira de Azeméis, pretendemos explicitar a importância dos Quadros Comunitários na Região Norte e as intervenções apoiadas pelos Programas Operacionais Regionais, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-006) e Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013).

## **Abstract**

The central theme of this dissertation is related to the importance of EU initiatives to promote the development of territories and populations. In the context of Portugal, we emphasize the Regional Operational Programmes and their implementation in the municipality of Oliveira de Azeméis, in 2000-2006 and 2007-2013.

European regional policy is based on the guiding principles of cohesion, competitiveness and territorial cooperation and aims to reduce the significant economic disparities, social and territorial disparities that still exist between the regions of Europe. In this context, the territorial dimension is relevant in the last decade in the context of EU enlargement, so that the Lisbon Treaty recognized as the third dimension of cohesion.

Regional policy (funded through the European Regional Development Fund, European Social Fund and Cohesion Fund) is an expression of EU solidarity with the disadvantaged countries and regions, which manifests itself through integrated programs and, complementarily, is reinforced through other instruments for the promotion of development, oriented to specific policy areas such as the Community Initiative programs relating to rural development (LEADER), the border regions (INTERREG) and deprived urban areas (URBAN), among others.

For Portugal, we identified and characterized the structure and tools to promote the development of the national territory, in conjunction with the European Union, and emphasize how our country responded to the strategic guidelines of the European Union, particularly with regard to instruments of regional development and its relationship with regional policy.

In relation to the municipality of Oliveira de Azeméis, analyzed based on the sub-region of Entre Douro e Vouga, their socio-economic and demographic dynamics, accessibility and physical characterization.

From the analysis of the city of Oliveira de Azeméis, we intend to explain the importance of Community Boards in the North and interventions supported by the Regional Operational Programmes under the Community Support Framework III (2000-2006) and the National Strategic Reference Framework (2007 to 2013).

## 1. Introdução

«O ordenamento do território é a arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento».

Jorge Gaspar, 1995: 5

### 1.1. Tema e objectivo da investigação

O tema desta dissertação está relacionado com a importância das iniciativas comunitárias e dos instrumentos de gestão territorial para o desenvolvimento do território no âmbito regional e local, através do estudo de políticas, instrumentos e iniciativas.

As orientações das políticas regionais da Europa para o desenvolvimento territorial têm sido fundamentais para promover a coesão territorial. As iniciativas comunitárias têm sido um importante incentivo para os órgãos governamentais e para as autarquias locais.

O **objectivo** desta dissertação mostra como é importante valorizar o conceito de ordenamento do território e como aplicado no espaço consegue promover o desenvolvimento económico e social e posteriormente tornar o território mais homogéneo.

As novas formas de governar, têm enfatizado critérios importantes como o de sustentabilidade ambiental e coesão social e posteriormente passa a existir a necessidade de uma visão integrada e transversal das diferentes políticas sectoriais que actuam sobre o mesmo território.

Note-se que as autarquias locais têm uma postura muito interventiva, sendo necessário perceber quais as suas prioridades, como estes organismos aplicam e gerem as iniciativas comunitárias, os fundos estruturais e como se comportam de forma a promover o desenvolvimento do espaço urbano, sem esquecer o conceito de desenvolvimento sustentável.

“O planeamento urbano, como ferramenta nuclear da política de desenvolvimento sustentável, prefigura um excelente laboratório de análise para questionar modelos de desenvolvimento e reflectir sobre os mecanismos de envolvimento e participação pública dos cidadãos” (CARVALHO, 2006: 13).

Com base numa intensa análise bibliográfica, documentos orientadores e normativos, pretende-se então:

- Entender como a política regional da Europa tem vindo a evoluir até à actualidade;
- Demonstrar a importância dos instrumentos de gestão territorial à escala Nacional, Regional e Municipal em Portugal;
- Fazer uma análise das dinâmicas demográficas na sub-região do Entre Douro e Vouga (EDV) e no município de Oliveira de Azeméis nos últimos 100 anos.
- Ter uma percepção da importância dos sectores de actividade e que importância têm atingido nas ultimas duas décadas na sub-região do Entre Douro e Vouga e no município de Oliveira de Azeméis;
- Perceber qual a importância das iniciativas comunitárias e os fundos estruturais provenientes União Europeia para o desenvolvimento económico e social do país durante o Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III) e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Avaliar em que medida existem preocupações por parte dos órgãos locais, no âmbito das trajectórias de crescimento e desenvolvimento à escala local e sub-regional;

## **1.2. Âmbito da Investigação**

“Nos últimos anos reconheceu-se também a importância da dimensão territorial como perspectivas para investigar, interpretar e ajudar a conduzir o desenvolvimento” (CARVALHO, 2009: 23).

O enquadramento científico desta dissertação decorre no âmbito da Geografia, em particular ao ordenamento do território a diferentes escalas (nacional, regional e local), ao planeamento urbano e desenvolvimento local em áreas urbanas.

No âmbito desta investigação, o processo de gestão territorial envolve diferentes etapas: a importância de elaborar políticas de ordenamento do território, a preparação de planos e as iniciativas que pode desencadear, sendo que todos eles devem ser ajustados às condições do território e envolver diversos agentes territoriais.

O ordenamento territorial e o desenvolvimento socioeconómico são conceitos que sempre acompanharam o estudo de espaços urbanos em Geografia.



O espaço urbano é o território que aqui privilegiamos, onde pretendemos entender, como actuam os órgãos de gestão local, como foram evoluindo, quais os instrumentos de gestão territorial à escala municipal e perceber qual a importância da sustentabilidade urbana que depende essencialmente da aplicação de modelos de organização urbana.

“A partir do momento em que se considera a cidade como um sistema, isto é, não como um encontro ao acaso entre diferentes elementos, mas como uma estrutura coerente e dinâmica, pode ter-se a ambição de reproduzir o modelo, isto é, de fazer cidade” (GARNIER, 1997: 489).

As áreas urbanas são palcos de desenvolvimento territorial, de uma economia mais moderna e posteriormente de ter a influência de transformar a sociedade.

«A Geografia, através da sua capacidade para compreender a integração que se produz no território e prefigurar um conhecimento que permita concretizar estratégias territoriais sustentáveis, é uma das ciências que tem contribuído para a reflexão e a definição de experiências e instrumentos para melhorar a qualidade do território» (Carvalho, 2009: 24).

Neste contexto, Oliveira de Azeméis é o espaço urbano privilegiado para o estudo prático desta dissertação. Nos últimos anos, foi assistindo ao desenvolvimento do seu território, sendo favorecido pelos instrumentos de gestão territorial adequados ao espaço mas também pelos fundos provenientes da União Europeia.

A União Europeia com as suas políticas territoriais conseguiu uma abordagem eficaz através de novos agentes e formas de intervir no espaço, procurando conduzir uma acção integrada sobre os territórios.

Os novos equipamentos, melhores serviços e acessibilidades, a procura de um crescimento potencial demográfico e económico são essenciais para tornar o território mais equilibrado.

### **1.3. Metodologia**

Para esclarecer os objectivos da investigação estabeleceu-se uma metodologia constituída por diferentes técnicas:

– Análise de documentos, com base em publicações (livros, revistas, dissertações, jornais) em formato de papel e em formato digital, textos e vários documentos (incluindo alguns de carácter jurídico) consultados na internet;

– Abordagem dos instrumentos de gestão territorial a diversas escalas: Europeia, Nacional, Regional e Local;

– Análise de diversos elementos estatísticos publicados como o “Recenseamento Geral da População” (do Instituto Nacional de Estatística), dados sobre as obras financiadas no município de Oliveira de Azeméis disponibilizados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis;

– Elaboração de diversas tabelas, onde cada uma delas corresponde a uma temática e da forma mais completa possível. Isto facilita uma análise do tema, até porque cada uma delas apresenta características específicas;

– Elaboração de cartografia que nos permite ter uma fácil leitura das dinâmicas demográficas e económicas da Sub-região do Entre Douro e Vouga e do Município de Oliveira de Azeméis.

Algumas fontes serão referenciadas ao longo de toda a dissertação tendo como finalidade explicar, essencialmente no estudo de caso, conforme as problemáticas estudadas e as soluções encontradas.

#### **1.4. Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação está dividida em duas partes, mas por sua vez articulam em seis capítulos.

Neste **capítulo inicial**, fez-se uma apresentação síntese dos objectivos definidos para a tese, do âmbito e da metodologia de investigação e da respectiva organização.

O **segundo capítulo** atribui uma importância ao conceito de ordenamento e desenvolvimento territorial na União Europeia, no sentido de analisar as principais políticas de desenvolvimento e programas que foram sendo implantados para corrigir os desequilíbrios à escala europeia.

São evidenciados diversos agentes importantes para o ordenamento e desenvolvimento territorial tais como o desenvolvimento socioeconómico equilibrado, a síntese e o seu carácter voluntarista e prospectivo.

O **terceiro capítulo** retratará exclusivamente o ordenamento do território em Portugal. Pretende-se identificar e caracterizar os instrumentos de gestão territorial de acordo com os critérios, como a escala e a função.

O **quarto capítulo** recairá sobre uma análise da sub-região do Entre Douro e Vouga nomeadamente a sua localização geográfica, os concelhos que integram esta sub-região, a sua extensão territorial, as suas dinâmicas demográficas desde 1900 até aos dados provisórios do Recenseamento Geral da População 2011, e uma análise sobre as actividades económicas desta sub-região e qual a importância atribuída a cada sector de actividade.

Ainda neste capítulo iremos fazer uma análise ao município de Oliveira de Azeméis, nomeadamente as freguesias que compõem este município, dinâmicas demográficas da cidade e das respectivas freguesias (população residente e variação da população) e uma análise aos sectores de actividade (total de empresas e total de pessoas empregadas).

O **quinto capítulo**, remete para a análise dos Programas Operacionais da Região Norte, disponibilizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) desde 2000 até 2011, permitindo entender como foram aplicados e executados os fundos da União Europeia por parte da Câmara Municipal como também por outros organismos privados.

No **sexto capítulo**, serão apresentadas algumas ilações retiradas ao longo desta dissertação.

## **2. Ordenamento e Desenvolvimento Territorial da União Europeia**

Como refere CARVALHO (2009-a: 131), citando a Carta Europeia de Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1983), o “ordenamento do território é considerado uma ferramenta nuclear para reduzir as disparidades regionais, melhorar o uso e a organização espacial (considerando, de forma adequada, os aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais), proteger o ambiente e melhorar a qualidade de vida, num contexto de profundas modificações nas estruturas económicas e sociais dos países europeus e nas suas relações internacionais”.

Apesar de reconhecer a amplitude temática do ordenamento do território, entre as acções de regulação do uso do solo e as iniciativas de promoção do desenvolvimento, vamos adoptar esta última dimensão como preocupação central e perspectiva orientadora da nossa reflexão.

Assente em três pilares fundamentais: coesão, competitividade e cooperação territorial, as origens da política regional europeia remontam à assinatura do Tratado de Roma (1957), que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade da Energia Atómica (CEEA ou EURATOM), no qual, os Estados signatários reconheceram à partida a necessidade de se reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso através da redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas encaradas como regiões problema. Estavam assim dados os primeiros passos para o que viria a ser a política regional adoptada nas décadas seguintes e ao longo dos vários processos de alargamento do espaço comunitário europeu.

Actualmente, já como União Europeia, integra 27 Estados Membros que representam uma comunidade e um mercado interno de 493 milhões de cidadãos, o que potencia e deixa antever as disparidades económicas e sociais existentes entre os demais Estados Membros e as suas 271 regiões.

De acordo com o Tratado de Lisboa (em vigor desde 1 de Dezembro de 2009), a coesão económica, social e territorial é um dos domínios de competência partilhada entre a União Europeia e os Estados Membros, ou seja, a promoção do desenvolvimento é uma tarefa incontornável no sentido de reduzir as importantes disparidades económicas, sociais e territoriais que ainda existem entre as regiões da União Europeia.

A política regional é a expressão da solidariedade da UE com os países e regiões menos favorecidos, que se manifesta através de programas integrados. As verbas

provêm de três fontes diferentes, consoante o objectivo de financiamento e a região ou país beneficiário, a saber: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo de Coesão.

As despesas com a política regional para 2007-2013 representam cerca de um terço do orçamento da EU, isto é, cerca de 350 mil milhões de euros.

Ao mesmo tempo, a UE dispõe de outros instrumentos para a promoção do desenvolvimento, orientados para domínios de intervenção específicos, como acontece com o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) no contexto da política agrícola comum, e ainda com programas de iniciativa comunitária como o LEADER, URBAN, INTERREG, entre outros.

Após este preâmbulo, importa analisar de forma mais detalhada as políticas e os instrumentos de promoção do desenvolvimento no contexto da União Europeia.

Como referimos, a União Europeia tem vindo ao longo do tempo a estabelecer medidas que ajudam a reduzir as desigualdades (económicas, sociais e territoriais) no território europeu. Neste sentido, as primeiras políticas regionais da Comunidade Europeia para o desenvolvimento e ordenamento do território datam de 1957, com a definição do Fundo Social Europeu (FSE), o qual de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento n.º 1081/2006 de 5 de Julho de 2006, contribui para as prioridades da Comunidade no que respeita ao reforço da coesão económica e social, melhorando o emprego e as oportunidades de emprego, promovendo um elevado nível de emprego e mais e melhores empregos. Actua através do apoio às políticas dos Estados-Membros destinadas a atingir o pleno emprego e a qualidade e produtividade no trabalho, a promover a inclusão social, nomeadamente o acesso das pessoas desfavorecidas ao emprego, e a reduzir as disparidades de emprego a nível nacional, regional e local.

Durante o actual período execução das políticas públicas (2007-2013), a prioridade do FSE passa essencialmente pelo aumento da adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários, melhorando a antecipação e a gestão positiva das mudanças económicas. No quadro desta prioridade, o apoio do FSE concentra-se na modernização e no reforço das estruturas do mercado de trabalho, em medidas activas do mercado de trabalho e em acções de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente nas empresas.

Por sua vez, em 1962, foram criadas medidas para minimizar as desigualdades no sector agrícola. Foi então instituída no espaço comunitário, a Política Agrícola Comum (PAC). A finalidade da PAC passou pela criação de um mercado único de

produtos agrícolas, onde esses produtos pudessem circular livremente, segundo uma promoção à solidariedade financeira. A base de apoio financeiro para esta política foi estabelecida em 1964, com a criação do FEOGA.

Há 50 anos, a principal prioridade da PAC era produzir alimentos suficientes numa Europa que emergia de uma década de escassez causada pela guerra. O apoio à produção em grande escala e a compra de excedentes para garantir a segurança alimentar, pertencem já, em grande medida, ao passado.

Com a reforma “Agenda 2000” em 1999, verificou-se uma mudança de paradigma da PAC, promovendo-se agora a competitividade nos mercados mundiais da agricultura europeia e também uma nova política de desenvolvimento rural, encorajadora de diversas iniciativas rurais e, ao mesmo tempo, com a finalidade de ajudar os agricultores a reestruturarem as suas empresas, a diversificarem as actividades e a melhorarem a comercialização dos produtos.

A redefinição do papel da agricultura e a diversificação económica do mosaico rural europeu, tendo por base orientações ambientalistas, territorialistas e patrimonialistas, a crescente procura e valorização do espaço rural por parte da população urbana, e as reformas estruturais da União Europeia, conduziram a uma política integrada de desenvolvimento rural (CARVALHO, 2009-b).

A aprovação do Regulamento (CE) 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), é um marco decisivo neste domínio. Com o objectivo de cumprir as prioridades relativas à melhoria da competitividade e ao fomento do crescimento económico e do emprego que se estabeleceram no Conselho Europeu de Lisboa em 2001, e as prioridades relativas ao desenvolvimento sustentável e à integração dos aspectos ambientais nas políticas comunitárias, estabelecidas também no ano de 2001, no Conselho Europeu de Gotemburgo, o Regulamento propõe três eixos temáticos de actuação/objectivos fundamentais: o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; a melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da actividade económica no conjunto dos espaços rurais. Ao mesmo tempo, o FEADER criou um eixo transversal, não temático, de aplicação nos outros três eixos, inspirado na metodologia da iniciativa comunitária LEADER, com o objectivo de implementar estratégias locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local. Determina, ainda, a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico

Nacional para o Desenvolvimento Rural (que indique as suas prioridades temáticas e territoriais, tendo em conta as directrizes estratégicas da União Europeia), e um Programa Nacional ou um conjunto de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural (neste caso o Plano Estratégico Nacional deve constituir um quadro de referência, que permita estabelecer uma coordenação horizontal compatível com os programas regionais).

Deste modo, o novo Regulamento, que define as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 em resposta aos grandes objectivos políticos dos Conselhos Europeus de Lisboa e Gotemburgo, corresponde a um esforço para simplificar a normativa de desenvolvimento rural, estabelece a integração de todas as medidas de desenvolvimento rural no âmbito de um instrumento único, e concede uma importante margem de manobra aos Estados-membros para gerir esta política (CARVALHO, 2009-b).

No futuro, para que os objectivos da segurança alimentar, salvaguarda dos recursos naturais e o desenvolvimento territorial equilibrado sejam alcançados, a União Europeia, defende que a PAC deverá centrar-se em apoiar uma agricultura eficaz, tanto do ponto de vista económico como ecológico, preservando um sector agrícola sólido em todas as regiões, cenário que forçosamente passará por uma política agrícola comum forte para assim desenvolver o crescimento potencial de forma inteligente, sustentável e de forma inclusiva nas áreas rurais.

Depois da criação em 1968 da Direcção-Geral das Políticas Regionais, que tem por missão reforçar a coesão económica, social e territorial mediante a redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões e dos países da União Europeia e, dessa forma, contribuir positivamente para a economia europeia, em 1975 é criado um instrumento fundamental da política regional europeia: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Segundo o Regulamento n.º 724/75, o FEDER tinha como principal objectivo “a correcção dos principais desequilíbrios regionais na Comunidade, resultantes, nomeadamente, da preponderância das questões agrárias, de transformações industriais e do desemprego estrutural” (PIRES, 1998: 22).

Actualmente o FEDER, imbuído na prossecução da nova política regional europeia de onde se destacam como objectivos principais, a convergência, a competitividade regional e emprego e também a cooperação territorial europeia, financia:

- Ajudas directas aos investimentos realizados nas empresas (designadamente as PME), a fim de criar emprego duradouro;
- Infra-estruturas ligadas, nomeadamente, à investigação e à inovação, às telecomunicações, ao ambiente, à energia e aos transportes;
- Instrumentos financeiros (fundos de capital-risco, fundos de desenvolvimento local, etc.), a fim de apoiar o desenvolvimento regional e local e favorecer a cooperação entre as cidades e as regiões;
- Medidas de assistência técnica.

O FEDER concede, além disso, uma atenção especial às especificidades territoriais, procurando dar resposta aos problemas económicos, ambientais e sociais que caracterizam as cidades. As regiões com desvantagens geográficas ou naturais (regiões insulares, montanhosas ou pouco povoadas) beneficiam de um tratamento privilegiado, assim como as regiões ultraperiféricas beneficiam igualmente de uma ajuda específica do FEDER a fim de compensar o custo do afastamento.

Depois da redistribuição do crescimento económico no início da década de 70 do século XX, com a crise económica que se seguiu e que evidenciou os desequilíbrios económicos existentes, “as implicações sociais e territoriais desses desequilíbrios económicos ganharam uma nova dimensão, estabelecendo-se na década seguinte, uma maior proximidade entre as vertentes do “desenvolvimento regional» e do «ordenamento territorial” (COSTA, 2005: 260).

Assim a década de 80, como refere CARVALHO (2009-a: 1) “marca o início de um período muito importante no plano da afirmação política e social das preocupações relativas ao ordenamento e ao desenvolvimento do território”, destacando-se neste contexto, a assinatura (no seio do Conselho da Europa), a 20 de Maio de 1983 em Torremolinos, da Carta Europeia de Ordenamento do Território, que se revelou fundamental na definição de um novo quadro de políticas, destacando-se dois objectivos principais, por um lado, a cooperação regional transfronteiriça e transnacional, e por outro, a diminuição das desigualdades regionais à escala europeia.

Por sua vez, no ano de 1986 a 17 de Fevereiro, foi assinado o Acto Único Europeu, o qual revê os Tratados de Roma com o objectivo de relançar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno. Altera as regras de funcionamento das instituições europeias e alarga as competências comunitárias, nomeadamente no âmbito da investigação e desenvolvimento, do ambiente e da política externa comum.



Neste diploma ficou definido o reforço de se atingir a coesão económica e social do território europeu, “o que teve como efeito prático o desenvolvimento de uma abordagem integrada dos diferentes fundos estruturais” (PIRES, 1998, citado por COSTA, 2006: 261).

Ainda segundo COSTA (2006: 261), o Acto Único Europeu centrou-se essencialmente em cinco objectivos estratégicos:

- Promover o crescimento e ajustamento estrutural;
- Reconversão das regiões afectadas pelo declínio industrial;
- Combater o desemprego de longa duração;
- Facilitar a inserção profissional dos jovens;
- Acelerar a adaptação das estruturas agrícolas, sendo ainda considerado o objectivo 5b – promover o desenvolvimento das “zonas rurais”<sup>1</sup>.

No final da década de 80, foi criado o Quadro Comunitário de Apoio I (QCA) para o período 1989-1993. Este programa disponibilizado a todos os Estados Membros, visava apoiar financeiramente os sectores de actividade e a valorização dos recursos humanos.

As questões associadas à coesão e desenvolvimento do território e com a redução dos desequilíbrios regionais, mantiveram-se presentes como objectivos na década de 90 para a Comunidade Europeia.

Nesta época a Política Regional Europeia, para além da criação dos fundos estruturais, paralelamente, foram introduzidos outros programas e iniciativas comunitárias. Esses programas dividiram-se por diferentes categorias, tais como: o INTERREG (1990), direccionado para o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça e a ajuda às regiões situadas ao longo das fronteiras internas e externas da União Europeia, para ultrapassar os problemas resultantes do seu isolamento; o RECITE (1990) cujo objectivo é a cooperação entre cidades e regiões; o LEADER (1991) que se dirige ao desenvolvimento dos espaços rurais, e o URBAN (1994) direccionado para a recuperação e revitalização das áreas urbanas degradadas.

Em 1992, é assinado o Tratado da União Europeia, também conhecido por Tratado de Maastricht, que consagra a coesão como um dos objectivos essenciais da União, paralelamente à União Económica e Monetária e ao mercado único e instaura o

---

<sup>1</sup> Os objectivos 3, 4 e 5 aplicaram-se a todas as regiões, enquanto as restantes apresentavam um padrão geográfico específico.

Fundo de Coesão para dar apoio a projectos nos domínios do ambiente e dos transportes nos Estados-Membros menos prósperos.

É neste contexto que em 1994 o Regulamento n.º 1164/94 do Conselho, de 16 de Maio de 1994, institui o Fundo de Coesão, que co-financia até 85% das despesas elegíveis de projectos importantes nos domínios ambiente e das infra-estruturas de transportes de interesse comum, tendo como objectivo, promover a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros. São elegíveis os Estados-Membros menos prósperos cujo produto nacional bruto *per capita* seja inferior a 90 % da média comunitária, tendo sido destinado aquando da sua criação a países, como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

As políticas regionais europeias ganham assim um novo avanço e é neste contexto que são publicados pela Comissão Europeia dois documentos determinantes para o ordenamento e desenvolvimento territorial da Europa: o Europa 2000 e o Europa 2000+.

O primeiro veio demonstrar a importância de se definir uma estratégia para que a Comunidade Europeia obtivesse benefícios do Mercado Único, procurando em simultâneo que as regiões menos favorecidas participassem neste mercado, sendo mais uma forma de reforçar a coesão económica e social.

O segundo surgiu em função do primeiro, demonstrando a necessidade de reforçar as políticas de cooperação entre diferentes regiões da Europa e o “ordenamento como um vector transversal às diferentes políticas sectoriais” (COSTA, 2006: 261).

Em 1994, a União Europeia volta a reforçar os incentivos comunitários, através do Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II), para o período de 1994-1999. Este diploma ficou composto por catorze iniciativas comunitárias<sup>2</sup>, apoiando acções que contribuam para resolver problemas específicos com incidência a nível europeu. As suas áreas de intervenção distribuem-se por diferentes categorias:

- Desenvolvimento e cooperação transfronteiriça e transnacional;
- Desenvolvimento rural e urbano;
- Desenvolvimento de Regiões Ultra-Periféricas;
- Iniciativa de emprego e valorização de recursos humanos;
- Apoio a pequenas e médias empresas;

---

<sup>2</sup> As iniciativas comunitárias dividiram-se por: INTERREG II A, B e C; LEADER II; REGIS II; EMPREGO, ADAPT; RECHAR II; RESIDER II; KONVER; RETEX; PME; URBAN E PESCA.

- Modernização do tecido produtivo;
- Apoio ao sector das pescas.

No ano de 1999 é apresentada e aprovada a versão final do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), sob o desígnio: “Para um desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável do território da União Europeia”.

Para se chegar a este documento, foi necessário um debate de ideias intenso. As primeiras propostas que incidem no desenvolvimento espacial datam dos anos 1960-70, com, nomeadamente, o "Plano Europeu de Ordenamento do Território" do Parlamento Europeu. Por sua vez, os documentos "Europa 2000" e "Europa 2000+" da Comissão Europeia conferiram um impulso decisivo a favor da instauração de uma política concertada. O Conselho de Liège de 1993 representa o ponto de partida da elaboração do EDEC propriamente dito. A partir desse momento, as sucessivas presidências, assistidas pelo Comité de Desenvolvimento Espacial composto por representantes da Comissão e por funcionários nacionais, elaboraram diversos projectos ate à adopção final do EDEC, em Potsdam, em Maio de 1999, aquando do Conselho informal dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território.

O EDEC constitui assim um marco na política de ordenamento do território europeu, tendo como objectivo definir à escala da União Europeia, os objectivos políticos e princípios gerais de desenvolvimento espacial tendo em vista assegurar um desenvolvimento sustentável equilibrado do território europeu e respeitador da sua diversidade.

De uma forma mais específica, e dirigindo-se ao conjunto dos agentes implicados no desenvolvimento espacial aos níveis europeu, nacional, regional e local, os objectivos e as opções políticas do EDEC, são os seguintes: definição de um sistema urbano policêntrico e equilibrado; promoção de esquemas de transportes e de comunicação integrados que favoreçam um acesso equivalente às infra-estruturas e ao saber sobre o conjunto do território da União Europeia e por fim, a promoção do desenvolvimento e preservação da natureza e do património cultural.

Este documento orientador veio enfatizar nos discursos e nas políticas de ordenamento/desenvolvimento, conceitos como: policentrismo, relações urbano-rurais e desenvolvimento sustentável. Para além de ter permitido, a “afirmação da necessidade de uma política de coesão económica e social (e posteriormente de coesão territorial); a incorporação da componente territorial nas políticas sectoriais da União Europeia e o

reforço da componente de ordenamento nas políticas de cada país” (COSTA, 2005: 263).

Em Março de 1999, no Conselho de Berlim, é finalizado o acordo político sobre o programa de acção “Agenda 2000: Para uma União reforçada e alargada”, com o objectivo principal de preparar a União Europeia para o seu maior desafio, ao nível do reforço das suas políticas num contexto de adesão de novos membros, respeitando-se um quadro financeiro rigoroso.

Deste modo com a Agenda 2000, a União Europeia procurou reforçar as suas políticas comunitárias: tornando a PAC mais competitiva e melhorando a eficácia da política estrutural (fundos estruturais e de coesão); dotando a UE de um novo quadro financeiro para o período 2000-2006 e reforçando a estratégia de pré-adesão mediante a criação de duas alavancas financeiras, designadamente o Instrumento Estrutural de Pré-Adesão (ISPA) e o Programa Especial de Adesão para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural (SAPARD), completam o programa PHARE, que existe desde 1989, para promover o desenvolvimento económico e social e a protecção ambiental nos países candidatos da Europa Central e Oriental.

Face a este período 2000-2006 foi definido o Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III). Representa um dos programas específicos da União Europeia, destinados a dar resposta e a apresentar soluções para os principais problemas que afectam as várias regiões da Europa. Organizado por iniciativas comunitárias e fundos estruturais, neste quadro já é possível constatar as revisões que foram feitas pela Agenda 2000, passando a suas iniciativas comunitárias de catorze para apenas quatro: o INTERREG III, o URBAN II, o LEADER + e o EQUAL.

O programa de iniciativa comunitária INTERREG III (2000-2006), destaca a o contributo que a cooperação transfronteiras, transnacional e inter-regional representa para a integração e o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do território europeu. Os objectivos do INTERREG III passam pelo desenvolvimento da cooperação transfronteiriça e da ajuda às regiões situadas ao longo das fronteiras internas e externas da EU, para ultrapassar os problemas resultantes do seu isolamento.

Apostado em combater problemas de ordem económica, social e ambiental nos espaços urbanos, o programa URBAN II, ocupa-se igualmente da requalificação infra-estrutural desses mesmos espaços. Os objectivos do URBAN II, numa lógica de

revitalização económica e social das cidades e dos subúrbios em crise, a fim de promover um desenvolvimento urbano sustentável, prendem-se com:

- Elaboração e execução de estratégias inovadoras a favor de uma regeneração económica e social das pequenas e médias cidades ou dos bairros em crise nas grandes aglomerações;

- Reforço e intercâmbio de conhecimentos e de experiências relativas à regeneração urbana e ao desenvolvimento sustentável nas zonas em causa.

A iniciativa comunitária LEADER+, inscreve-se na política europeia de desenvolvimento rural, que constitui o segundo pilar da PAC. Para o período de 2000-2006, esta iniciativa é na sua essência um programa comunitário destinado à intervenção nas áreas rurais. Deste modo, o programa estabelece como prioridade, a valorização dos recursos específicos de um território rural, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento pertinente e adaptada ao contexto local, afirmando-se cada vez mais como condição obrigatória para a adaptação destes territórios a um contexto socioeconómico em plena mutação.

O objectivo do LEADER + consistia em incentivar os agentes rurais a reflectir sobre o potencial de desenvolvimento dos respectivos territórios numa perspectiva a mais longo prazo, de modo a aplicarem a estratégia por eles definida, experienciando assim novas formas de se valorizar o património natural e cultural, ao mesmo tempo que se reforçava o ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de emprego, contribuindo ainda para uma melhoria da capacidade organizacional da comunidade.

Relativamente ao programa EQUAL, este ocupa-se da promoção de novas práticas de luta contra as discriminações e desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado de trabalho, num contexto de cooperação nacional, incentivando a integração social e profissional dos requerentes de asilo.

Para financiar estes programas de iniciativa comunitária, a União Europeia utilizou como matriz o FEDER, o FSE, o FEOGA e o Instrumento Financeiro de Orientação das Pesca (IFOP).

O IFOP de todos os fundos estruturais é o mais recente. Foi criado em 1994 com o objectivo de financiar a actividade piscatória aplicado às áreas costeiras, de aumentar a competitividade no sector, desenvolver empresas economicamente viáveis para o desenvolvimento da pesca e conseguir manter um equilíbrio entre a actividade piscatória e os recursos disponíveis. Deste modo, este fundo estrutural apoia a

modernização da frota pesqueira, o desenvolvimento de aquicultura, protecção das zonas costeiras, reforço e melhoria das infra-estruturas dos portos e na promoção de produtos da pesca.

Em 2000, durante a presidência de Portugal da União Europeia, foi adoptada a “Estratégia de Lisboa”. Este projecto foi definido com a finalidade de atingir determinados objectivos de crescimento económico e tornar a União Europeia um espaço competitivo à escala global.

O projecto acabou por se tornar um dos principais marcos da União Europeia a nível da política de emprego, tornando-se uma referência para as políticas comunitárias nos seus diversos sectores. A “Estratégia de Lisboa” acabou por ser completada com o “Conselho Europeu de Estocolmo” e o “Conselho Europeu de Gotemburgo” a nível do desenvolvimento económico, coesão social e protecção ambiental.

Em 2005, no “Conselho Europeu de Março”, a “Estratégia de Lisboa” é revista e relançada, definindo-se novas linhas orientadoras para este projecto, nomeadamente o conhecimento e inovação, com o objectivo de tornar a União Europeia num espaço atractivo para se investir e trabalhar e reforçar o aumento de emprego em função da coesão social.

No Conselho de 6 de Outubro de 2006, são adoptadas as orientações estratégicas comunitárias para a coesão, que definem os princípios e as prioridades da nova política regional para 2007-2013. Neste conselho foi aprovada a programação financeira para o período 2007-2013, o que viria a dar origem ao actual quadro de aplicação das políticas públicas, onde foram estabelecidas as prioridades para a política regional europeia.

As orientações estratégicas para 2007-2013 centram-se em torno de três prioridades, designadamente:

- Reforço da capacidade de atracção dos Estados-Membros, das regiões e das cidades;
- Promoção da inovação, do espírito empresarial e do crescimento da economia do conhecimento;
- Criação de mais e melhores empregos.

Com base nestas prioridades, os objectivos estratégicos pretendem tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar; melhorar o conhecimento e a inovação; criar mais e melhores empregos e ter em linha de conta a dimensão territorial da política de coesão.

Assim, para o período 2007-2013, a política de coesão concentra-se em três grandes objectivos: convergência (solidariedade entre regiões), competitividade regional e emprego, e cooperação territorial europeia. O primeiro é apoiado pelo FEDER, FSE e FC; o segundo tem o apoio do FEDER e FSE; o terceiro conta apenas com o apoio do FEDER.

Neste contexto cada país estabelece um quadro de referência estratégico nacional (QREN). Este documento define a estratégia de cada país e propõe uma lista de programas operacionais que, por sua vez, apresentam as prioridades do país e/ou das regiões.

Em 2007, é assinado o Tratado de Lisboa, que viria a entrar em vigor a 1 de Dezembro de 2009. O Tratado confere à União o quadro jurídico e os instrumentos necessários para fazer face aos desafios futuros e responder às expectativas dos cidadãos, assente numa União Europeia mais democrática e transparente, mais eficiente, com direitos e valores, liberdade, solidariedade e segurança e com maior protagonismo mundial.

Face a essas expectativas, foram dadas respostas no sentido de:

- Estabelecer os mesmos direitos e deveres para todos os cidadãos europeus;
- Aumentar a democracia em toda a União Europeia;
- Reforçar o mercado interno;
- Proporcionar um crescimento económico e equilibrado;
- Promover um desenvolvimento sustentável;
- Apostar numa coesão económica, social e territorial.

Importa sublinhar que o Tratado de Lisboa introduziu (de forma efectiva) a dimensão da coesão territorial na agenda das preocupações da União Europeia, na sequência da reflexão em torno desta questão desde o início dos anos 90. Os eixos de discussão desta temática identificam objectivos como por exemplo aproveitar os pontos fortes de cada território, estabelecer um contacto mais estreito entre os territórios, e desenvolver a cooperação.

Em 2008, foi lançado pela União Europeia o “Livro Verde sobre a Coesão Territorial - Tirar Partido da Diversidade”. Este documento lançou um vasto processo de consultas, que continua até hoje, com reuniões periódicas de peritos de toda a Europa.

Como já referido a discussão sobre a coesão territorial teve início na década de 90 com a publicação dos documentos: Europa 2000, Europa 2000+ e mais tarde com a adopção do EDEC. Dada a importância crescente da coesão territorial, esta passou a figurar no Tratado de Lisboa, constituindo a terceira dimensão da coesão, a par da coesão económica e da coesão social.

A coesão territorial é entendida como a procura de se alcançar o “desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um factor de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a UE” (DGOTDU, 2007).

Para tal, é necessário transformar em vantagem a diversidade territorial que caracteriza a UE, através de políticas flexíveis e diferenciadas que permitam obter resultados a longo prazo. A coesão territorial pressupõe deste modo, uma adaptação às realidades e aos desafios actuais.

A temática da coesão territorial traz assim à Política Regional Europeia novos temas ao debate e coloca nova ênfase nos existentes. A coesão territorial destaca a necessidade de uma abordagem integrada para a resolução dos problemas à escala geográfica mais adequada, o que pode exigir a cooperação das autoridades locais, regionais e mesmo nacionais.

No entanto, o fomento da cooperação transfronteiriça, transregional e transnacional poderá levantar algumas questões de governança. Do mesmo modo, a melhoria da coesão territorial passa por uma coordenação mais eficaz entre as políticas sectoriais e territoriais e por uma maior coerência das intervenções territoriais. Contudo, o objectivo da coesão territorial só provavelmente poderá ser realizado se as políticas correspondentes forem definidas e realizadas de modo mais participado.

Neste sentido e, apesar do “Livro Verde sobre a Coesão Territorial” constituir mais um marco da União Europeia ao nível da sua política regional, ainda se levantam algumas questões quanto ao caminho a seguir rumo à coesão territorial.

Por último, importa referir que a União Europeia, no âmbito da Estratégia Europa 2020, para a promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, traçou objectivos ambiciosos (que vão influenciar os apoios a todas as regiões) a alcançar até 2020 em cinco áreas principais:



– Emprego (75% da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada);

– Inovação (3% do PIB da UE deve ser investido em Investigação e Desenvolvimento);

– Alterações climáticas (devem ser cumpridos os objectivos «20/20/20» em matéria de clima e energia);

– Educação (os índices de abandono escolar devem ser inferiores a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem de dispor de um diploma do ensino superior ou equivalente);

– Pobreza (redução da pobreza, com o objectivo de resgatar no mínimo 20 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão).

A política de coesão deve proporcionar o quadro de investimento e sistema de execução necessários ao cumprimento destes objectivos (UE, 2011) que são, afinal, a estratégia de crescimento da União Europeia para a próxima década.

### **3. Ordenamento e Desenvolvimento do Território em Portugal**

A política de promoção do desenvolvimento, nomeadamente a política regional e a política agrícola e de desenvolvimento rural, envolve todos os níveis de intervenção, desde a União Europeia até ao nível local. Tem como base jurídica o Tratado da UE, as suas prioridades são definidas pela UE e é executada por intervenientes nacionais e regionais em parceria com a Comissão Europeia.

Neste sentido, entendemos pertinente utilizar o exemplo de Portugal no sentido identificar e caracterizar a estrutura e as ferramentas para promover o desenvolvimento do território nacional, em articulação com a União Europeia.

Segundo a Constituição da República Portuguesa, a qual representa o principal documento legislativo nacional, de acordo com o disposto na al. e) do artigo 9.º, é reconhecido que uma das tarefas fundamentais do Estado passa pela protecção e valorização do património cultural, pela defesa da natureza e ambiente, pela preservação da natureza e ambiente, assim como pela preservação dos recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território.

Como refere ALVES (2001: 102), na Constituição “estão consagradas, de forma inequívoca as bases de um modelo virtual de organização do território. A este modelo estão associados objectivos gerais, assentes em princípios de igualdade, justiça económica e social, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida, do aumento do bem-estar social e da defesa do interesse público colectivo. Este conjunto de princípios e objectivos constitui o fundamento, a base, para as políticas de planeamento e ordenamento do território”.

No entanto, até à Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) (Lei n.º 48/98), “Portugal não dispôs de um instrumento legal, de âmbito geral, para o enquadramento estratégico do ordenamento do território” (GASPAR e SIMÕES, 2006: 268).

Foi então formalizado neste documento o enquadramento legal das políticas de ordenamento territorial e urbanismo em Portugal, documento esse que “define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos” (Lei n.º 48/98, artigo 1.º, n.º 2), e que como acima

referido tem na sua essência muitos dos desígnios definidos não só pela Constituição da República Portuguesa, como também da Política Regional Europeia.

De acordo com o disposto no artigo 3.º da Lei n.º48/98, a política de ordenamento do território e de urbanismo visa essencialmente:

- a) Reforçar a coesão territorial, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- b) Promover a valorização integrada das diversidades do território nacional;
- c) Assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a humanização das cidades e a funcionalidade dos espaços edificados;
- d) Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural;
- e) Promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais;
- f) Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos e promover a coerência dos sistemas em que se inserem;
- g) Salvaguardar e valorizar as potencialidades do espaço rural, contendo a desertificação e incentivando a criação de oportunidades de emprego;
- h) Acautelar a protecção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da acção humana.

A aprovação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) decorre do Decreto-Lei n.º 380/99 e de acordo com o artigo 1.º do referido diploma, este desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

Nesta perspectiva, a política de ordenamento do território e de urbanismo em Portugal assenta num sistema de gestão territorial estruturado num quadro de interacção coordenada, em três escalas de análise: nacional, regional e municipal, materializada através de um conjunto coerente e racional de instrumentos de gestão territorial, os quais devem explicitar de forma rigorosa e objectiva os fundamentos das respectivas previsões, indicações e determinações, a estabelecer com base no conhecimento sistematicamente adquirido.

No âmbito nacional, o sistema de gestão territorial é concretizado através dos seguintes instrumentos: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Planos Sectoriais com incidência territorial (PS) e Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT).

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), segundo o artigo 26.º do RJIGT, “estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia”.

Como objectivos principais o PNPOT visa (Decreto-Lei n.º 380/99, artigo 27.º):

- a) Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da União Europeia;
- b) Garantir a coesão territorial do País atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades;
- c) Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social;
- d) Articular as políticas sectoriais com incidência na organização do território;
- e) Racionalizar o povoamento, a implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes;
- f) Estabelecer os parâmetros de acesso às funções urbanas e às formas de mobilidade;
- g) Definir os princípios orientadores da disciplina de ocupação do território.

Aprovado a 4 de Setembro de 2007 pelo Decreto-Lei n.º 58/2007, de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º, no PNPOT são apresentados os objectivos estratégicos para Portugal, os quais constituem o quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial:

- a) Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;
- b) Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;

c) Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;

d) Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;

e) Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública;

f) Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Em suma, com a aprovação do PNPOT, modificou-se substancialmente a matriz do planeamento no nosso ordenamento jurídico, na medida em que, passou a existir um “documento que em coordenação com os demais instrumentos estratégicos com repercussão territorial, identifica os principais problemas de ordenamento do território e define as primordiais opções estratégicas e operativas a serem levadas a cabo para os corrigir” (LOPES, 2010: 95), numa lógica de coesão territorial.

Relativamente aos Planos Sectoriais com incidência territorial, estes são essencialmente instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território, daí a sua designação.

Mais concretamente, são considerados planos sectoriais, os planos ou estratégias de desenvolvimento respeitantes a diversos domínios, nomeadamente os sectores dos transportes, das comunicações, da energia e recursos geológicos, da educação e formação, da cultura, da saúde, da habitação, do turismo, da agricultura, do comércio, da indústria, das florestas e do ambiente, assim como, os planos de ordenamento sectorial e os regimes territoriais definidos ao abrigo de lei especial e ainda as decisões sobre a localização e a realização de grandes empreendimentos públicos com incidência territorial.

Deste modo, de acordo com o artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 380/99, os Planos Sectoriais estabelecem as opções sectoriais e os objectivos a alcançar no quadro das directrizes nacionais aplicáveis; as acções de concretização dos objectivos sectoriais estabelecidos; a expressão territorial da política sectorial definida; a articulação da política sectorial com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

Por sua vez, os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), instrumentos de natureza regulamentar, têm em vista a prossecução de objectivos de

interesse nacional com repercussão espacial, não só estabelecendo os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, como também assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território. “Está em causa salvaguardar objectivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada, bem como a tutela de princípios fundamentais consagrados no PNPTOT não assegurados por PMOT” (CARVALHO, 2009-c: 65).

Constituem Planos Especiais de Ordenamento do Território, os planos de ordenamento de áreas protegidas (POAP), os planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas (POAAP) e os planos de ordenamento da orla costeira (POOC). A estes instrumentos de natureza especial, acresce ainda os planos de ordenamento dos parques arqueológicos (POPA), que até ao momento ainda não foi posto em prática.

De acordo com o disposto no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 380/99, é da competência dos PEOT estabelecer os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.

No âmbito regional, destacam-se os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), sendo que actualmente a sua elaboração é da responsabilidade das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Os PROT assumem-se como os instrumentos de gestão territorial responsáveis pela definição da estratégia para o desenvolvimento e organização regional, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e consideram as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo de igual modo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

Deste modo, os Planos Regionais de Ordenamento do Território têm por objectivo:

a) Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes no programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais;

b) Traduzir, em termos espaciais, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável, formulados no plano de desenvolvimento regional;

c) Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;

d) Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Assim, é da competência dos PROT a definição do modelo de organização territorial à escala regional.

No âmbito municipal, começamos por referir os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT), que de acordo com o n.º 1 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 380/99, representam os instrumentos de desenvolvimento territorial responsáveis pela articulação entre o plano regional e os planos municipais de ordenamento do território, no caso de áreas territoriais que, pela interdependência dos seus elementos estruturantes, necessitam de uma coordenação integrada, em particular quando o PIMOT abrange a totalidade ou parte das áreas territoriais pertencentes a dois ou mais municípios vizinhos.

“No essencial visa articular estratégias de desenvolvimento económico e social dos municípios envolvidos, designadamente nos seguintes domínios: protecção da natureza e garantia da qualidade ambiental; coordenação da incidência intermunicipal dos projectos de redes, equipamentos, infra-estruturas e distribuição das actividades industriais; definição de objectivos em matéria de acesso a equipamentos e serviços públicos” (CARVALHO, 2009-c: 66).

Segundo LOPES (2010: 103), “a maior visibilidade que estes planos podem ter, depende de uma maior consciência dos benefícios que as parcerias públicas poder trazer ao nível do território e a nível financeiro, bem como do entendimento daqueles planos como *instrumento normal* de acção concertada dos Municípios”.

Neste contexto de escala municipal, é preciso referir ainda os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios e que “estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental”, de acordo com o n.º 2 do artigo 69.º do D.L n.º 380/99.

Os PMOT encontram-se estruturados em categoriais distintas: Plano Director Municipal (PDM), Plano de Urbanização (PU) e Plano de Pormenor (PP).

Os Planos Directores Municipais, de elaboração obrigatória, estabelecem essencialmente o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção.

Os Planos de Urbanização (PU) concretizam, “para uma determinada do território municipal, a política de ordenamento do território e de urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território” (LOPES, 2010: 108).

Estes planos têm vindo a conhecer ao longo do tempo alguns ajustes no que respeita à sua área de intervenção. As sucessivas alterações da legislação portuguesa têm vindo a atribuir-lhe um maior âmbito de aplicação. Este plano que era “exclusivo das áreas urbanas”, com o Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, permitiu que se pudesse intervir em áreas rurais. Por intermédio do Decreto-Lei n.º 316/2007, passou este plano a abranger outras áreas do território municipal, que de acordo com normas e estratégias estabelecidas no PDM, possam ser destinadas a usos e funções urbanas, como sucede com empreendimentos turísticos ou parques industriais.

Os Planos de Pormenor, por seu turno, desenvolvem e concretizam propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal, definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do plano director municipal e do plano de urbanização. O PP pode ainda desenvolver e concretizar programas de acção territorial (n.º 1 e n.º 2 do artigo 90º do D.L n.º 380/99).

Por outro lado, com base no artigo 8.º da Lei n.º 48/98, citado por CARVALHO (2009-c: 68), os instrumentos de gestão territorial podem ser classificados de acordo com as funções diferenciadas que desempenham, a saber:

a) Instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, que traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território (PNPOT, PROT e PIMOT);

b) Instrumentos de planeamento territorial, de natureza regulamentar, que estabelecem o regime de uso do solo (PDM, PU e PP);

c) Instrumentos de política sectorial, que programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial (Planos Sectoriais);

d) Instrumentos de natureza especial, que estabelecem um meio supletivo de intervenção do Governo apto à prossecução de objectivos de interesse nacional (POAP, POAAP, POOC e POPA).



Na linha de preocupações desta investigação importa, ainda, referir o modo como Portugal respondeu às orientações estratégicas da União Europeia, nomeadamente no que diz respeito aos instrumentos de desenvolvimento territorial e sua articulação com a política regional.

A partir do final da década de 80, teve início uma nova fase para o desenvolvimento do território: o início dos ciclos dos quadros comunitários em Portugal. “Passou a apoiar uma maior diversidade de sectores e a intervir de forma mais estruturada. Pretendem-se introduzir métodos e abordagens inovadoras, bem como formas de gestão, acompanhamento e avaliação mais descentralizadas e apelar a uma participação mais efectivas dos actores locais e dos agentes económicos” (JACINTO, 1993, citado por GASPAR e SIMÕES, 2006: 220).

Em 1989 surge o Programa de Desenvolvimento Económico e Social regionalmente Diferenciado (PRO.DES.RES.DI), integrando três peças importantes: as Grandes Opções a Médio Prazo (GOP), o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e os Programas Operacionais de âmbito sectorial e regional (corporizando o PDR).

O primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) foi estabelecido para o período de 1989-1993. O PDR é consagrado o eixo mais vocacionado para o desenvolvimento regional e/ou sub-regional.

Perante esta consagração, vieram a ter acolhimento no QCA I eixos de intervenção para o desenvolvimento territorial, nomeadamente:

- Assegurar a correcção progressiva dos desequilíbrios internos;
- Reconversão e reestruturação industrial;
- Desenvolvimento das potencialidades para o crescimento das regiões e para o seu desenvolvimento local.

Nesta linha orientadora de desenvolvimento territorial e sua articulação com a política regional, foi estabelecido o QCA II para 1994-1999. Tal como aconteceu anteriormente, o PDR continuou a ser a base para a coesão regional.

Os objectivos principais desta nova forma de intervenção de carácter regional incidiram-se sobre:

- Reforço da economia regional, através da construção de infra-estruturas de apoio ao sector económico (transportes e equipamentos) e apoio às empresas e dos agentes económicos das regiões;

– Fixar a população nas áreas menos desenvolvidas de forma a evitar o seu despovoamento, principalmente no interior do país e descentralizar a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;

– Melhorar a qualidade de vida das populações em causa, especialmente as questões ambientais.

Em 1999, seria elaborado e apresentado à Comissão Europeia o PDR para 2000-2006, que consagraria as suas intervenções de base regional. Em função disto, viria então a surgir o QCA III.

No âmbito deste novo ciclo de quadro comunitário, foram introduzidos novos eixos de intervenção, nomeadamente:

– Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal;

– Privilégio a novos conceitos de acções territorializadas: As Acções Integradas de Base Territorial (AIBT), Pactos para o desenvolvimento e Programas de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades (Programa Polis);

– Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas.

No final de 2006, no âmbito da política regional seriam definidos novas estratégias e prioridades para 2007-2013, dando origem um novo período de programação das políticas públicas, onde a sua base continuaria a ser a coesão regional.

Em Portugal, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades, assim como do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

Neste sentido, o QREN é composto por programas operacionais e fundos estruturais, direccionado para três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que por sua vez incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

Os programas operacionais estabelecidos para o QREN foram nomeadamente: Programa Operacional Regional do Continente (para cada região e regiões autónomas), o Programa Operacional de Potencial Humano (POPH), o Programa de Valorização do Território (POVT) e o PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural).

O Programa Operacional Regional do Continente, reforça o desenvolvimento económico, social e sustentado da região de cada país, enquanto o POPH visa estimular

o potencial de crescimento sustentado da economia dos Estados Membros e combater a baixa qualificação dos cidadãos.

Relativamente ao POVT as suas linhas orientadoras focam-se na criação de infra-estruturas para a competitividade territorial, criar condições de abastecimento de água e saneamento, criação de redes e equipamentos estruturantes de transportes, prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos e desenvolvimento do sistema urbano nacional.

Por sua vez, o PRODER incide na sustentabilidade do espaço rural e na dinamização das áreas rurais.

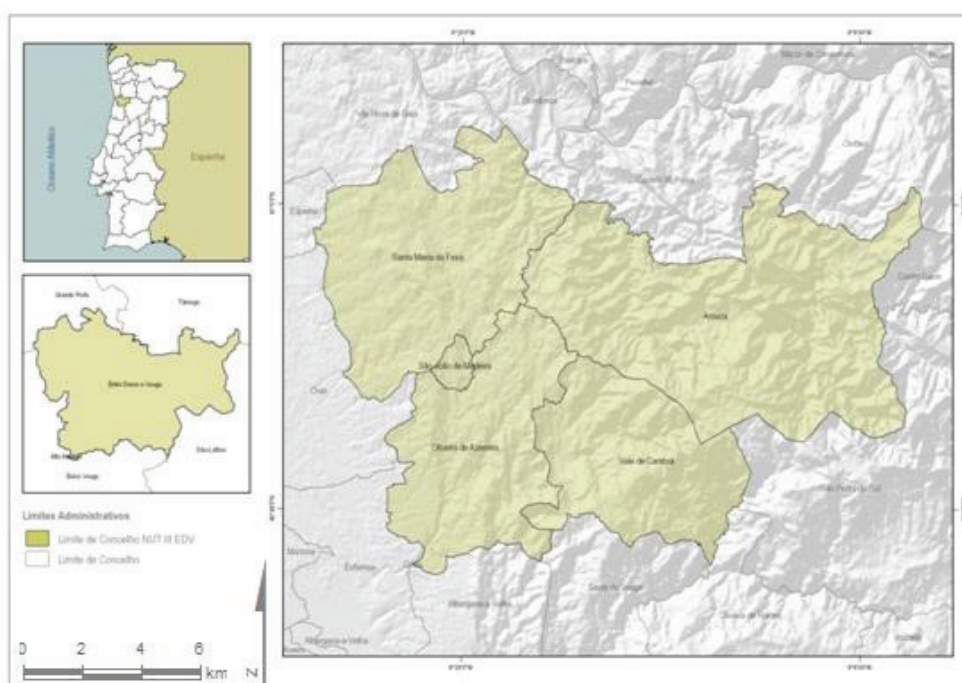
Quanto aos fundos estruturais, foram inseridos neste programa de incentivo comunitário: o FEDER, O FSE, o FC e surge um novo criado em 2007, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Os três primeiros mantêm os seus princípios orientadores e o FEADER surge como uma nova base para a reestruturação do sector agrícola e florestal e uma melhor gestão do espaço rural.

Após este percurso em torno da componente teórica que suporta a nossa investigação, vamos explicitar a importância e os efeitos de instrumentos de natureza estratégica, a partir do exemplo de Oliveira de Azeméis. Pretendemos analisar instrumentos de desenvolvimento territorial, nos períodos de programação 2000-2006 e 2007-2013, designadamente os que estão relacionados com os programas operacionais regionais (Norte).

#### 4. Enquadramento Geográfico da Sub-região de Entre Douro e Vouga

Localizada no sector Sudoeste da Região Norte (NUT II), a Sub-região do Entre Douro e Vouga (EDV), é delimitada a Norte pelas Sub-regiões do Grande Porto e Tâmega, a Este pela Sub-região de Dão-Lafões e pela Sub-região do Baixo Vouga, a Sul e Oeste.

Com uma área territorial de 860,5 km<sup>2</sup>, o que representa apenas 4% de toda a Região Norte, a sub-região subdivide-se administrativamente pelos Concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra (figura 1).



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 1** - Enquadramento Geográfico da sub-região do Entre Douro e Vouga

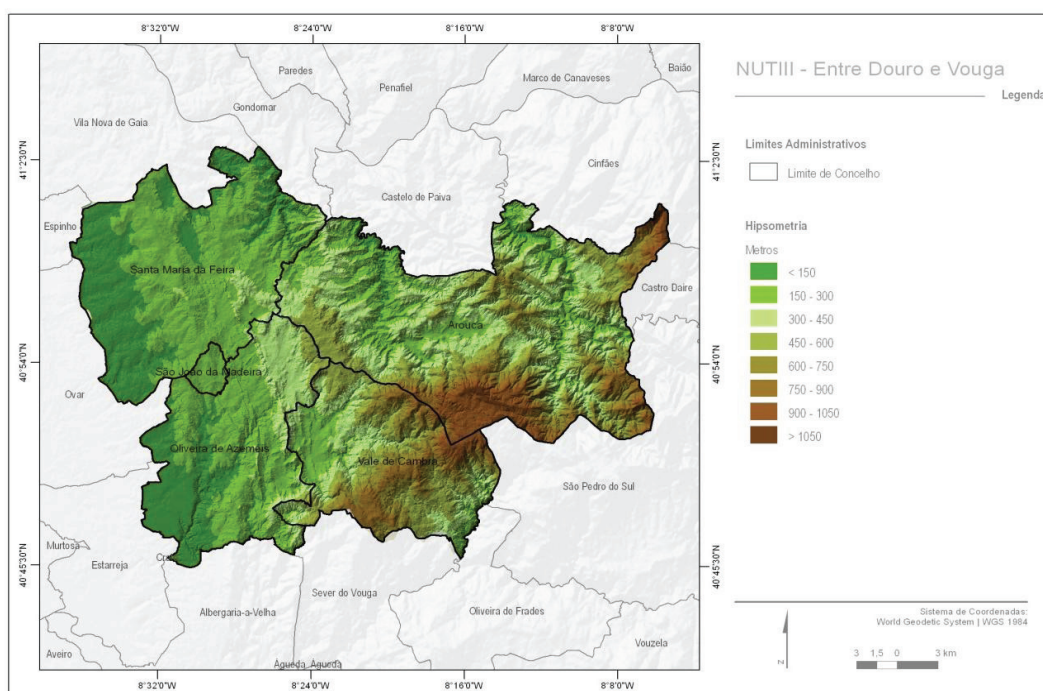
Trata-se de uma sub-região bastante diversificada em termos físicos e humanos, diversidade essa presente nos principais traços geo-humanos que mais não são do que o resultado de um longo processo evolutivo e que marcam a identidade deste território.

Do ponto de vista físico, este território é marcado por dois sectores com características morfológicas contrastantes. Por um lado, o sector ocidental, que se desenvolve pelos terrenos da Orla Meso-Cenozóica, e por outro lado, a metade leste que representa o limite ocidental do Maciço Hespérico.

Deste modo, o sector ocidental da Sub-região, apresenta um relevo pouco movimentado, com declives pouco significativos e altitudes inferiores a 300 metros. Por seu turno, no sector oriental a paisagem modifica-se por completo (figura 2).

Domina uma morfologia muito acidentada, relacionada com o Maciço da Gralheira (Serra da Freita e do Arestal) e mesmo ainda numa pequena área com a vertente ocidental da Serra de Montemuro, que numa análise de conjunto, integram as Montanhas Centro-Occidentais. Estes importantes relevos, com comandos de vertente muito significativos, reflectem-se em declives muito acentuados, apresentando altitudes superiores a 750 metros, alcançando os 1000 metros nos cimos aplanados da Serra da Freita.

Estes espaços de montanha, ocupam uma grande percentagem territorial dos municípios de Arouca e Vale de Cambra, o que como se verá ao longo deste trabalho, terá condicionado toda a dinâmica demográfica e socioeconómica deste sector da sub-região de Entre Douro e Vouga.



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 2 -** Mapa Hipsométrico da sub-região do Entre Douro e Vouga

Em termos territoriais, os Concelhos de Arouca e Santa Maria da Feira são os que apresentam maior extensão territorial, com 329km<sup>2</sup> e 215,9km<sup>2</sup>, respectivamente.

Oliveira de Azeméis apresenta-se como o terceiro município, com 161,1km<sup>2</sup> de área, seguido de Vale de Cambra (146,5km<sup>2</sup>). São João da Madeira com apenas uma freguesia é o município com menor área (7,9 km<sup>2</sup>) de toda a sub-região (quadro 1)

Analisando-se a densidade populacional, verifica-se que em termos nacionais o valor médio é de 115,4 hab/km<sup>2</sup>, sendo de 176 hab/km<sup>2</sup> na Região Norte (NUTII) e de 336 hab/km<sup>2</sup> na Sub-região de Entre Douro e Vouga.

A análise efectuada coloca em evidência a elevada densidade populacional que caracteriza este espaço e conseqüentemente a forte dinâmica territorial que apresenta, com uma densidade populacional superior à verificada, tanto a nível nacional, como regional. No entanto, descendo à escala dos municípios que integram a sub-região, são evidentes algumas assimetrias, tornando-se evidente a influência do relevo muito acidentado no sector oriental (Serra da Freita) na redução da densidade populacional.

Deste modo, dadas as suas características particulares, o Concelho de São João da Madeira, apresenta um valor elevadíssimo, com 2744,2 hab. /Km<sup>2</sup>, assumindo-se como uma das cidades de maior importância da sub-região. O Concelho de Santa Maria da Feira apresenta a segunda maior densidade populacional, com 687,7 hab. /Km<sup>2</sup>, seguido de Oliveira de Azeméis com 441,2 hab. /Km<sup>2</sup>. Quanto aos Concelhos de Vale de Cambra (165,6 hab. /Km<sup>2</sup>) e Arouca (71,6 hab. /Km<sup>2</sup>), representam os menores valores de densidade populacional de todo o Entre Douro e Vouga.

**Quadro 1 - Dados Territoriais do EDV (2009)**

Distribuição Geográfica	População Residente	Área km <sup>2</sup>	Nº de Freguesias	Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> )
<b>Portugal</b>	10 637 713	92 207,4	4241	115,4
<b>Região Norte</b>	3 745 575	21 283,9	2023	176
<b>Entre Douro e Vouga</b>	289 150	860,5	80	336
Arouca	23 559	329,1	20	71,6
Santa Maria da Feira	148 449	215,9	31	687,7
Oliveira de Azeméis	71 075	161,1	19	441,2
São João da Madeira	21 797	7,9	1	2 744,2
Vale de Cambra	24 270	146,5	9	165,6

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (2009), Lisboa INE

## 4.1. Caracterização Demográfica da Sub-região de Entre Douro e Vouga

### 4.1.1. Evolução demográfica

A Sub-região de Entre Douro e Vouga, apresenta no ano de 2011 (segundo dados provisórios), uma população residente de 275117 habitantes, o que no contexto da Região Norte representa cerca de 7,4% da população total (quadro 2).

No contexto da Sub-região, são os Concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis que apresentam os maiores quantitativos populacionais, com 50,6% e 25%, o que corresponde a 139 393 e 68 825 habitantes, respectivamente, no ano de 2011. Por seu turno, os Concelhos de São João da Madeira (21685), Vale de Cambra (22862) e Arouca (22352), apresentam menor peso demográfico, correspondendo a 7,9%, 8,3% e 8,1%, respectivamente, embora se deva ter em consideração o caso particular de São João da Madeira.

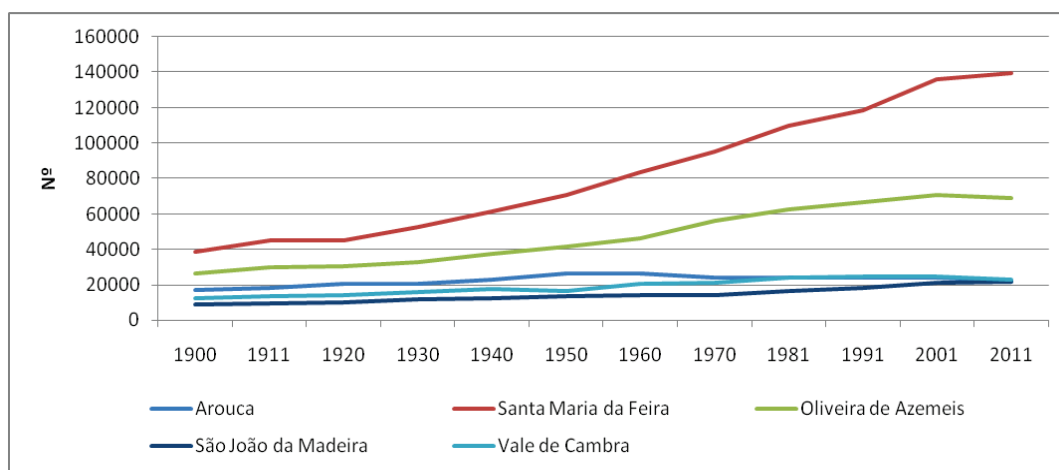
Efectuando uma análise ao último período intercensitário (2001-2011), verifica-se uma ligeira alteração das dinâmicas demográficas deste território. Na última década, apenas os Concelhos de Santa Maria da Feira e São João da Madeira registaram um crescimento demográfico, reforçando o seu peso demográfico no contexto da Sub-região. Os restantes concelhos, e considerando um período de análise mais longo (desde 1900), pela primeira vez apresentam um decréscimo populacional, o que se reflecte no total da população residente da Sub-região, sendo que entre 2001 e 2011, perdeu 1695 habitantes (figura 3).

**Quadro 2 - População Residente no Entre Douro e Vouga entre 1900 e 2011<sup>3</sup>**

Distribuição Geográfica	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	5446760	5991146	6080135	6802429	7755423	8510240	8889392	8663252	9833014	9867147	10325617	10555853
Região Norte	1898255	2050429	2034971	2240212	2572655	2828012	3144236	3084103	3423506	3472715	3687293	3689713
Entre Douro e Vouga	103109	116104	120071	133967	152064	168127	190605	140178	236916	252370	276812	275117
Arouca	16957	18317	20453	20433	23059	26427	26378	23840	23896	23894	24227	22352
Feira	38494	45048	45008	52679	61505	70532	83483	24661	109531	118641	135964	139393
Oliveira de Azeméis	26391	29628	30304	33072	37434	41370	46263	56052	62821	66846	70721	68825
São João da Madeira	9002	9821	10386	12038	12629	13605	14077	14195	16444	18452	21102	21685
Vale de Cambra	12265	13290	13920	15745	17437	16193	20404	21430	24224	24537	24798	22862

Fonte: Censos/Recenseamentos Gerais da População (1900-2011), Lisboa, INE

<sup>3</sup> Os dados para 1970, são apenas estimativas para o distrito de Aveiro feitas pelo INE, havendo a possibilidade de os dados não corresponderem à realidade da época. Os dados de 2011 para a População Residente no Entre Douro e Vouga são dados preliminares emitidos pelo INE.



Fonte: Elaboração Própria com base INE (1900-2011)

**Figura 3** - População Residente por Concelho no Entre Douro e Vouga de 1900 a 2011

Tendo em consideração o cenário actual da demografia portuguesa, este território tem vindo a apresentar ao longo de todo o século XX, uma dinâmica positiva, contrariando a tendência de perda demográfica de um número bastante significativo de sub-regiões do território nacional.

A Sub-região de Entre Douro e Vouga, tem-se assim destacado pela sua capacidade atractiva, assumindo-se como um importante pólo demográfico, assente num crescimento económico considerável.

Contudo, no seio deste território, verificam-se algumas desigualdades, em torno da distribuição da população, notando-se claramente duas realidades distintas. Por um lado, os Concelhos de Arouca e Vale de Cambra com menor peso demográfico, reflectindo a influência do relevo no desenvolvimento, e por outro lado, um sector fortemente atractivo, em torno das dinâmicas industriais dos Concelhos de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da Madeira (apesar de este último apresentar o menor peso demográfico na região).

Os cinco concelhos que integram a Sub-região de Entre Douro e Vouga apresentaram ao longo do último século, dinâmicas demográficas semelhantes. No entanto, nas últimas duas décadas, de 1991 a 2011, à excepção de Santa Maria da Feira e São João da Madeira, a tendência verificada nos restantes concelhos é para um decréscimo populacional. Inclusivamente, os últimos censos são bem reveladores dessa tendência, destacando-se uma variação populacional da sub-região de -0,61%.



Como já referido, à excepção dos Concelhos de São João da Madeira e Santa Maria da Feira que registaram um acréscimo de população residente na última década (de 2,76% e 2,52%, respectivamente), os restantes concelhos registaram um decréscimo de população residente. Neste contexto, os Concelhos de Vale de Cambra e Arouca registaram os decréscimos mais expressivos (-7,81% e -7,74%), enquanto o Concelho de Oliveira de Azeméis registou uma redução inferior, de -2,68%.

Durante as últimas 3 décadas, a Sub-Região de Entre Douro e Vouga apresenta pela primeira vez uma variação da população negativa (- 0,61%) (quadro 3).

**Quadro 3** - Variação da População no EDV, em 1981-2011, por município<sup>4</sup>

Distribuição Geográfica	Variação (%)		
	1981 - 1991	1991 - 2001	2001 - 2011
<b>Portugal</b>	0,35	4,65	2,23
<b>Região Norte</b>	1,44	6,18	0,07
<b>Entre Douro e Vouga</b>	6,52	9,7	-0,61
Arouca	-0,01	1,4	-7,74
Santa Maria da Feira	8,32	14,6	2,52
Oliveira de Azeméis	6,41	5,8	-2,68
São João da Madeira	12,21	14,4	2,76
Vale de Cambra	1,29	1,1	-7,81

Fonte: Censos (1981;1991;2001;2011), Lisboa, INE

#### 4.1.2. Estrutura da população: o Índice de Envelhecimento

Neste ponto, dada a falta de dados para 2011, analisam-se os índices de envelhecimento de 1991 e 2001, com o objectivo de se contextualizar e reflectir sobre as principais características da população na Sub-região estudada (quadro 4).

Em 1991, a média nacional do índice de envelhecimento<sup>5</sup> era de 68,08%, 51,73% ao nível da Região Norte e de 46,66% no Entre Douro e Vouga. Dez anos

<sup>4</sup> Os dados de 2011 publicados pelo INE são preliminares. Em anexo pode ser ainda consultado um quadro da Variação da População 1981-2001 no Entre Douro e Vouga (quadro I).

<sup>5</sup> Em anexo apresentamos a população residente por grupos etários que permitiu o cálculo do Índice de Envelhecimento (quadro II e III).

depois, o envelhecimento da população portuguesa acentuou-se de um modo geral. A média nacional passou de 68,08% para 102%, de 51,73% para 79,81% na Região Norte, tendência que a Sub-região de Entre Douro e Vouga acompanhou, passando de 46,66% para 70,86%. Pese embora o envelhecimento da população, deve ser salientado o facto de os índices de envelhecimento apresentados pela Sub-região, comparativamente à realidade nacional e regional, comprovarem um certo dinamismo demográfico deste sector do território nacional.

Contudo, à escala de análise do Entre Douro e Vouga, verificam-se algumas desigualdades entre os vários concelhos. Em 2001, registou-se um envelhecimento expressivo da população. As situações mais problemáticas de envelhecimento da população verificam-se essencialmente nos Concelhos de Vale de Cambra e Arouca, os quais apresentavam em 2001, índices de envelhecimento de 102,75% e 89,16%, respectivamente. Oliveira de Azeméis situa-se num ponto intermédio, com um índice de 76,46%, destacando-se os Concelhos de Santa Maria da feira (60,06%) e São João da Madeira (69,91%), como aqueles que apresentam índices de envelhecimento menos significativos, apesar de a tendência ser um envelhecimento da população.

**Quadro 4 - Índice de Envelhecimento no EDV, em 1991 e 2001**

Distribuição Geográfica	1991 (%)	2001 (%)
<b>Portugal</b>	68,08	102,00
<b>Região Norte</b>	51,73	79,81
<b>Entre Douro e Vouga</b>	46,66	70,86
Arouca	62,50	89,16
Santa Maria da Feira	39,80	60,06
Oliveira de Azeméis	48,35	76,46
São João da Madeira	42,24	69,91
Vale de Cambra	62,72	102,75

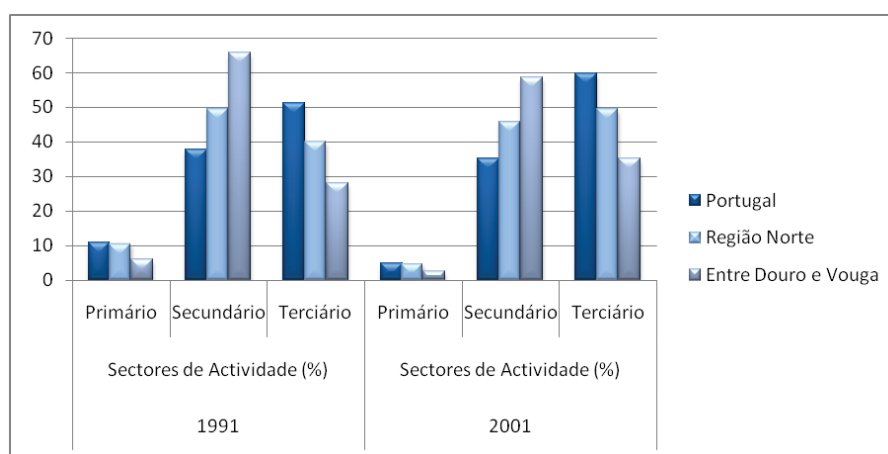
Fonte: Censos 1991 e 2001, Lisboa, INE,

#### **4.2. Estrutura Económica da Sub-região de Entre Douro e Vouga**

A caracterização da população deve também passar pela análise do comportamento socioeconómico deste espaço geográfico. Deste modo, analisam-se os

sectores de actividade predominantes, os quais constituem uma base de apoio para a compreensão das actividades económicas no território em estudo<sup>6</sup>.

À semelhança do que sucede em outras áreas do país, também aqui se verifica uma progressiva terciarização da população, como se pode verificar na figura 4 e no quadro 5. “O comércio e serviços estão conectados com empresas locais, e também com alguma relação à actividade de natureza social – saúde, educação e Cultura” (CRAVIDÃO, citada por CARVALHO, 2009: 277).



Fonte: Elaboração Própria com base INE (1991-2001)

**Figura 4 - População Empregada por Sector de Actividade em Portugal e Região Norte, 1991-2001**

Entre 1991 e 2001, o sector primário apresentou em todas as escalas de análise, um decréscimo acentuado de população activa empregue. A nível nacional representava 10,79% em 1991, passando a apenas 4,78% em 2001. Esta tendência manifestou-se igualmente na Região Norte e na Sub-região de Entre Douro e Vouga, com uma quebra de 5,83% e de 3,59%, respectivamente, entre 1991 e 2001.

Relativamente ao sector secundário, essencialmente relacionado com actividades industriais, o seu peso em termos de população activa é significativamente superior relativamente ao sector primário. A análise do período compreendido entre os anos de 1991 e 2001, à escala nacional, revela uma ligeira diminuição, sendo que em 1991, o

<sup>6</sup> Em anexo são apresentados os valores totais da população empregada por sector de actividade e por sexo nos períodos censitários entre 1960 a 2001 (quadros IV, V, VI e VII). Para o período censitário de 1960, não foram contabilizadas as “Pessoas exercendo profissão liberal” e “Pessoas com profissão mal definida”.

sector secundário, dizia respeito a 37,87% da população empregada e em 2001, a 35,10%.

Por sua vez, ao nível da Região Norte e, tratando-se de uma região fortemente industrializada, o sector secundário, em 1991, correspondia ao sector predominante, abrangendo cerca de 49,41% da população activa empregada. Após uma década, apesar de se manterem valores importantes, verifica-se uma diminuição na ordem dos 3,64%.

Quanto à Sub-região de Entre Douro e Vouga, os seus níveis industriais, são ainda mais significativos. De tal modo, que no ano de 1991, 65,91% da população empregada, exercia actividades relacionadas com a indústria, valor esse que, em 2001, diminuiu para 58,65%, mas mantendo-se como o sector de actividade de maior importância.

Por seu turno, analisando-se o comportamento do sector terciário, e como aliás, já foi referido, a sociedade portuguesa caminha no sentido de uma sociedade essencialmente dedicada a actividades terciárias.

De facto, ao analisarem-se os dados referentes a Portugal, já em 1991, o sector terciário representava o sector dominante, com 51,34%, apresentando um claro reforço em 2001, passando para 59,92% da população activa.

À escala da Região Norte, entre 1991 e 2001, o peso do sector terciário passou de 40,01% para 49,47%. Esta dinâmica socioeconómica de terciarização, ainda que não assuma as mesmas proporções, a Sub-região de Entre Douro e Vouga, entre 1991 e 2001, registou um aumento de 7,13%, correspondendo a 35,14% do total da população empregada.

Efectuando uma análise mais pormenorizada aos concelhos que integram a Sub-região de Entre Douro e Vouga, verificam-se diferenças significativas na composição das suas estruturas de população empregada.

Analisando-se a representatividade do sector primário por concelho no ano de 1991, Arouca (26,47%) e Vale de Cambra (19,59%), representavam os concelhos com maiores quantitativos de população empregada neste sector. Situação que se voltou a verificar em 2001, embora se tenha verificado um decréscimo acentuado, passando para 11,73% e 5,82, respectivamente. Em oposição, nos Concelhos de São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, o sector primário para além de ter diminuído a sua representação entre 1991 e 2001, representa valores pouco significativos, correspondendo a apenas 0,51%, 1,26% e 2,02%, respectivamente, da população empregada em 2001.

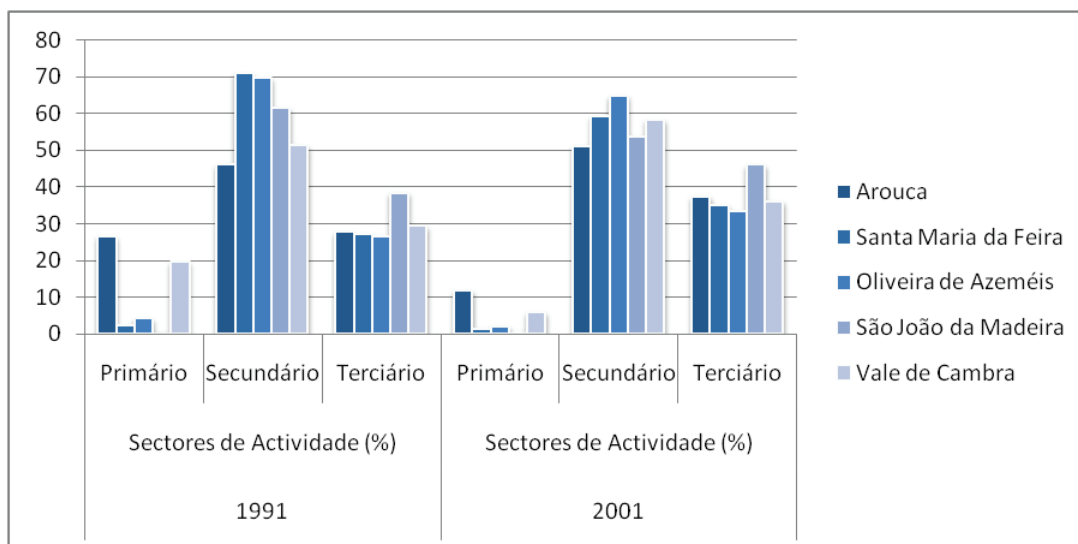
O sector secundário, no ano de 1991, apresentava-se bem definido nos Concelhos de Santa Maria da Feira (70,74%), Oliveira de Azeméis (69,51%) e São João da Madeira (61,35%), destacando-se a indústria do calçado, indústria do couro e dos produtos em couro e a indústria da madeira e cortiça, de mobiliário e colchões. Por sua vez, os Concelhos de Vale de Cambra (51,12%) e Arouca (45,94%), representavam a menor percentagem da população empregada neste sector de actividade. Em 2001, registou-se uma diminuição da população empregada afecta ao sector secundário nos Concelhos de Santa Maria da Feira (59,14%), Oliveira de Azeméis (64,70%) e São João da Madeira (53,63%). Contrariamente os Concelhos de Vale de Cambra (58,20%) e Arouca (51,0%), registaram um aumento do sector secundário.

Relativamente ao sector terciário, entre 1991 e 2001, em todos os concelhos se verifica um aumento das actividades relacionadas com o sector terciário, destacando-se neste particular, o Concelho de São João da Madeira, com 45,85%, como o que apresenta um fenómeno de terciarização mais evidente no contexto do Entre Douro e Vouga.

**Quadro 5** - Estrutura da população empregada no EDV, em 1991-2001, por concelho

Distribuição Geográfica	1991			2001		
	Sector de Actividade (%)			Sector de Actividade (%)		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
<b>Portugal</b>	10,79	37,87	51,34	4,98	35,10	59,92
<b>Região Norte</b>	10,58	49,41	40,01	4,75	45,77	49,47
<b>Entre Douro e Vouga</b>	6,08	65,91	28,01	2,49	58,65	35,14
Arouca	26,47	45,94	27,70	11,73	51,00	37,27
Santa Maria da Feira	2,20	70,74	27,06	1,26	59,14	34,93
Oliveira de Azeméis	4,11	69,51	26,38	2,02	64,70	33,28
São João da Madeira	0,35	61,35	38,30	0,51	53,63	45,85
Vale de Cambra	19,59	51,12	29,29	5,82	58,20	35,98

Fonte: Censos 1991 e 2001, Lisboa, INE



Fonte: Elaboração Própria com base INE (1991-2001)

**Figura 5** - População Empregada por Sector de Actividade no EDV, EM 1991-2001

### 4.3. Enquadramento do Concelho de Oliveira de Azeméis

Localizado no sector sudoeste da Sub-região do Entre Douro e Vouga (Região Norte), o Concelho de Oliveira de Azeméis (figura 6) é delimitado a Norte pelos Concelhos de São João da Madeira e Santa Maria da Feira, a Nordeste pelo de Arouca, a Este pelo de Vale de Cambra, a Sudeste pelo de Sever do Vouga, a Sul pelo de Albergaria-a-Velha, a Sudoeste pelo de Estarreja e a Oeste pelo de Ovar.

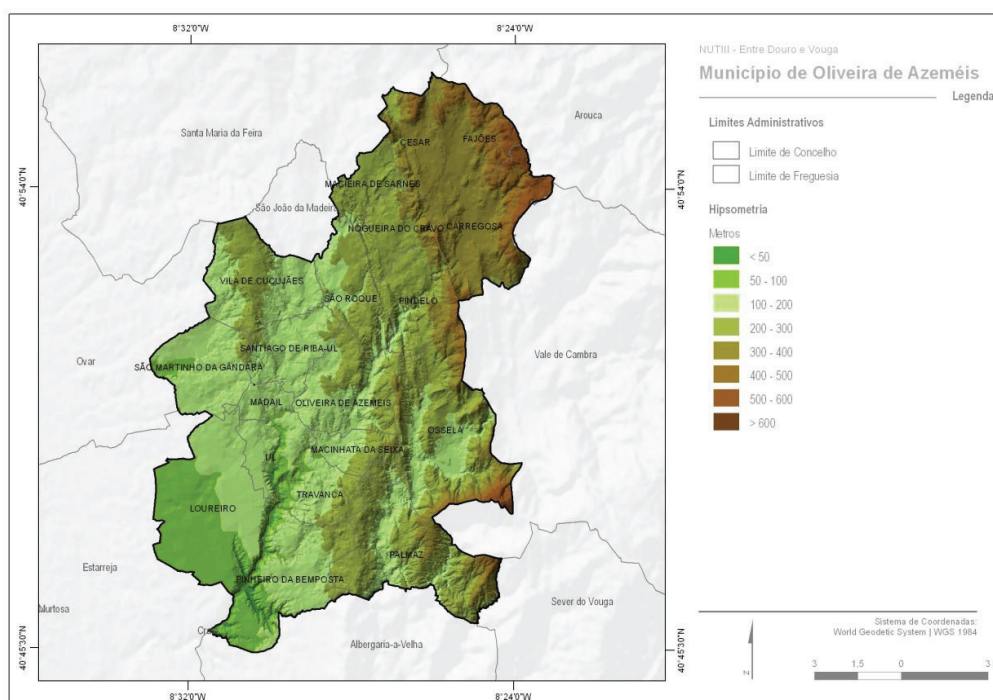
Com uma área territorial de 161,1 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 18% da área do Entre Douro e Vouga, este território apresenta-se subdividido administrativamente em 19 freguesias, das quais uma é cidade e oito são vilas: Carregosa (Vila), Cesar (Vila), Fajões (Vila), Loureiro (Vila), Macieira de Sarnes, Macinhata da Seixa, Madaíl, Nogueira do Cravo (Vila), Oliveira de Azeméis (Cidade), Ossela, Palmaz, Pindelo, Pinheiro da Bemposta (Vila), Santiago de Riba-UI, São Martinho da Gandara, São Roque (Vila), Travanca (Vila), UI, Vila de Cucujães (Vila).

Em termos morfo-estruturais, o Concelho de Oliveira de Azeméis, desenvolve-se numa área de transição entre a Orla Meso-Cenozóica Ocidental (sector ocidental) e o Maciço Hespérico (sector oriental). Dadas as características particulares do relevo, as altitudes mais significativas, na ordem dos 600 metros, verificam-se no sector Nordeste, nas Freguesias de Fajões, Carregosa e Cesar, apresentando uma morfologia de uma

forma geral acidentada, em todo o sector oriental do território concelhio, onde se destacam alguns alinhamentos quartzíticos, que sobressaem da paisagem (figura 6).

Em oposição, nos terrenos da Orla, o relevo torna-se mais plano, embora deva ser referido, o facto da plataforma litoral, se apresentar algo degradada, o que faz perder a sensação de planura, que domina a Ocidente. Aqui, em termos hipsométricos, as altitudes rondam os 100-200 metros.

Relativamente aos declives e tendo em linha de conta, de que estes representam um dos factores não antrópicos de maior importância na identificação dos sectores que apresentam determinados condicionalismos, quer em termos de mobilidade, quer em termos da ocupação humana do território, verifica-se um claro predomínio de declives pouco acentuados onde dominam os terrenos da orla, e acentuados na passagem para o Maciço Hespérico, principalmente significativos nas vertentes ocidentais do Maciço da Gralheira, que se levanta imediatamente a leste. Em termos hidrográficos, este território integra a Bacia Hidrográfica do Vouga, de onde se destacam os rios Antuã, Caima e Insuã, como os principais cursos de água que drenam este sector e que têm contribuído para a erosão da superfície, destacando-se o facto de a cidade de Oliveira de Azeméis se desenvolver num interflúvio entre os rios Antuã, a Oeste, e Insuã, a Este.



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 6** - Mapa Hipsométrico do Município de Oliveira de Azeméis

### 4.3.1. Acessibilidades

Localizado no sector ocidental da Sub-região de Entre Douro e Vouga, o Concelho de Oliveira de Azeméis (Distrito de Aveiro), de acordo com o PNPOP (2007) desenvolve-se pela Região urbano-metropolitana do Noroeste, designação atribuída ao espaço que corresponde às NUTS III do Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega e Entre Douro e Vouga.

Este território da Região Norte, é caracterizado por uma forte dispersão de povoamento e uma industrialização difusa, assumindo-se como uma das áreas de maior crescimento demográfico em todo o território nacional, apoiado num saldo natural ainda positivo.

Em termos económicos, é uma região essencialmente exportadora, onde dominam produtos de actividades de baixo valor tecnológico e com competitividade baseada no factor trabalho, destacando-se neste contexto, as Sub-regiões do Ave e do Entre Douro e Vouga, nas quais a indústria continuará a ter um importante peso no crescimento destas áreas.

Tendo em consideração o dinamismo demográfico e socioeconómico deste território, a rede de acessibilidades da Sub-região do Entre Douro e Vouga e, como que acompanhando a tendência nacional, tem apresentado nas últimas décadas, uma melhoria significativa das acessibilidades e das vias de comunicação, destacando-se o transporte rodoviário como o principal meio de transporte.

Neste sentido, a rede rodoviária desempenhou um papel fundamental na estruturação do espaço geográfico da sub-região, verificando-se uma maior densidade da rede viária no seu sector ocidental, onde a morfologia se apresenta menos movimentada, concentrando-se aí a população e as principais actividades económicas.

Relativamente à integração deste território na rede nacional rodoviária, apesar de não ser servido directamente pelas Auto-Estradas do Norte (A1) e de Aveiro-Porto (A29), as quais se assumem como eixos fundamentais na melhoria da acessibilidade deste território com os principais centros urbanos do litoral norte, destacando-se neste particular, as ligações à cidade do Porto e a Aveiro, os nós de ligação relativamente próximos localizados nos Concelhos de Santa Maria da Feira, a Norte, e Estarreja, a Sul, permitindo uma boa acessibilidade a esses eixos estruturais do território nacional (figura 7).



Com um traçado Norte-Sul, o IC2, representa a principal via rodoviária de Oliveira de Azeméis, constituindo a principal alternativa, à A1 e A29, nas ligações regionais entre os principais centros urbanos do litoral (Porto, Coimbra). A Sul, no Concelho de Albergaria-a-Velha, assegura a ligação à Auto-Estrada Aveiro - Vilar Formoso (A25). Ao nível das mobilidades locais, o IC2, estrutura a restante rede rodoviária.

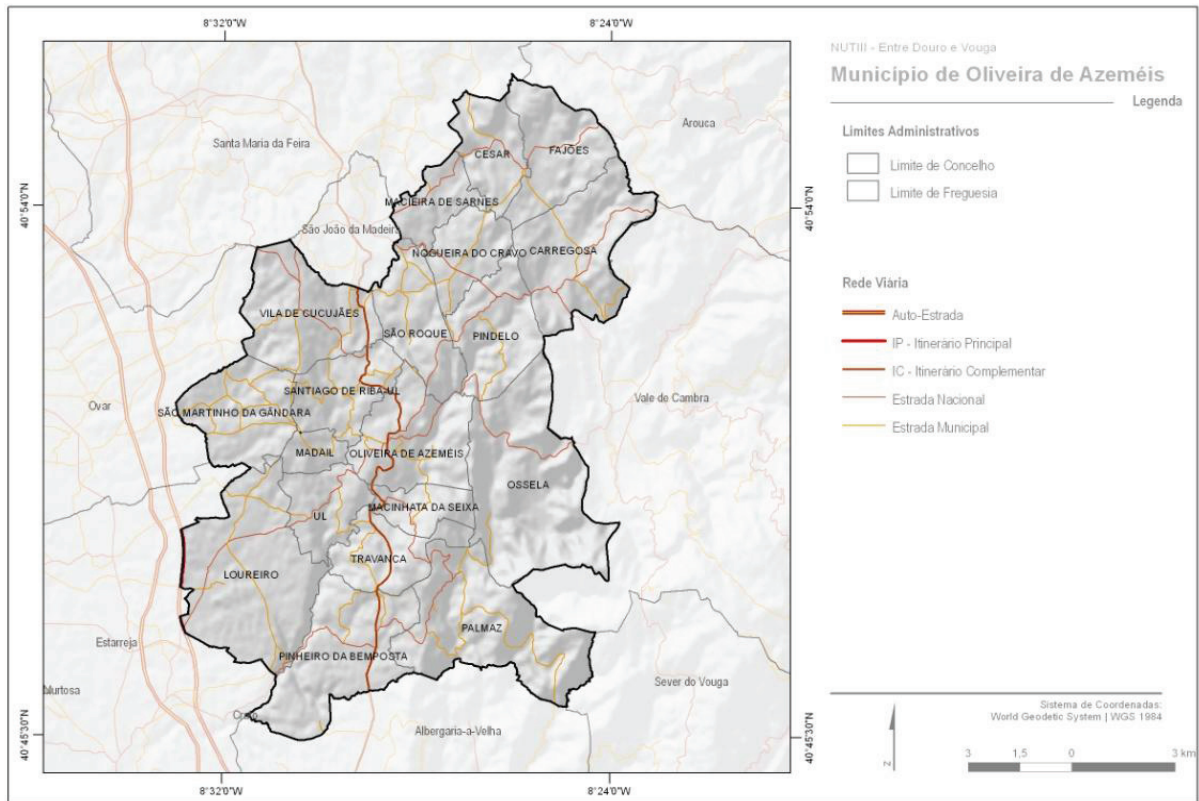
De nível hierárquico inferior, destaca-se a EN224, que em primeiro lugar, representa a principal ligação do IC2 (Oliveira de Azeméis) aos nós de acesso à A1 e A29, localizados em Estarreja. O seu traçado transversal (Oeste-Este), para além de estabelecer ligação à faixa litoral, esta via assume-se de particular importância nas ligações do Concelho de Oliveira de Azeméis ao sector oriental da Sub-região, nomeadamente aos Concelhos de Vale de Cambra e Arouca.

No que diz respeito aos transportes públicos, as ligações rodoviárias de transporte de passageiros têm como principal destino a cidade do Porto, para além de ligações aos Concelhos de Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra, Aveiro, Arouca e Ovar.

Pese embora, a densidade da rede viária e da existência de serviços de transporte rodoviário colectivo, identificam-se algumas debilidades, fruto de um forte crescimento industrial desprovido de planeamento.

Relativamente ao transporte ferroviário, o Concelho de Oliveira de Azeméis, é servido pela Linha do Vale do Vouga, que atravessa as seguintes freguesias (de sul para norte): Pinheiro da Bemposta, Travanca, Macinhata da Seixa, Ul, Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul e Cucujães, permitindo ainda a ligação aos Concelhos de Aveiro, Espinho, São João da Madeira, Albergaria-a-Velha e Águeda.

O concelho conta ainda com o acesso facilitado a um conjunto de infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento industrial e comercial, como o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, estando a uma distância de 67 km do mesmo, e a infra-estrutura portuária – Porto Leixões e Porto de Aveiro, encontrando-se a 64 km e 42 km respectivamente.



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 7 - Acessibilidade do Concelho de Oliveira de Azeméis**

#### 4.3.2. Ocupação e Uso do Solo

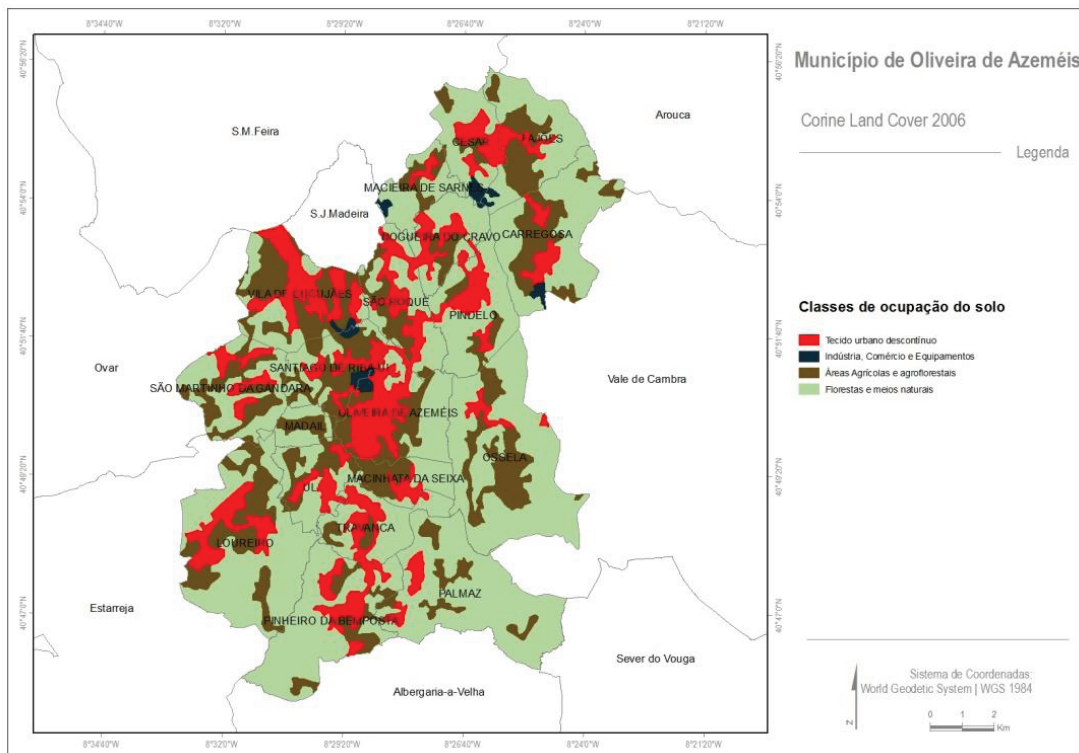
Analisando-se a ocupação e uso do solo do Município de Oliveira de Azeméis referente ao ano de 2006, através do Corine Land Cover (CAETANO, M; NUNES, V. e NUNES, A., 2009), é possível identificar algumas das particularidades deste território (figura 8).

Em primeiro lugar, verifica-se um tipo de povoamento difuso, o qual aparece bem representado pela classe “Tecido Urbano Descontínuo”, que nitidamente apresenta um eixo de desenvolvimento Norte-Sul no corredor central, facto que denota a importância da rede de transportes na construção do espaço geográfico, nomeadamente o traçado do IC2. Desde a cidade de Oliveira de Azeméis para Norte, a paisagem modifica-se por completo, aumentando a densidade de construção à medida que nos aproximamos da cidade do Porto, como que as características da paisagem artificial nos dêem os limites da Área Metropolitana do Porto, à qual Oliveira de Azeméis pertence.

Relativamente aos espaços destinados à indústria, comércio e equipamentos, concentram-se em pequenas manchas no sector setentrional, com maior significado nas

Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Vila de Cucujães e Cesar. Esta localização da actividade industrial nas imediações de espaços urbanos, agrícolas, agro-florestais ou florestais, e acima de tudo, a inexistência de uma área industrial com instalações de nova geração, denotam de certa forma a falta de políticas de planeamento num território que em menos de um século duplicou a sua população e consequentemente a pressão antrópica sobre o meio. Por sua vez, as áreas agrícolas apresentam ainda uma considerável expressão espacial, preferencialmente em redor das manchas de povoamento.

A classe “Florestas e meios naturais”, é sem dúvida alguma, a mais representativa, apresentando uma tendência de aumento nos próximos anos, face ao abandono das áreas agrícolas, o que num espaço com estas características, onde o urbano invadiu claramente nas últimas décadas, espaços eminentemente rurais, são factores que tornam este território um excelente exemplo das consequências positivas e negativas, que o processo de litoralização acarretou.



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 8** - Ocupação do Uso do Solo em Oliveira de Azeméis, por freguesia

### 4.3.3. Evolução, distribuição e estrutura da população no Concelho de Oliveira de Azeméis

Com 68825 habitantes (dados de 2011<sup>7</sup>), o Concelho de Oliveira de Azeméis apresenta-se como o segundo município mais populoso, o que se traduz em 25% do total da Sub-região de Entre Douro e Vouga, só suplantado pelo Concelho de Santa Maria da Feira, com uma população total de 148449 habitantes.

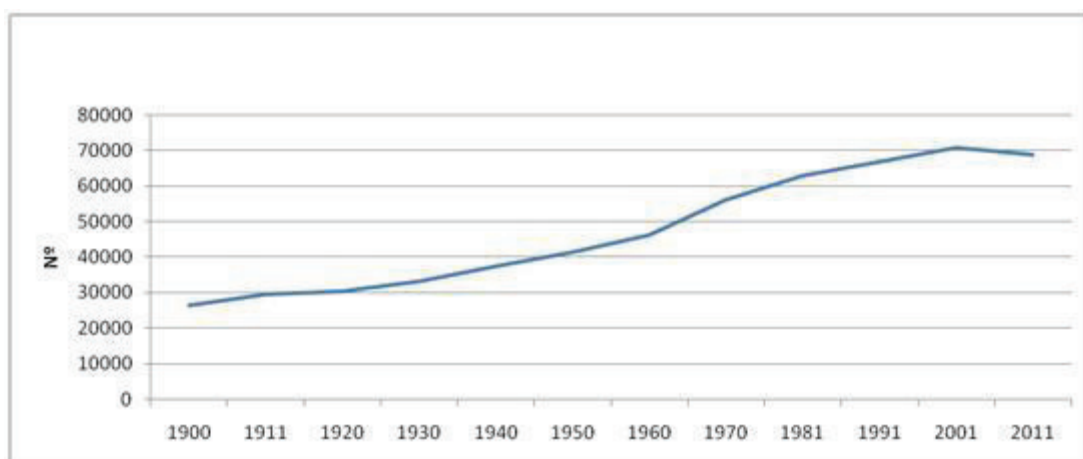
Entre 1900 e 2001, a população residente mais do que duplicou no Concelho de Oliveira de Azeméis, apresentando em todos os períodos censitários um aumento populacional considerável, principalmente significativo a partir de 1960. Com 26391 habitantes no início do Século XX, no ano de 2001 apresentava já uma população total de 70721 habitantes (quadro 6 e figura 9).

**Quadro 6 - População residente em Oliveira de Azeméis, em 1900-2011, por freguesia**

Distribuição Geográfica	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Carregosa	1560	1774	1827	1976	2124	2340	2535	2603	3084	3544	3552	3439
Cesar	812	991	1057	1154	1276	1415	1692	2107	2529	2739	3288	3161
Fajões	1059	1236	1349	1451	1608	1861	2185	2503	2969	3112	3180	3101
Loureiro	2668	2826	2840	3030	3118	3025	2923	3029	3241	3376	3491	3532
Macieira de Sarnes	417	475	530	653	863	898	1135	1867	2231	2193	2214	2045
Macinhata da Seixa	584	641	736	732	758	843	1058	1168	1431	1443	1446	1399
Madail	417	538	557	578	598	585	615	618	674	804	884	807
Nogueira do Cravo	712	802	895	957	1162	1267	1687	2149	2523	2681	2852	2853
Oliveira de Azeméis	2822	3165	3270	3682	4323	5268	5953	7683	8692	9679	11168	12164
Ossela	1476	1452	1549	1675	1802	1834	2029	2145	2110	2359	2538	2210
Palmaz	1101	1245	1271	1456	1684	1878	1867	1811	1949	2133	2130	2081
Pindelo	821	954	1029	1163	1376	1570	1917	2198	2425	2569	2758	2606
Pinheiro da Bemposta	1700	1890	1961	2115	2385	2478	2763	2893	3134	3432	3621	3326
Santiago de Riba-UI	1362	1553	1532	1390	1787	2023	2421	2824	3379	3585	4126	3952
São Martinho da Gandara	1423	1585	1456	1541	1690	1877	1898	2132	2239	2237	2289	1987
São Roque	1087	1390	1565	1735	2194	2379	2823	3719	4395	5156	5480	5235
Travanca	738	795	793	862	989	1096	1209	1441	1685	1818	1178	1799
UI	1790	1972	1902	2119	2071	2325	2479	2689	2788	2856	2832	2431
Vila de Cucujães	3842	4344	4185	4803	5626	6408	7074	10473	11343	11130	11094	10697

Fonte: Censos/Recenseamentos Gerais da População (1900-2001), Lisboa, INE

<sup>7</sup> Os dados da população residente para 2011 são dados preliminares emitidos pelo INE.



Fonte: Elaboração Própria com base INE (1900-2011)

**Figura 9** - Evolução da população residente em Oliveira de Azeméis, em 1900-2011

Neste sentido, as Freguesias de Oliveira de Azeméis e Vila de Cucujães, são as que se apresentam como as mais populosas ao longo de todo o século XX, apresentando no ano de 2001, uma população residente de 11168 e 11094 habitantes, respectivamente, sendo que conjuntamente correspondem a cerca de 31% do total do município. De referir, que a Freguesia de Vila de Cucujães representou até ao ano censitário de 1991 a freguesia mais populosa, apresentando no entanto um ligeiro decréscimo em 2001.

Em sentido oposto, a Freguesia de Oliveira de Azeméis, em menos de meio século duplicou a sua população, sendo que no ano de 1950 apresentava uma população residente de 5268 habitantes.

Um segundo grupo é formado pelas Freguesias de São Roque e Santiago de Riba-UI (localizadas no sector setentrional). Para além de contactarem com as freguesias mais populosas do território concelhio, a sua localização geográfica próxima de São João da Madeira e Santa Maria da Feira, tornam este espaço bastante particular e privilegiado em termos de dinâmicas territoriais. Estas freguesias representam cerca de 13,6% dos habitantes, correspondendo a um total de 5480 e 4126 habitantes, respectivamente.

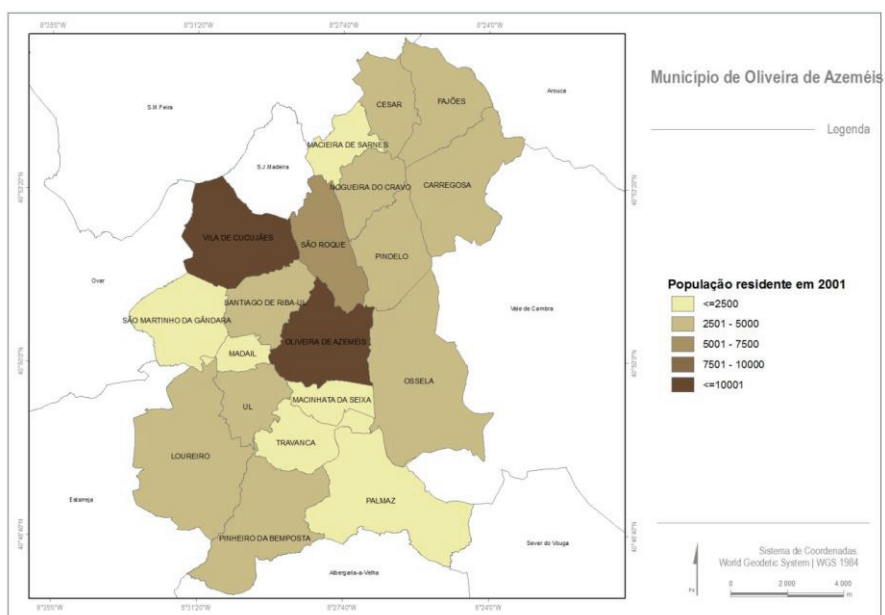
Um terceiro grupo é constituído pelas Freguesias de Pinheiro da Bemposta (3621 habitantes), Carregosa (3552), Loureiro (3491), Cesar (3288) e Fajões (3180). Estas freguesias representam no ano de 2001 valores percentuais na ordem dos 21,4% dos residentes no município.

Um quarto grupo é formado pelas Freguesias de Nogueira do Cravo, Ul, Pindelo, Ossela, São Martinho da Gandara e Macieira de Sarnes, freguesias com menos de 3000 habitantes. Estas seis freguesias representam cerca de 21,8% dos residentes, num total de respectivamente 2852, 2832, 2758, 2538, 2289 e 2214 residentes.

Por fim, as Freguesias de Macinhata da Seixa (1446), Travanca (1178) e Madaíl (884) constituem o grupo com menor peso populacional, representando apenas 5 % dos habitantes (figura 10).

A distribuição espacial observada, traduz de forma evidente um importante núcleo demográfico, constituído pelas Freguesias de Oliveira de Azeméis, Vila de Cucujães, São Roque e Santiago de Riba-Ul, assente em dinâmicas socioeconómicas positivas, para o qual muito contribui a rede de acessibilidades na estruturação e construção do espaço geográfico.

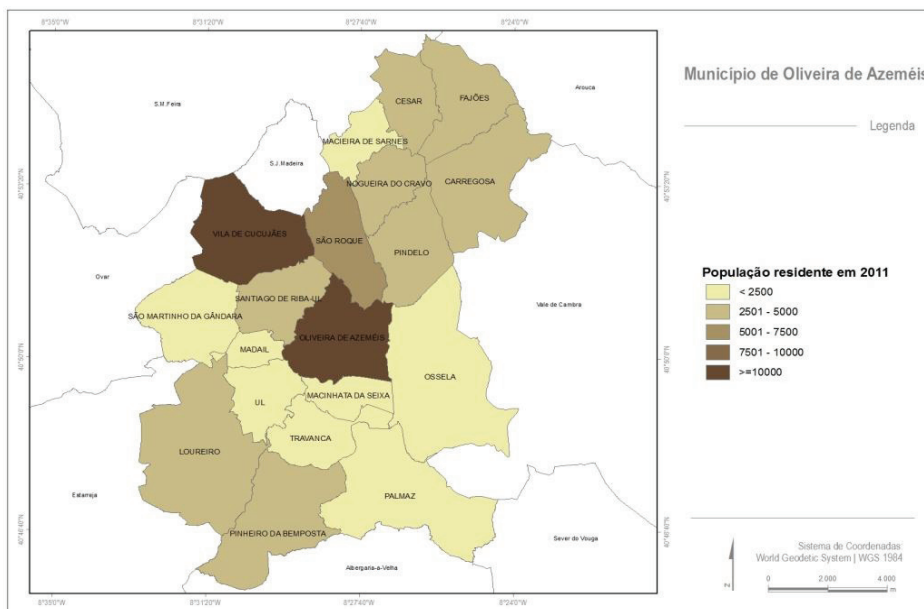
Neste aspecto, os condicionalismos físicos também devem ser tidos em linha de conta no momento de análise da distribuição da população por um território heterogéneo como este, onde o urbano e o rural se confundem (povoamento difuso).



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 10** - População residente em Oliveira de Azeméis em 2001, por freguesia

No último período censitário, no município de Oliveira de Azeméis apenas se registou em aumento da população nas freguesias de Oliveira de Azeméis e Travanca respectivamente 12164 e 1799 residentes. As restantes freguesias do município sofreram uma diminuição da população, sendo ela mais significativa nas freguesias de Ossela e Ul (figura 11).



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 11** - População residente em Oliveira de Azeméis em 2011, por freguesia

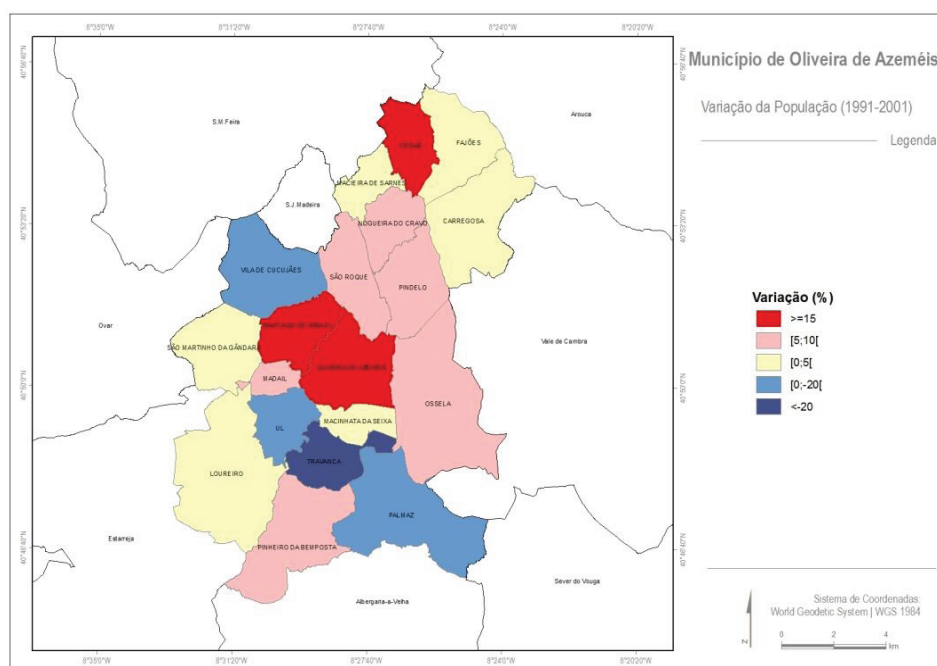
Analisando-se a variação da população por freguesia<sup>8</sup>, verifica-se que de um modo geral, salvo raras exceções, ao longo de todo o século XX, uma grande maioria das freguesias tem apresentado taxas de variação positivas.

Centrando a nossa atenção para as últimas três décadas, na variação 1981-1991, apenas as Freguesias de Vila de Cucujães (-1,88%), Macieira de Sarnes (-1,70%) e São Martinho da Gândara (-0,09%), apresentam taxas negativas, ainda que pouco significativas. Por seu turno, as Freguesias de Madaíl (19,29%), São Roque (17,32%), Carregosa (14,92%), Ossela (11,80%) e Oliveira de Azeméis (11,36%), destacam-se como aquelas que mais cresceram em termos demográficos.

<sup>8</sup> Segue em anexo a variação da população residente em Oliveira de Azeméis por freguesia, em 1900 até 2001 (quadro VIII)

Da variação de 1991-2001, destaca-se pela negativa, a Freguesia de Travanca, com um decréscimo muito acentuado (-35,20%). As Freguesias de Palmaz, Ul e Vila de Cucujães, registaram um crescimento nulo, enquanto as Freguesias de Cesar (20,04%), Oliveira de Azeméis (15,38%) e Santiago de Riba-UL (15,09%), representaram as freguesias de maior dinamismo (figura 12).

O último acto censitário, apesar de os dados disponíveis, serem apenas dados provisórios, o que nos merece desde já algum cuidado na sua análise (como é o caso da Freguesia de Travanca<sup>9</sup>), demonstram uma nova realidade para este território. De facto, a confirmarem-se estes dados, das 19 freguesias que integram o Concelho de Oliveira de Azeméis, 15 perderam população na última década, verificando-se em alguns casos, decréscimos significativos, de onde se destacam as Freguesias de Ul (-14,16%), São Martinho da Gândara (-13,19%) e Ossela (-12,92%), Madaíl (-8,71%) e Pinheiro da Bemposta (-8,15%). Por sua vez, apenas a Freguesia de Oliveira de Azeméis apresenta um crescimento efectivo, com uma taxa de variação de 8,92%, crescimento esse que poderá estar relacionado com algumas das perdas verificadas em algumas freguesias (figura 13).

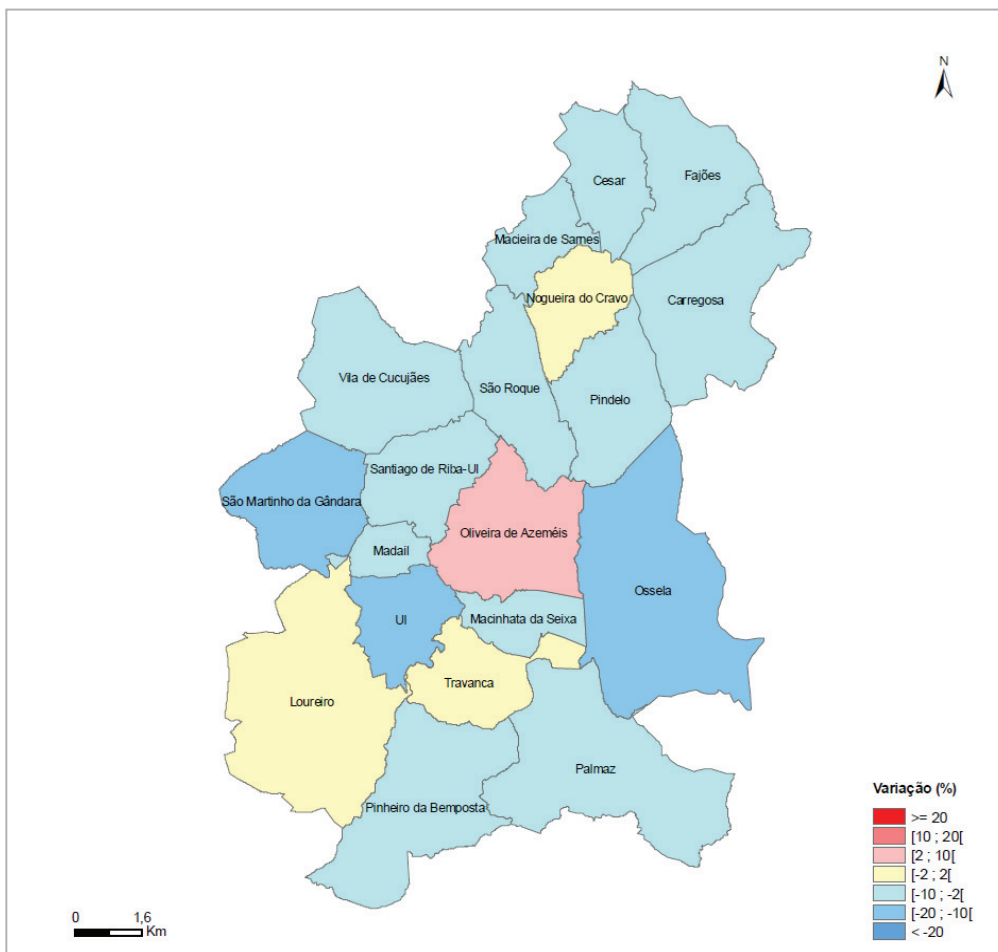


Fonte: Elaboração Própria

**Figura 12** - Variação da população residente em Oliveira de Azeméis, em 1991-2001, for freguesia

<sup>9</sup> A variação da população 2001-2011 para a freguesia de Travanca é um valor por apurar.





Fonte: Censos 2001 e Relatório Censos 2011, Lisboa, INE

**Figura 13** - Variação da população residente em Oliveira de Azeméis, em 2001-2011, for freguesia

No que diz respeito à distribuição da população residente por grupos etários, a análise da pirâmide do Município de Oliveira de Azeméis para o ano de 2001 reflecte, comparativamente ao ano de 1991, um envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide (Figura 14).

Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens e jovens adultas (dos 0 aos 19 anos) e adultas (dos 20 aos 24 anos) corresponde, naturalmente, um aumento da população jovem adulta (dos 25 aos 29 anos) e adulta (dos 35 aos 54 anos) e idosa (com 65 e mais anos).

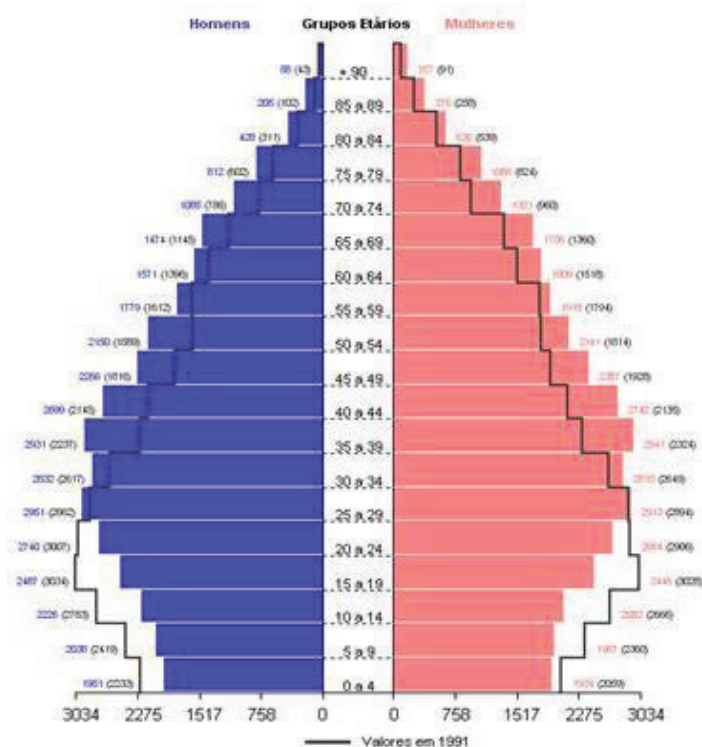
O número de indivíduos total e por sexo nestes escalões etários é superior em 2001 em relação a 1991, não havendo diferenças significativas por sexo. Nos grupos etários dos idosos (65 e mais anos), sendo o número superior em ambos os sexos em

2001, as diferenças não são tão expressivas como nos grupos anteriormente referidos.

Os grupos etários adultos (dos 30 aos 34 anos) apresentam mais indivíduos na classe seguinte, traduzindo a existência de uma de classe oca.

A tendência que se destaca da análise dos dados e das pirâmides etárias relativas aos anos de 1991 e 2001 é, em termos gerais, semelhante à descrita: perda de população nos escalões etários jovens e jovens adultas (até aos 24 anos), comportamento que traduz os aspectos da dinâmica natural: redução das taxas de natalidade, acompanhadas de taxas de mortalidade superiores.

De referir o facto da pirâmide etária relativa ao ano de 1991 apresentar um perfil populacional caracterizando uma estrutura não tão envelhecida, no entanto também não se considera jovem, elemento que deve merecer atenção no quadro do sentido da evolução ocorrida na década de noventa. Um último aspecto sublinha o facto do número de idosos ser superior no sexo feminino.



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 14** - População residente no Município de Oliveira de Azeméis por grupos etários, em 1991-2001

#### 4.3.4. Sectores de Actividade

Segundo dados do Anuário Estatístico da Região Norte de 2009 publicado pelo INE, estavam sedeadas em Oliveira de Azeméis 6804 empresas no conjunto dos três grandes sectores de actividade. Inserido numa região de economia aberta à exportação, o município partilha com outros municípios uma forte ligação empresarial.

Ao estabelecer uma relação entre o número de activos e a população residente segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2009, o Concelho de Oliveira de Azeméis apresenta uma taxa de actividade de 40,3%, notando-se que esta taxa é significativa tanto para o município como para a sub-região.

Ao nível dos sectores de actividade, o sector secundário, representa o sector de maior importância, com uma população activa empregada de 65% do total, seguido de um sector terciário, que nas últimas décadas tem apresentado um aumento gradual, acompanhando assim, a tendência nacional.

Fazendo uma análise mais pormenorizada dos sectores de actividade, o sector primário emprega uma diminuta parte da população activa do concelho, constituindo-se mesmo como um sector quase marginalizado, remetendo-se para a indústria extractiva (quadro 7).

**Quadro 7** - Número de empresas sedeadas no município de Oliveira de Azeméis no sector primário, por secção de CAE - Rev.3, em 2009

Sector	Secção	Nº de Empresas por secção	Nº de Pessoas ao Serviço	Total de Empresas por sector de actividade	Total de Pessoas ao Serviço
Primário	A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0	–	4	39
	B - Indústrias Extractivas	4	39		

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2009, INE.

No âmbito do sector secundário, este sector é bastante importante para a economia local e uma grande bacia de emprego industrial para a população do município. Sendo um concelho fortemente industrializado, as suas principais actividades concentram-se no sector do calçado, metalurgia e metalomecânica (atribuindo-se uma grande importância aos moldes), do plástico (com relevância para o fabrico de componentes para a indústria automóvel), o sector agro-alimentar

(destacando-se os lacticínios), colchões, confecções, cobres e loiças metálicas (quadro 8).

Salienta-se assim a importância que a indústria transformadora merece nas empresas do sector secundário, quer pelo número de empresas, quer pelo número de pessoas ao serviço.

Todas as freguesias têm sedeadas empresas, no entanto, as freguesias com o maior número de empresas localizam-se numa área de elevada concentração de empresas, essencialmente nos sectores que possuem zonas de elevado acolhimento industrial, cuja localização reúne infra-estruturas que justificam e potenciam a fixação das empresas, destacando-se as Freguesias de Oliveira de Azeméis, Cesar, Nogueira do Cravo, Pindelo, São Roque, Santiago Riba-Ul e Vila de Cucujães, como as mais industrializadas.

Destaca-se ainda o número de micro e pequenas e médias empresas na indústria transformadora do concelho as quais, seguindo a tendência do tecido empresarial português, são as mais representativas.

**Quadro 8** - Número de empresas sedeadas no município de Oliveira de Azeméis no sector secundário, por secção de CAE - Rev.3, em 2009

Sector	Secção	Nº de Empresas por secção	Nº de Pessoas ao Serviço	Total de Empresas por sector de actividade	Total de Pessoas ao Serviço
Secundário	C - Industria Transformadora	1377	17135	2022	19410
	D - Produção e distribuição de electricidade, gás e água	4	16		
	E - Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento	9	239		
	F - Construção	632	2020		

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2009, INE.

Associado às actividades relacionadas com o comércio, distribuição de produtos, serviços públicos e privados, surge-nos o sector terciário como o segundo sector de actividade, com 33,28% da população activa empregada.

Com base no Anuário Estatístico da Região Norte de 2009, estavam sedeadas em Oliveira de Azeméis 4778 empresas associadas ao sector terciário, sendo que a secção que aparece em maior número é o comércio grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos com 1946 empresas e outras actividades de serviços com 698 empresas. As secções com menor representatividade associadas ao sector terciário são

as actividades de informação e comunicação e actividades artísticas, espectáculos desportivos e recreativas com 56 e 81 empresas respectivamente (quadro 9).

Este sector nos últimos anos tem registado aumentos significativos, quer ao nível de oferta de serviços que é cada vez é maior, quer ao nível de oferta de emprego que também tem aumentado.

**Quadro 9** - Número de empresas sedeadas no município de Oliveira de Azeméis no sector terciário por secção de CAE - Rev.3, em 2009

Sector	Secção	Nº de Empresas por secção	Total de Pessoas ao Serviço	Total de Empresas por sector de actividade	Total de Pessoas ao Serviço
Terciário	G - Comércio grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1946	3739	4778	9316
	H - Transportes e armazenagem	101	807		
	I - Alojamento, restauração e similares	336	709		
	J - Actividades de informação e de comunicação	56	234		
	L - Actividades Imobiliárias	152	231		
	M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	453	799		
	N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	364	1019		
	P - Educação	302	386		
	Q - Actividades de saúde humana e apoio social	289	443		
	R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	81	102		
	S - Outras Actividades de serviços	698	787		

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2009, INE

## **5. As Iniciativas Comunitárias e as Intervenções Autárquicas**

### **5.1. A Região Norte e o Quadro Comunitário de Apoio III**

A Região Norte de Portugal é a região com maior abertura ao exterior e onde a sua vocação para a exportação apresenta um peso significativo na economia do país.

Paralelamente, é preciso dinamizar ainda mais o território noutros sectores, como por exemplo, investindo na qualificação e formação profissional da população ou apostando num ordenamento territorial planeado e pensado de forma estratégica.

Tendo em linha de conta, as particularidades desta vasta região, para o Quadro Comunitário de Apoio III foram estabelecidas estratégias prioritárias através do Programa Operacional da Região Norte, designado por “ON – Operação Norte”, que passaram por:

- a) Criação ou qualificação de infra-estruturas e equipamentos de âmbito municipal ou inter-municipal;
- b) Contribuição para a resolução integrada de problemas específicos de desenvolvimento de determinadas sub-regiões, assim como a componente direccionada à empregabilidade para estas áreas geográficas e ainda a qualificação das cidades e requalificação metropolitana;
- c) Articulação estratégica de investimentos sectoriais (Saúde, Ambiente, Educação, Acessibilidades, Agricultura e Desenvolvimento Rural, entre outros).

Compete à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), gerir e aplicar os fundos estruturais no sentido da promoção da competitividade e coesão territorial na Região Norte (NUT II) de Portugal.

### **5.2. Oliveira de Azeméis e o Quadro Comunitário de Apoio III**

A autarquia de Oliveira de Azeméis tentou tirar o maior proveito possível do QCA III, podendo aplicar as iniciativas e os fundos estruturais estabelecidos para 2000-2006, de forma a dinamizar o município através da criação de novas infra-estruturas e melhorando outras já existentes, por um crescimento socioeconómico, pela criação de

novos serviços essenciais para o município e tentar garantir que o território seja mais homogéneo (figura 23).

Todos os projectos que tiveram participação comunitária e que de seguida vamos apresentar, foram executados pela Câmara Municipal e por outros organismos públicos e privados.

### **5.2.1. URBAN e FEDER**

O maior número de projectos durante o QCA III foram executados de acordo com a iniciativa comunitária URBAN II, com a ambição de promover e desenvolver o território e posteriormente combater de problemas de ordem económica, social e ambiental (quadro 10).

O FEDER<sup>10</sup> foi o fundo estrutural com maior intervenção no período 2000-2006 no concelho. Em 2001, em intervenções relacionadas com os sistemas ambientais locais nomeadamente o abastecimento de água, rede de esgotos e drenagem de águas residuais, estas iniciativas tiveram lugar nas freguesias de Loureiro, Cucujães, São Roque, Nogueira do Cravo, Pinheiro da Bemposta, Ossela e Pindelo, pois era um serviço inexistente e essencial neste território.

Privilegiou também a qualificação territorial, a rede de transportes e acessibilidades com a conclusão da Via do Nordeste. A construção da Estrada Nacional 224 que estabelece uma ligação entre Oliveira de Azeméis e o município de Vale de Cambra, ficou a cargo do Instituto de Estadas de Portugal (figura 15).

Isto acaba por ser mais uma forma de valorizar o território e posteriormente oferecer melhores acessos à cidade.

No âmbito da qualificação territorial, foi elaborada a primeira fase dos Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor previstos no PDM, sendo estes instrumentos de gestão territorial de extrema importância para a organização interna da cidade.

Ainda no âmbito da qualificação territorial e posteriormente promover a cultura local, a autarquia apostou na construção do centro social e cultural da freguesia de São Roque, na recuperação do centro histórico da freguesia de Pinheiro da Bemposta, na

---

<sup>10</sup> Segue em anexo toda a informação sobre os projectos financiados pelo FEDER, durante o QCA III em Oliveira de Azeméis (quadro IX).

criação do núcleo museológico do moinho e do pão na freguesia de Ul e ainda a requalificação da área central da Vila de Cucujães.

Fazendo uma análise sub-regional importa referir que foram executadas pela Câmara Municipal, determinadas obras públicas de forma a promover uma maior competitividade, coesão e qualificação territorial em todo o EDV. Essas obras consistiram mais concretamente na construção de novos acessos na sub-região e na elaboração de Planos de Urbanização para espaços industriais previstos no PDM, aumentando assim a competitividade em todo o território do EDV.

O ano de 2001 também foi importante no âmbito da educação, sendo executadas pela Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) duas novas escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico nas freguesias de Carregosa e de São Roque com a finalidade de apostar na inovação, desenvolver estas freguesias e evitar que os alunos fizessem grandes deslocações para as escolas da cidade, passando assim a ter escolas na área de residência (figura 16).



Fonte: Autora

**Figura 15** - Estrada Nacional 224 (FEDER)





Fonte: Autora

**Figura 16** - Escola EB 2,3 na freguesia de São Roque (FEDER)

Nos anos seguintes, entre 2002 e 2006, algumas das obras executadas no concelho continuaram a ser financiadas pelo FEDER, mas já em menor número. No entanto o seu principal objectivo manteve-se, dinamizando e valorizando todo o município de Oliveira de Azeméis.

Entre 2002 e 2004, as obras prioritárias assentaram numa contínua valorização do território com a elaboração da segunda fase dos Planos de Urbanização e Pormenor previstos no PDM de forma a garantir uma estrutura urbana organizada. Identificaram-se quais as infra-estruturas que necessitavam de ser construídas de base, as que necessitavam de reabilitação e definiram o desenho urbano do município.

Uma parte do desenho urbano ficou marcado pela construção de vias estruturantes na cidade, pela construção de eixos rodoviários que estabeleceram ligações entre os espaços industriais e a cidade (figura 17), tentando potencializar estes espaços periféricos e pela requalificação de vias já existentes como foi o caso da Estrada Nacional 1, Estrada Nacional 224 e a Estrada Nacional 16.

Neste período de dois anos, a autarquia através do fundo estrutural FEDER continuou o seu projecto de instalação de sistemas ambientais locais, através do abastecimento de água e rede de esgotos para mais três freguesias do município. As freguesias que sofreram este processo, foram as freguesias de Cesar, Fajões e Macieira de Sarnes, proporcionado a estes territórios um novo serviço e paralelamente ter em conta a qualidade ambiental.

Os sistemas ambientais locais, o sistema de água e a rede de esgotos foram implementados em dez freguesias do concelho, permitindo apenas a alguma população ter acesso a estes serviços, sendo este serviço insuficiente.

Isto demonstra uma falta de planeamento municipal, visto que as infra-estruturas necessárias para o bem-estar da população não têm acompanhado o elevado crescimento demográfico.



Fonte: Autora

**Figura 17 - Acessos da Zona Industrial á Cidade (FEDER)**

No âmbito da saúde e bem-estar da população foi executado pela União Desportiva Oliveirense remodelações no pavilhão desportivo do clube para a prática de modalidades desportivas (figura 18).



Fonte: Autora

**Figura 18 - Pavilhão Desportivo Oliveirense (FEDER)**

Em 2005 e 2006, os fundos disponibilizados pela União Europeia foram direccionados para a conclusão das vias estruturantes da cidade de forma a dinamizar o território.

No que diz respeito às actividades económicas, o FEDER foi destinado para a modernização da indústria, mais concretamente para a indústria transformadora que é predominante no município e das suas infra-estruturas.

Houve uma requalificação dos arruamentos da Zona Industrial Monte Meão na Vila de Cucujães (figura 19), apoio dado ao Centro Técnico da Indústria Moldes, a realização do primeiro congresso sobre a vocação exportadora das empresas realizado pela Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis (AECOIA). Foram ainda concluídas as ligações estruturantes da Zona Industrial à cidade.

Todas estas intervenções na indústria do município e nas suas infra-estruturas demonstram como esta actividade é bastante importante para a promoção e dinamização do território.



Fonte: Autora

**Figura 19** - Arruamentos na Zona Industrial Monte Meão (FEDER)

No âmbito da cultura e ainda do desporto, foi construída a biblioteca municipal Ferreira de Castro (figura 20) e a piscina coberta municipal apostando no

desenvolvimento pessoal e bem-estar da população e posteriormente numa valorização do território.

Durante o QCA III em 2006, deu-se ainda o início da construção do Centro Escolar de Azagães na freguesia de Carregosa, sendo esta construção mais uma forma para a coesão territorial.



Fonte: Autora

**Figura 20 - Biblioteca Municipal (FEDER)**

**Quadro 10 - Quadro resumo do número de projectos aprovados em Oliveira de Azeméis, em 2000-2006 (FEDER)**

QCA III	
Tipos de Intervenção	Nº de Projectos Aprovados
Sistemas Ambientais Locais	10
Rede e Sistemas de Transportes Locais	4
Qualificação Territorial	6
Valorização e Promoção Regional e Local	1
EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial	5
Infra-estruturas para a educação	3
Acessibilidades e Transportes	1
Industria	5
Turismo	1
Infra-estruturas Sociais e de Saúde	2
Infra-estruturas Rodoviárias	2

Fonte: Elaboração Própria

### 5.2.2. EQUAL e FSE

Os projectos executados pela Câmara Municipal e por outros actores financiados pelo FSE e no âmbito da iniciativa EQUAL, assentaram essencialmente na formação especializada e integração dos cidadãos no mercado de trabalho (quadro 11).

A aplicação do FSE<sup>11</sup> durante o QCA III no concelho de Oliveira de Azeméis, só foi posto em prática a partir do ano de 2003 e teve como ponto de partida apostar na formação de mão-de-obra especializada.

No seu primeiro ano de aplicação, este fundo estrutural foi direccionado para a formação, para o desenvolvimento empresarial executado pelo Centro de Serviços de Apoio a Empresas (CESAE) e para a qualificação profissional com progressão escolar. Foram executados pelos centros de formação Multiformactiva e Semente, com o objectivo de dar formação profissional mais qualificada e de facilitar a integração dos formandos no mercado de trabalho (figura 21).



Fonte: Autora

**Figura 21** - Centro de Formação Multiformactiva (FSE)

Em 2004 foi executado pela Câmara Municipal o programa “Foral”, que consistiu numa formação aos funcionários da autarquia, aumentando o nível de qualificação dos seus recursos humanos, capacitando-os a responder a novos desafios

---

<sup>11</sup> Segue em anexo toda a informação sobre os projectos financiados pelo FSE, durante o QCA III em Oliveira de Azeméis (quadro X).

regionais e locais, à sociedade de informação e a uma crescente exigência na qualidade dos serviços prestados aos municípios.

Neste mesmo ano o centro de formação Semente voltou a requerer a intervenção do FSE para continuar a prestar formação qualificada, principalmente aos mais jovens.

No ano de 2005 voltaram a ser executados os mesmos projectos estabelecidos para 2004 pelas mesmas entidades. As verbas disponibilizadas pelo QCA III foram inferiores às de 2004, mas sempre com a ambição de melhorar a qualidade da mão-de-obra.

Em 2006 destaca-se a intervenção “Entre Douro e Vouga – Território Empresarial de Excelência” executado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Esta intervenção teve como objectivo a promoção das qualidades do tecido empresarial do município e de encontrar soluções para problemas estruturais do concelho e da região.

Foi ainda executado pela Associação Concelhia de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, uma parceria com a finalidade de aumentar a qualificação profissional com progressão escolar, dando formação aos mais jovens no sector da indústria transformadora e evitando posteriormente um abandono escolar precoce.

Todos os projectos aqui apresentados, tiveram sempre como ponto de partida a criação de novos empregos e inclusão social, apostar numa formação de mão-de-obra qualificada e especializada, adquirir trabalhadores com novas competências, melhorar os serviços públicos, acções inovadoras e promover uma cooperação com os concelhos pertencentes a sub-região do Entre Douro e Vouga.

**Quadro 11 - Quadro Resumo do Número de Projectos Aprovados em Oliveira de Azeméis, em 2000-2006 (FSE)**

QCA III	
Tipos de Intervenção	Nº de Projectos Aprovados
Formação Profissional	5
Formação à Autarquia Local	3
EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação	1

Fonte: Elaboração Própria

### 5.2.3. LEADER + e FEOGA

Os projectos executados pela Câmara Municipal e por outros organismos com base na iniciativa comunitária LEADER + e financiadas pelo FEOGA tiveram como ponto fulcral conservar e valorizar o património rural e estabelecer apoios á agricultura (quadro 12).

Segundo a informação recolhida, a aplicação do FEOGA<sup>12</sup> durante o QCA III em Oliveira de Azeméis foi posta em prática exclusivamente no ano de 2002. A maior parte dos incentivos foram destinados à pequena agricultura e concedido a mais de duas dezenas de agricultores residentes no município.

Estes incentivos à pequena agricultura visam melhorar a competitividade agrícola e a sustentabilidade rural, reforçando o potencial humano, os serviços à agricultura e as áreas rurais. Existe também uma ambição em valorizar o espaço rural e uma tentativa de incentivar os mais jovens para a prática agrícola.

Um outro apoio concedido pelo FEOGA, foi para a diversificação na pequena agricultura, valorizando as pequenas explorações e apostar numa organização das produções locais. Esta diversificação passa por uma modernização destas pequenas explorações e apoios a novos projectos agrícolas.

Este fundo estrutural não apostou exclusivamente nos apoios à agricultura mas também na conservação do património natural.

Foi executado pela Câmara Municipal uma recuperação do Crasto – Damonde e pela Junta de Freguesia de Fajões a recuperação da Torre da Sra. da Ribeira com a finalidade de estes marcos históricos não perderem a sua importância enquanto elementos do espaço rural do município.

O FEOGA funcionou também como um plano de intervenção no Parque Temático Molinológico na freguesia de Ul. Esta intervenção procurou recriar todo o percurso associado às actividades da secagem, moagem de cereais e fabrico do pão.

Ambicionou entrar nos circuitos da oferta turística da região numa perspectiva de promoção do município enquanto destino turístico ligado à promoção dos recursos patrimoniais, históricos e paisagísticos (figura 22).

---

<sup>12</sup> Segue em anexo toda a informação sobre os projectos financiados pelo FEOGA, durante o QCA III em Oliveira de Azeméis (quadro XI).

A cidade de Oliveira de Azeméis apesar de apresentar características urbanas está também envolvida pelo espaço rural, que deve ser aproveitado potencializando os seus recursos endógenos.



Fonte: Autora

**Figura 22** - Parque Temático Molinológico (FEOGA)

Em suma, durante o QCA III, a Câmara Municipal foi o organismo mais activo entre actores públicos e privados e deu especial prioridade às obras públicas financiadas pelo FEDER, com a tentativa de reduzir a diferença dos níveis de desenvolvimento de todas as freguesias que integram o município. Estes investimentos tentaram criar um desenvolvimento equilibrado e sustentável através de investimentos no sector da educação, na preocupação com a saúde e bem-estar, com a melhoria dos instrumentos de gestão territorial, das acessibilidades à cidade e apoios à indústria.

O FSE e o FEOGA apesar de terem sido menos interventivos não deixam de ser menos importantes. O FSE foi imprescindível, pois apostou sempre numa formação profissional proporcionando mão-de-obra qualificada e permitiu uma formação de excelência à autarquia local de forma a conseguirem responder de forma mais eficiente a todos os munícipes.

O FEOGA estimulou as pequenas explorações agrícolas e recuperou algum do património histórico-cultural existente no espaço rural do concelho.

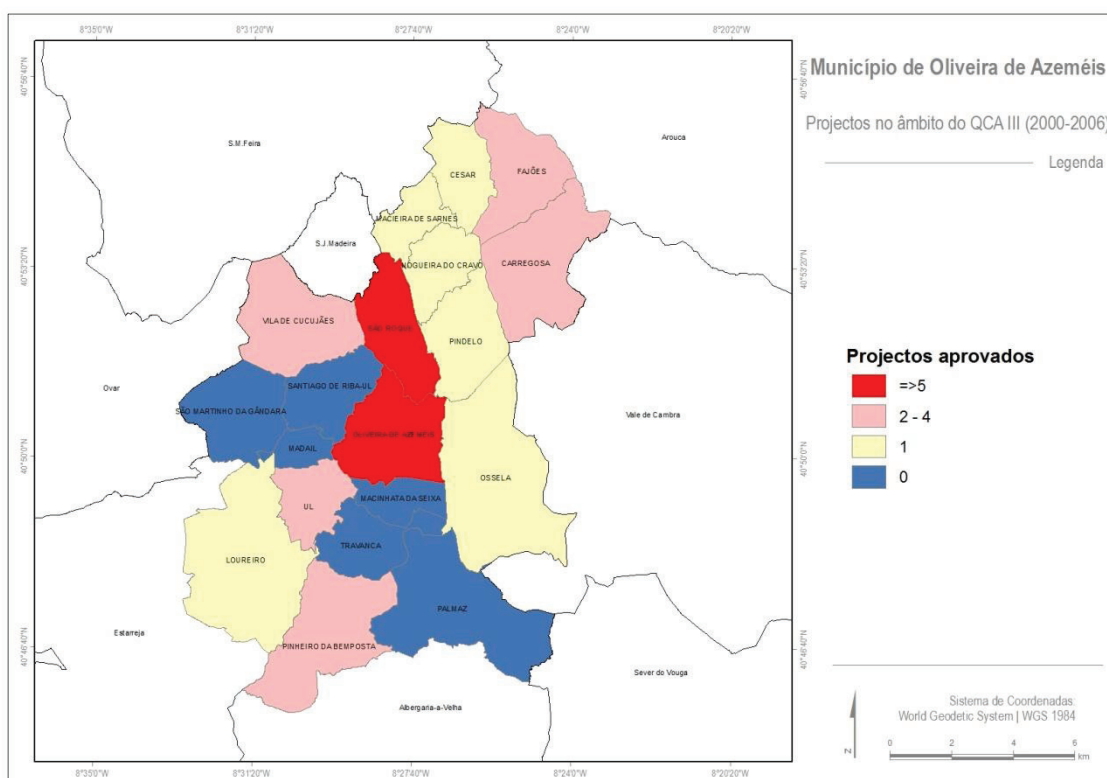


Em relação ao fundo estrutural IFOP, que não teve qualquer tipo de aplicação neste município, pois a localização geográfica do concelho não é em áreas costeiras nem há existência de actividade piscatória.

**Quadro 12** - Quadro resumo do número de projectos aprovados em Oliveira de Azeméis, em 2000-2006 (FEOGA)

QCA III	
Tipos de Intervenção	Nº de Projectos Aprovados
Apoio à Pequena Agricultura	23
Diversificação na Pequena Agricultura	2
Conservação do Património Rural	3

Fonte: Elaboração Própria



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 23** - Projectos no âmbito do QCA III em Oliveira de Azeméis, por freguesia

### **5.3. A Região Norte e o Quadro de Referência Estratégico Nacional**

No seguimento das políticas regionais promovidas pela União Europeia, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013) surge como um novo ciclo na aplicação dos fundos comunitários, visando promover uma maior coesão territorial a nível regional e local em Portugal.

Este novo modelo apresenta-se ainda mais competitivo, caracterizado por uma produção ainda mais qualificada e diferenciada, recorrendo a recursos mais avançados e específicos com a finalidade de garantir maior resposta a procura globais.

O Programa Operacional da Região Norte, sob a designação “ON.2 – O Novo Norte 2”, apresenta como eixos prioritários:

- Competitividade, inovação e conhecimento;
- Valorização económica de recursos específicos;
- Valorização e qualificação ambiental e territorial;
- Qualificação do Sistema Urbano;
- Governação e capacidade institucional.

Estas estratégias são assim delineadas para projectos de carácter público ou privado, sectores de actividade, serviços públicos, cultura e no âmbito de políticas de território e de ambiente. A administração pública, autarquias locais e agentes de desenvolvimento regional são os executores destes projectos.

#### **5.3.1. Oliveira de Azeméis e o Quadro de Referência Estratégico Nacional**

No âmbito do QREN, o município entendeu que devia dar especial atenção à criação de fóruns sectoriais, promoção de parcerias público-privadas e à concepção de áreas de localização industrial.

Ao fazer uma análise das obras públicas e de alguns projectos que foram executados pela Câmara Municipal e outras entidades com o apoio do QREN, vamos conseguir compreender quais foram realmente as candidaturas aprovadas para ajudar à dinamização do concelho e se foram de encontro às ambições iniciais da autarquia local.

Todos os programas operacionais definidos pelo QREN actuaram no município, sendo que uns mais activos do que outros (figura 31).

### 5.3.2. ON.2 e FEDER

O programa operacional ON.2 desde a aprovação do primeiro projecto até ao momento, foi o programa que abrangeu mais candidaturas por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Estas candidaturas, financiadas pelo fundo estrutural FEDER<sup>13</sup>, foram feitas com o objectivo de aumentar a competitividade, a inovação e o conhecimento (quadro 13).

As primeiras candidaturas aprovadas remetem para o ano de 2008 onde foram feitas intervenções de forma a qualificar o território e apoio à inovação.

As obras executadas passaram pela construção do Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis (figura 24), pois era um edifício abandonado e degradado. Esta intervenção teve como objectivo promover a cultura, reunir documentação (alguma com mais de um século), impedir a perda de documentação importante e posteriormente facilitar a consulta e a investigação da história do concelho.



Fonte: Autora

**Figura 24** - Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis (FEDER)

---

<sup>13</sup> Consultar em anexo, onde se encontra os projectos financiados pelos FEDER durante o QREN (quadro XII).

O apoio concedido para a inovação foi executado pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria através do projecto “TEC Escolas EDV”, apostando na sociedade de conhecimento.

Em 2009 os projectos abrangidos pelo ON.2 e financiados pelo FEDER foram todos executados pela autarquia local e consistiu na prevenção de gestão e riscos locais, no apoio à modernização administrativa e nas infra-estruturas para a educação.

O primeiro projecto consistiu na elaboração do Plano de Emergência Municipal onde se definem as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil para evitar graves acidentes para o homem e para o ambiente.

O apoio à modernização administrativa passou pela criação do Balcão Único, sendo um serviço de atendimento aos utentes deste município e que podem ver as suas dúvidas dissipadas relativamente a assuntos ligados à autarquia.

A criação de Centros Escolares nas freguesias de Carregosa (Centro Escolar de Azagães) e Pinheiro da Bemposta (Centro Escolar do Curval), sendo este último o primeiro centro escolar do concelho, têm como objectivo apostar na modernização escolar e numa consecutiva valorização do território.

O ano de 2010 foi aquele onde foram executados um maior número de projectos e todos eles (novamente) da responsabilidade da Câmara Municipal. Deram continuidade a um projecto de modernização de novas infra-estruturas para a educação e apostaram na qualificação profissional e na regeneração urbana.

No âmbito da educação foi criado um novo centro escolar no município, mais concretamente na freguesia de São Roque junto à escola do 2º e 3º ciclo do ensino básico que tinha sido financiada pelo QCA III em 2001, onde a autarquia continua a apostar na modernização de infra-estruturas e equipamentos e promover um crescente desenvolvimento nesta freguesia (figura 25).

Em relação à qualificação territorial, foi apresentado pela autarquia local o projecto “Bibli móvel - Serviço de leitura itinerante”, com recurso a uma carrinha móvel de forma a disponibilizar a toda a população, principalmente para aqueles que têm maior dificuldade, um maior acesso à leitura e à informação.

A grande intervenção no ano de 2010 esteve associada à regeneração urbana no Parque da La-Salette através da criação do Centro de Interpretação do Vidro (figura 26), do novo Parque de Merendas, da Nova Mata do parque e da requalificação de Equipamento Urbano Multifuncional na La-Salette.



Fonte: Autora

**Figura 25 - Centro Escolar de São Roque (FEDER)**



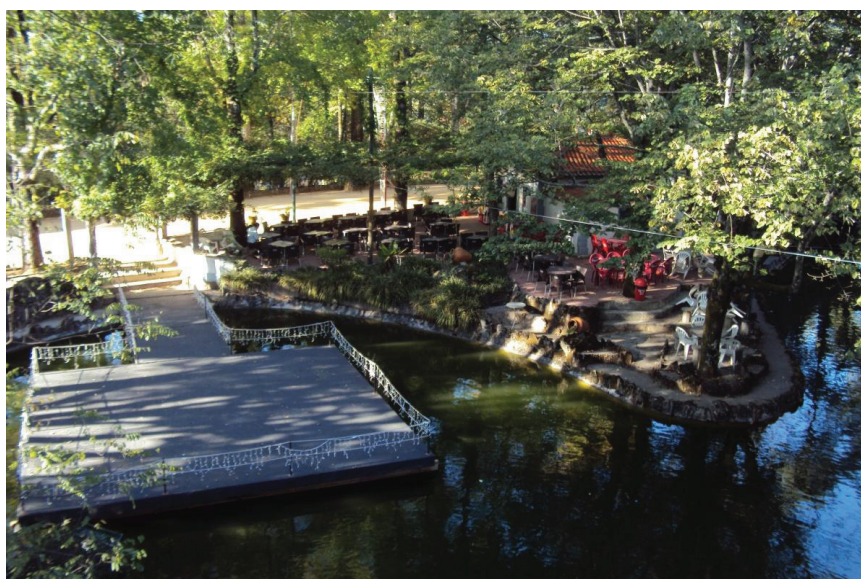
Fonte: Autora

**Figura 26 - Centro de Interpretação da Indústria Vidreira (FEDER)**

Esta grande intervenção pretendeu renovar e melhorar o maior cartão-de-visita da cidade, tornando este parque um pólo natural de excelência à escala metropolitana e regional.

O Parque da La-Salette (figura 27) exerce uma enorme atracção turística para muitos, estando classificado como um espaço de interesse público e também é um espaço de excelência ambiental integrado na Área Metropolitana do Porto. Neste parque nasceu a indústria vidreira e a posterior criação do Centro de Interpretação do Vidro permite divulgar e valorizar a história e dar a conhecer a todos a indústria vidreira.

A regeneração deste parque deseja conseguir uma maior segurança, através da reorganização da circulação viária e conforto para todos os visitantes. Para isso foi necessária a construção da Nova Mata, do Equipamento Urbano Multifuncional e do Parque de Merendas.



Fonte: Autora

**Figura 27** - Regeneração do Parque da La-Salette (FEDER)

O ano de 2011, segundo a informação recolhida, ficou marcado por uma modernização das infra-estruturas industriais pela autarquia local.

Esta modernização de infra-estruturas remete para implantação de reguladores de fluxos luminosos. Este projecto demonstra uma preocupação com as questões ambientais, melhorando o desempenho energético apostando assim em energias renováveis.

Foi prestado um auxílio à área de acolhimento empresarial nas freguesias de Ul e Loureiro com o objectivo de estabelecer uma estratégia de desenvolvimento económico do município apostando na formação e na criação de espaços modernos e atractivos para os empresários, de forma a tornar o concelho ainda mais competitivo.

Este projecto tem ainda preocupações de carácter ambiental, urbanístico e de empreendedorismo e já fazia parte das ambições iniciais da Câmara Municipal quando afirmou que pretendia apostar em áreas de localização industrial, com um investimento ilegível aprovado superior a 10 milhões de euros.

Ainda em 2011, existiu a preocupação por parte da Câmara Municipal em regenerar espaços protegidos e classificados, nomeadamente a requalificação das margens do Rio Caima. Esta intervenção demonstra uma preocupação ambiental do principal rio do Município, com um investimento elegível de 1 milhão de euros.

**Quadro 13** - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FEDER), em Oliveira de Azeméis, desde 2007

QREN	
Tipos de Intervenção	Nº de Projectos Aprovados
Qualificação Territorial	2
Apoio á Inovação	1
Infra-estruturas para a Educação	3
Apoio à Modernização Administrativa	1
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais	1
Regeneração Urbana	5
Apoio Empresarial	1
Modernização de Infra-estruturas	1
Regeneração de espaços Protegidos e Classificados	1

Fonte: Elaboração Própria

#### 5.4.2. PHPO e FSE

O Programa Operacional Potencial Humano integrado nos programas operacionais do QREN e financiado pelo FSE<sup>14</sup> já mereceu aprovação de alguns

<sup>14</sup> Consultar tabela em anexo, onde se encontra os projectos financiados pelos FSE durante o QREN (quadro XIII).

projectos por parte da CCDR-N que foram executados pela Câmara Municipal e pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (quadro 14).

Comparativamente ao anterior programa, os projectos aprovados e financiados pelo FSE foram em menor número.

O ano de 2008 foi o primeiro a receber a aprovação e financiamento de alguns projectos para valorizar o potencial humano. Neste ano estabeleceu-se como primeira prioridade a qualificação da administração pública local, onde foram aprovados dois projectos, sendo um executado pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e o outro pela Câmara Municipal.

O interesse da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria em executar um projecto deste género, passa pela ambição de uma modernização na estrutura interna desta associação, pois esta associação é um bom exemplo a nível nacional, de como é possível reunir de forma harmoniosa os cinco municípios que integram a sub-região do EDV, de forma a resolver problemas que todos eles têm em comum.

Já o objectivo da Câmara Municipal em requalificar os serviços da administração pública, assenta numa formação para melhorar o atendimento e tornar os funcionários capazes de responder a novos desafios.

Em 2010 volta a existir um novo financiamento por parte do FSE executado novamente pelas mesmas entidades que em 2008. O projecto da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria preocupa-se com a promoção de acessibilidades na sub-região do EDV, demonstrando como a sub-região tem vindo a ser modernizada ao nível da rede viária.

Os estágios PEPAL 2011-2012 (figura 28) apresentados pela Câmara Municipal visam integrar os jovens com qualificação superior à realização de um estágio profissional em contexto real de trabalho, que crie condições para uma mais rápida e fácil integração no mercado de trabalho, proporcionando também a estes jovens novas competências profissionais e contacto com outros trabalhadores.

No ano de 2011 a Associação de Municípios de Santa Maria estabeleceu um projecto designado “Igualdade de Género no EDV”, com a finalidade de difundir uma cultura de igualdade. São estabelecidas medidas para combater estas desigualdades, nomeadamente na educação, formação e na promoção de uma maior igualdade de participação e acesso ao mercado de trabalho.

Este projecto merece destaque pela sua importância, pois é um problema da sociedade actual e contou com um investimento elegível aprovado de 42 mil euros.





Fonte: Autora

**Figura 28** - Estágios Pepal 2011-2012 na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (FSE)

**Quadro 14** - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FSE), em Oliveira de Azeméis, desde 2007 até 2011

QREN	
Tipos de Intervenção	Nº de Projectos Aprovados
Qualificação da Administração Pública Local	2
Integração Profissional	1
Promoção de Boas Práticas	1
Igualdade de Género	1

Fonte: Elaboração Própria

### 5.4.3. POVT, FC e FEDER

O Programa Temático de Valorização do Território integrado no QREN tem definido dois fundos estruturais: o FC e o FEDER. No caso de Oliveira de Azeméis foram apenas financiados dois projectos até á actualidade e exclusivamente pelo FEDER<sup>15</sup> (quadro 15).

<sup>15</sup> Consultar tabela em anexo, onde se encontra os projectos financiados pelos FEDER durante o QREN (quadro XIV).

Estes dois projectos assumem papéis distintos, mas de grande importância para a valorização do território. Um dos projectos foi executado pela Câmara Municipal e o outro pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade.

O projecto executado pela autarquia local baseou-se na criação de novas infra-estruturas e equipamentos desportivos na cidade, mais concretamente a criação do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Oliveira de Azeméis, contando com um investimento elegível aprovado superior a 800 mil euros (figura 29). Este tipo de projecto está de acordo com a política de construção da autarquia.

A construção do Pavilhão Gimnodesportivo pretende criar uma unidade de elevado rendimento desportivo, que favoreça a prática de modalidades e aumente o número de praticantes no concelho. Dá primazia à formação desportiva para todas as idades e que isso proporcione uma maior interacção social.

Este empreendimento está ainda preparado para o desporto de alta competição, envolvendo atletas e clubes, e a autarquia encontra aqui mais uma forma de promover a cidade. A localização deste pavilhão integra a área desportiva prevista pelo PDM e pelo PU da cidade de Oliveira de Azeméis.



Fonte: Autora

**Figura 29** - Pavilhão Gimnodesportivo (FEDER)

O segundo projecto aprovado pela CCDR-N no âmbito do POVT, assume um em distinto do anterior. Um projecto executado pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade foi desenvolvido em parceria com a Área Metropolitana do Porto e com os municípios que a compõem de forma a tornar a AMP mais acessível.

Este projecto tem a vontade de criar soluções para esta área do território nacional, recorrendo às potencialidades existentes no espaço, divulgar as suas acessibilidades e mobilidade urbana, disponibilizar informação sobre todos os lugares e transmitir uma boa imagem desta área metropolitana. A criação de soluções para promover a AMP ajuda posteriormente a promover a região norte de Portugal que tanto tem para oferecer a todos os cidadãos.

**Quadro 15** - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FEDER), em Oliveira de Azeméis, desde 2007

QREN	
Tipos de Intervenção	Nº de Projectos Aprovados
Infra-estruturas e equipamentos desportivos	1
Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	1

Fonte: Elaboração Própria

#### 5.4.4. PRODER e FEADER

Numa perspectiva de preservação de património local, o PRODER privilegia as áreas rurais. Essa valorização e preservação de património é possível através do fundo estrutural FEADER<sup>16</sup>.

Na cidade de Oliveira de Azeméis, foram executados até ao momento dois projectos e exclusivamente pela Câmara Municipal, de forma a valorizar algumas das áreas rurais e património natural do município (quadro 16).

O primeiro projecto aprovado no âmbito do PRODER, remete para o ano de 2010 e foi direccionado para a conservação e valorização do património rural. A autarquia aproveitou a existência de uma infra-estrutura escolar bastante antiga na freguesia de Palmaz (figura 30).

Foi realizada uma recuperação e refuncionalização da Escola Soares Basto de forma a conservar um edifício com importância para esta freguesia e também de alguma importância cultural. Este projecto vai ser recuperado para que esta pequena escola

<sup>16</sup> Em anexo segue um quadro, onde se encontra os projectos financiados pelos FEADER durante o QREN (quadro XV).

volte a ter actividades com novos espaços, para a realização de actividades direccionadas para a população sénior.

Existem problemas sociais, como o isolamento, que a autarquia local pretende combater com a recuperação deste espaço e que posteriormente respondam às necessidades e melhorem a qualidade de vida desta população.



Fonte: Autora e CM Oliveira de Azeméis

**Figura 30** - Projecto de requalificação da Escola Soares Basto em Palmaz (FEADER)

O segundo projecto foi executado em 2011 e designado como “Centro de provas gastronómicas do Parque Temático Molinológico”. Voltamos a lembrar que o Parque Temático Molinológico foi financiado pelo FEOGA durante o QCA III e visa promover não só o Parque, como também a freguesia de Ul.

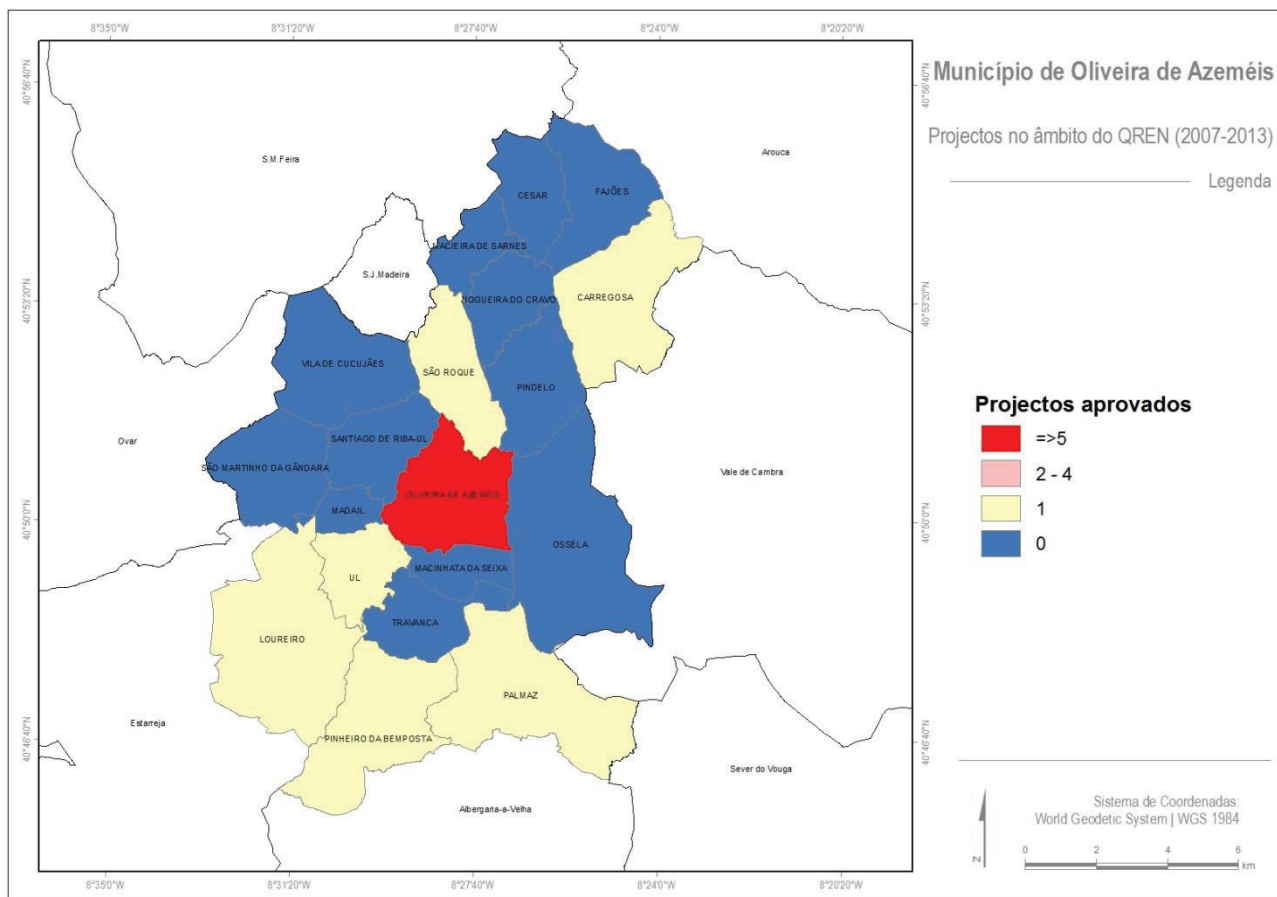
Oliveira de Azeméis apresenta alguma variedade de gastronomia local, mas há uma que se destaca, nomeadamente o Pão de Ul. Este pão é uma iguaria de excelência, com muita procura por parte da população dos municípios envolventes.

É importante a sua divulgação, pois a produção deste pão garante ao mesmo tempo o sustento de algumas famílias. A Câmara Municipal trabalha em parceria com a Associação de Produtores de Pão de Ul (APPUL) no âmbito de qualificar este pão como uma indicação geográfica protegida.

**Quadro 16 - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FEADER), em Oliveira de Azeméis, desde 2007**

QREN	
Tipos de Intervenção	Nº de Projectos Aprovados
Conservação e Valorização do Património Rural	2

Fonte: Elaboração Própria



Fonte: Elaboração Própria

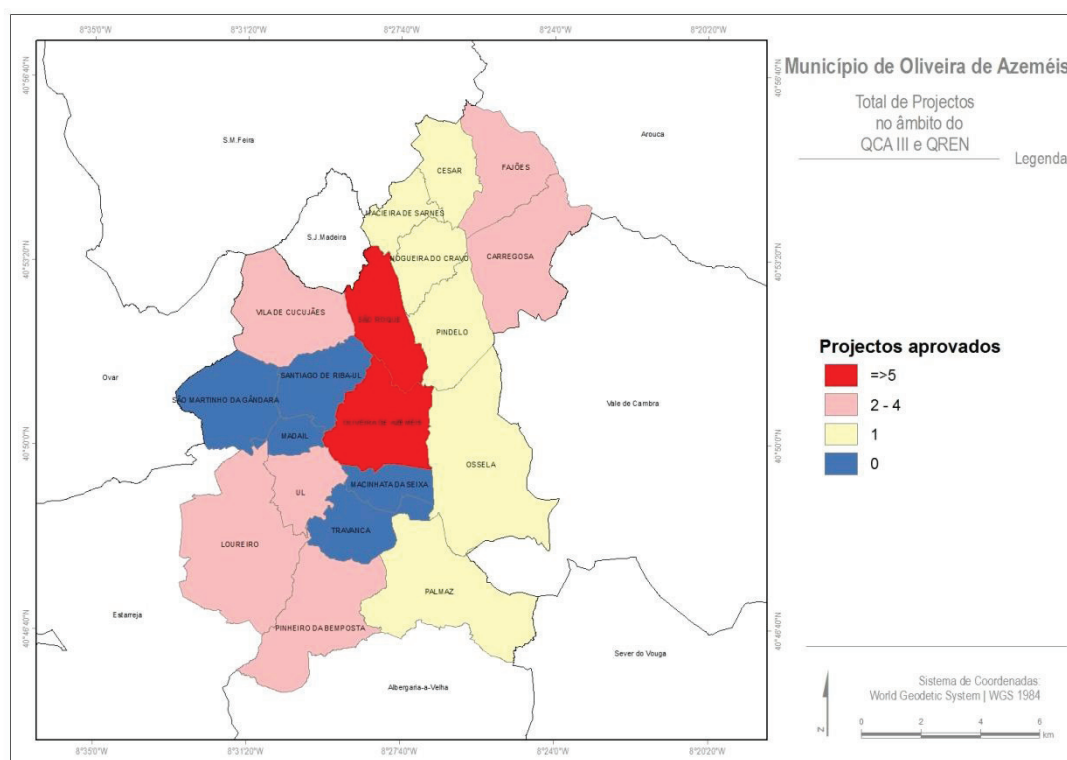
**Figura 31 - Projectos no âmbito do QREN em Oliveira de Azeméis, por freguesia**

De forma geral, a Câmara Municipal nestes dez anos foi sempre o organismo mais interventivo (figura 32). Os projectos que a CCDR-N aprovou e a comparticipação comunitária foram indispensáveis para o desenvolvimento de sectores que no início do século XXI se encontravam deficitários.

A autarquia local trabalhou sempre no sentido de desenvolver o território a nível económico, social e de forma sustentada. No entanto têm de ser lembradas algumas fraquezas por falta de planeamento municipal, destacando os sistemas ambientais locais que são importantes para um desenvolvimento territorial mas que ainda não são totalmente eficazes.

No futuro a autarquia vai continuar a trabalhar de forma empenhada para garantir o bem-estar a todos os cidadãos.

É ainda de realçar as parcerias existentes entre a autarquia e outras entidades público-privadas. Todos os organismos trabalharam para garantir uma maior coesão territorial para a sub-região do Entre Douro e Vouga.



Fonte: Elaboração Própria

**Figura 32** - Total de Projectos durante o QCA III e o QREN em Oliveira de Azeméis, por freguesia

## 6. Considerações Finais

Ao longo desta dissertação foi analisada a importância das políticas regionais da Europa e dos instrumentos de gestão territorial em Portugal para a coesão e o desenvolvimento dos territórios e das populações.

Através de uma abordagem geográfica que privilegiou a integração de escalas, foram apresentadas as temáticas relacionadas com a importância das iniciativas da União Europeia para a promoção do desenvolvimento regional; o modo como Portugal respondeu às orientações estratégicas da União Europeia, nomeadamente no que diz respeito aos instrumentos de desenvolvimento territorial e sua articulação com a política regional; e ainda as iniciativas que foram concretizadas no município de Oliveira de Azeméis, na última década, apoiadas pela União Europeia.

A política regional europeia assenta nos princípios orientadores de coesão, competitividade e cooperação territorial, e pretende reduzir as importantes assimetrias económicas, sociais e territoriais que ainda existem entre as regiões da Europa.

De forma complementar, destacam-se outros instrumentos para a promoção do desenvolvimento, orientados para domínios de intervenção específica como, por exemplo, os programas de iniciativa comunitária relacionados com o desenvolvimento rural (LEADER), as regiões de fronteira (INTERREG) e as áreas urbanas degradadas (URBAN, INTERREG), entre outros.

A valorização da componente territorial e o reconhecimento da coesão territorial como objectivo estratégico da União Europeia devem ser consubstanciadas em linhas orientadoras e acções como, por exemplo, a promoção de uma abordagem funcional do desenvolvimento integrado dos territórios; o desenvolvimento de políticas de base territorial através da coordenação das políticas e da governação (a vários níveis, do nível local ao europeu); a cooperação entre territórios, para orientar o respectivo desenvolvimento.

O desenvolvimento regional em Portugal ganha novos contornos a partir do final da década de 80, com o início dos ciclos dos quadros comunitários. O apoio da União Europeia foi decisivo para alavancar medidas estruturantes e alargar o âmbito de acção (sectorial) em cada ciclo de programação e execução das políticas públicas, e deste modo contribuir para o desenvolvimento e a participação de diversos agentes. As desigualdades regionais, decorrentes de factores tais como desvantagens estruturais relacionadas com o isolamento geográfico, mutações sociais e económicas recentes,

“esquecimento” político, entre outros, manifestam-se frequentemente em exclusão social, níveis de desemprego elevados, baixa qualificação académica, défice de infra-estruturas.

O nosso estudo de caso privilegiou a região Norte, a sub-região do Entre Douro e Vouga e o concelho de Oliveira de Azeméis.

A região norte de Portugal e a sub-região do Entre Douro e Vouga são classificadas como áreas de elevado crescimento demográfico, de grande dinamismo socioeconómico, com grandes bacias de empregabilidade e onde os sectores de actividade (principalmente o secundário e terciário) são fulcrais para o desenvolvimento do território.

Com a caracterização demográfica, social e económica do município de Oliveira de Azeméis, foi possível verificar um crescimento da população, com uma tendência para o envelhecimento da população tal como acontece nos restantes municípios que fazem parte da sub-região do Entre Douro e Vouga. Quanto aos sectores de actividade, foi possível concluir que o sector secundário é muito importante para a dinamização de todo o município e responsável por um grande número de população empregada.

No entanto é necessário realçar que existem algumas debilidades neste território apesar de ele se apresentar muito industrializado. As carências ao nível do saneamento básico, onde a título de exemplo, o município de Oliveira de Azeméis ainda não conseguiu instalar este sistema em todo o seu espaço administrativo.

Em relação ao Programa Operacional da Região Norte para o QCA III e para o QREN, nota-se uma evidente preocupação em promover e equilibrar o território. A Câmara Municipal tem-se mostrado empenhada em seguir a estratégia regional definida e tem submetido diversas candidaturas de acordo com prioridades definidas para estes programas.

No caso do QCA III, a primeira candidatura submetida em 2001 e o seu projecto pioneiro foi direccionado para os sistemas ambientais locais, o que revela uma preocupação com as questões ambientais e para um serviço que era inexistente em pleno século XXI.

Após a sua primeira candidatura outras foram surgindo, demonstrando uma preocupação com infra-estruturas e equipamentos públicos, apoios ao sector secundário, infra-estruturas escolares, formação profissional, entre outras, permitindo oferecer mais serviços e recursos de melhor qualidade.



Durante o QCA III, destaco também a importância da construção da Biblioteca Municipal que foi um impulsionador da cultura, um espaço de leitura e uma forma de homenagear o escritor natural do nosso município, Ferreira de Castro.

No âmbito do QREN, as primeiras candidaturas aprovadas foram no ano de 2008 tendo como ambição inicial uma valorização e qualificação do território e uma prevenção e gestão de recursos naturais com o desenvolvimento dos serviços de arquivo municipal e a criação do Plano de Emergência Municipal tendo em vista a segurança da população. Apostaram também na modernização administrativa e na valorização dos recursos existentes.

Neste período de uma década, foi identificada uma outra fragilidade no que respeita aos incentivos comunitários. As freguesias que mais beneficiaram do financiamento europeu foram aquelas que são envolventes à cidade, verificando-se em contrapartida uma ausência de intervenção nas freguesias com menor dinamismo demográfico e económico.

Esta questão merece sempre uma atenção especial por parte daqueles que estudam e trabalham em geografia.

O QREN tem o seu término no ano de 2013 e o município de Oliveira de Azeméis vai continuar a trabalhar para valorizar os recursos endógenos do seu território e atrair outros que sejam escassos. Continuará a promover o desporto e a incentivar os cidadãos para as práticas desportivas, a conceder incentivos ao sector industrial, a promover o turismo e a cultura, a investir na educação e nos seus equipamentos, tornando esta cidade um espaço com mais e melhores infra-estruturas e equipamentos, emprego e qualidade de vida, e uma referência de desenvolvimento no quadro da sub-região do Entre Douro e Vouga.

## Bibliografia e Fontes

### Referências Bibliográficas

ALVES, Fernando Correia (2011): “Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo: A Legislação Básica”, Almedina, Coimbra, 25 pp.

ALVES, M. Brandão (1994): “As possibilidades do desenvolvimento local”, SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (org.) – O Desenvolvimento Local é Possível?, Publicações Fórum, Lisboa, pp.17-26.

ALVES, R. (2001): Planeamento e Ordenamento do Território e o Estado Português. Contributos para uma intervenção renovada. IST, Lisboa.

ALVES, T. (2009): “Dinâmicas Industriais, Inovação e Territórios Inovadores – Abordagem sobre a Sub-Região do Entre Douro e Vouga”, Seminário de Licenciatura em Geografia Humana, Universidade de Coimbra (Não Publicado).

AMARO, Rogério Roque (1998): “O desenvolvimento local em Portugal. As lições do passado e as exigências do futuro”, in revista *A REDE para o Desenvolvimento Local*, Associação IN LOCO, Faro, pp. 59-64.

BAILLY, A. et BÉGUIN (1982): “Introduction à la Géographie Humaine”, Édition Masson, Paris.

BALEIRAS, Rui Nuno (2011): “Casos de Desenvolvimento Regional”, Porto Editora, Cascais, pp. 8-12.

BARROSO, Sérgio (2006): “O Ordenamento à Escala Municipal”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.), *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território* (vol.4), Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 306-345.

BENKO, Georges (1999): “A Ciência Regional”, Celta Editora, Lisboa. pp. 63-73.

CAETANO, M., V. NUNES e A. NUNES, 2009. CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.

CARRILHO, M.J (1991): “Aspectos Demográficos e Sociais da População Portuguesa no período 1864-1891: Evolução Global do Continente Português”, in *Estudos Demográficos*, nº30, pp.11-20.

CARVALHO, Jorge (2003): “Ordenar a Cidade”, Edições Quarteto, Coimbra, pp. 567.

CARVALHO, Paulo (2002): “Território e Desenvolvimento: Novas matrizes em Contextos Rurais”, in CAETANO, Lucília (coord.): Território e Trajectórias de Desenvolvimento, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 177-191.

CARVALHO, Paulo (2003): “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável: Problemas e Desafios. Um estudo de Caso no Centro de Portugal”, in Cadernos de Geografia, Actas do III Colóquio de Geografia de Coimbra (2001), Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 51-80.

CARVALHO, Paulo (2006): “O Planeamento Urbano como Instrumento da Política de Desenvolvimento Sustentável: Para uma Nova Visão do Binómio Território/Sociedade”, Actas das Comunicações do PLURIS 2006. 2º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, Universidade do Minho, Braga, 13 pp.

CARVALHO, Paulo (2008): “Cidades e valorização paisagística e de frentes aquáticas”, *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Vol.VI (2ª Série) Coimbra, pp. 327-338.

CARVALHO, Paulo (2009-a) – “Instrumentos de gestão territorial, inovação e cultura: a Carta Municipal do Património”, in *Cadernos de Geografia*, Departamento de Geografia (Universidade de Coimbra) e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, nº 26/27 (2007/2008), Coimbra, pp. 131-135.

CARVALHO, Paulo (2009-b) – “União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural”, in *Cadernos de Geografia*, Departamento de Geografia (Universidade de Coimbra) e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, nº 26/27 (2007/2008), Coimbra, pp. 67-76.

CARVALHO, Paulo (2009-c) – *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã.*, Edição da Câmara Municipal da Lousã, Lousã, 657 pp.

CMOA (Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis) (2011): Relatório de Candidaturas aprovadas no âmbito do QREN.

- CRAVIDÃO, F., e MATOS, M. A. (1990): “A População Portuguesa dos anos 60 ao Final do Século XX: O Envelhecimento Acelerado», in *Cadernos de Geografia*, n.º 9, Coimbra, pp. 35-48.
- COSTA, Eduarda Marques (2006): “O Ordenamento à Escala Europeia”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.), *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território* (vol.4), Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 260-278.
- DERREAU, Max (2002): “Géographie Humaine”, Armand Colin, Paris, pp.107-109
- DGOTDU (2008): “Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – Tirar partido da Diversidade territorial”, Lisboa.
- FERRÃO, João (1996): “A demografia portuguesa”, Cadernos do Público, Mirandela.
- FERRÃO, João (1996): “Três décadas de consolidação do Portugal Demográfico Moderno», in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Vol.1, Lisboa, ICS-UL, pp. 165-190.
- FERREIRA, António de Brum (1978): “Planaltos e Montanhas do Norte da Beira – Estudo de Geomorfologia”, memórias do Centro de Estudos Geográficos (Universidade de Lisboa), Lisboa.
- FERREIRA, Maria Júlia (coord) (2000): *Pensar o Ordenamento do Território: ideias, planos, estratégias* (Actas de Seminário), Universidade Nova, Lisboa.
- FIDÉLIS, Teresa (2001): *Planeamento Territorial e Ambiente. O caso da envolvente à Ria de Aveiro*, Principia, Cascais, pp. 25-31.
- FONSECA, Maria Lucinda (1993): “A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana”, in *Revista Finisterra*, Centro de Estudos Geográficos (Universidade de Lisboa), nº55/56, Lisboa, pp. 249-253.
- GASPAR, Jorge (1995): “ Estado da Arte sobre o ordenamento do Território”, Lisboa.
- GASPAR, Jorge e SIMÕES, José Manuel (2006): “O Planeamento de Âmbito Regional”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.), *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território* (vol.4), Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 207-242.

GASPAR, Jorge e SIMÕES, José Manuel (2006): “O Ordenamento à Escala Nacional”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.), *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território* (vol.4), Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 260-278.

GASPAR, Jorge e SIMÕES, José Manuel (2006): “ O Ordenamento à Escala Regional”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.), *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território* (vol.4), Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 279-305.

GARNIER, Jacqueline Beaujeu (1997): “Geografia Urbana”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 533 pp.

HENRIQUES, Eduardo Brito (2003): *Cultura e território, das políticas às intervenções. Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 596 pp.

LOBO, Manuel da Costa (1995): “ Planeamento Urbano em Portugal”, in *Sociedade e Território*, nº 21, Edições Afrontamento, Porto, pp. 8-15.

LOBO, Manuel da Costa (1999): “Planeamento Regional e Urbano, Universidade aberta, nº 189, Lisboa, 221 pp.

LOPES, Dulce (2010): “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial: Evoluções Recentes e Desafios Futuros”, in *Direito do Urbanismo e do Ambiente*, Sociedade Editora, Lisboa.

MARQUES, Teresa Sá (2002): “Dinâmicas Territoriais: Portugal na Transição do Século (XX/XXI)”, Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

MARQUES, Teresa Sá (2006): “Sistema Urbano e Territórios em Transformação” in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.), *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território* (vol.4), Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 190-210.

MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (2009): “Campos de Coimbra do Rural ao Urbano”, Dissertação de Doutoramento na área de Geografia (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra.

MOREIRA, Claudete Carla Oliveira (2010): “A Geografia e o Género: Um encontro Urbano – os Tempos e os Espaços nos Territórios de Coimbra”, Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, p. 287-288.

NEVES, A. Oliveira das (1996): “Planeamento estratégico e ciclo de vida das grandes cidades”, Celta Editora, Lisboa.

OLIVEIRA, Fernanda Paula (2009): “Portugal: Território e Ordenamento”, Almedina, Coimbra, pp. 7-41.

OLIVEIRA, J. M. Pereira (2002): “Notas de Extensão Universitária”, in *Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), nº 21/23 (2002/2004), 153-159 pp.

PARDAL, Sidónio e Lobo, Manuel da Costa (2000): “O conceito de Planeamento”, in LOBO, M. da Costa e tal (coords.): Normas Urbanísticas, Vol. IV, Planeamento integrado do território: elementos da teoria crítica, DGOTDU/Universidade técnica de Lisboa, Lisboa, pp. 1-10.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1999): “Introdução ao Ordenamento do Território”, Universidade Aberta nº177, Lisboa, 210 pp.

POEIRA, Lourdes, “Políticas do Território – O Planeamento”, Instituto Geográfico Português, 1-5 pp.

RIBEIRO, Orlando (1945): “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, Estudo Geográfico, Coimbra Editora, Coimbra, 245 pp.

ROCHA, Isabel e BATALHÃO, Carlos José (2010): “Urbanismo”, Porto Editora, Porto, pp. 44-73.

ROSA, Maria João Valente (1996): “O Envelhecimento da População Portuguesa”, Cadernos do Público, Mirandela.

ROSETA, Helena (1999): “A cidade insustentável ou as quatro condições de sustentabilidade urbana”, in Urbanismo, Associação dos Urbanistas Portugueses, nº3, Lisboa, pp. 12-20.

SILVA, Carlos Nunes (1993): “ As Determinantes Económicas e Políticas do Planeamento Municipal em Portugal”, in *Revista Finisterra*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (Universidade de Lisboa), nº55/56, Lisboa, pp. 23-58.

SIMÕES, José Manuel (2006):”O Planeamento de Âmbito Municipal”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.), *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território* (vol.4), Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 243-254.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2000): “A paisagem do futuro e o ordenamento do território”, Actas do Seminário, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, pp.82-87

VASCONCELOS, Lia (2003): “O território em contextos expandidos de participação – o desenvolvimento sustentável local”, in CAETANO, Lucília (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 277-290.

### **Bibliografia e fontes em páginas da Internet**

CMOA (Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis) (2006): Diagnóstico Social de Oliveira de Azeméis  
(In <http://www.redesocialazemeis.cm-oaz.pt>: consulta em 19.06.2011)

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2006): Relatório Final de Execução QCA III (2000-2006)  
(In <http://www.ccdr-n.pt>: consulta em 29.08.2011)

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
(In <http://www.dgotdu.pt>: consulta em 03.09.2011)

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS  
(In <http://www.igeo.pt/instituto/cegig>: consulta em 28.05.2011)

LEADER (2007): Programa Nacional  
(In [http://www.leader.pt/programa\\_nacional](http://www.leader.pt/programa_nacional))

QCA III (2000): Fundos Estruturais  
(In <http://www.qca.pt/fundos/estrutura>: consulta em 15.08.2011)

QCA III (2000): Iniciativas Comunitárias  
(In <http://www.qca.pt/iniciativas/estrutura>: consulta em 15.08.2011)

QREN (2007): Incentivos Comunitários  
(In <http://incentivos.qren.pt/document>: consulta em 29.08.2011)

UNIÃO EUROPEIA (2007): Tratado de Lisboa  
(In [http://europa.eu/lisbon\\_treaty](http://europa.eu/lisbon_treaty): consulta em: 12.01.2011)

### **Estatísticas e base de dados**

CORREIO DE AZEMEIS (2000-2011): *Jornal Semanário*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1900-2011): *Recenseamentos da população e da habitação, Lisboa*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2009): *Anuário Estatístico da Região Norte, Lisboa*

### **Fotografia e Ilustrações**

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

Instituto Nacional de Estatística

Tânia Cristina de Pinho Alves



## Índice

Agradecimentos .....	3
Resumo .....	4
Abstract .....	5
1. Introdução.....	6
1.1. Tema e objectivo da investigação.....	6
1.2. Âmbito da Investigação .....	7
1.3. Metodologia .....	8
1.4. Estrutura da Dissertação .....	9
2. Ordenamento e Desenvolvimento Territorial da União Europeia .....	11
3. Ordenamento e Desenvolvimento do Território em Portugal .....	25
4. Enquadramento Geográfico da Sub-região de Entre Douro e Vouga.....	35
4.1. Caracterização Demográfica da Sub-região de Entre Douro e Vouga.....	38
4.1.1. Evolução demográfica .....	38
4.1.2. Estrutura da população: o Índice de Envelhecimento.....	40
4.2. Estrutura Económica da Sub-região de Entre Douro e Vouga.....	41
4.3. Enquadramento do Concelho de Oliveira de Azeméis .....	45
4.3.1. Acessibilidades.....	47
4.3.2. Ocupação e Uso do Solo .....	49
4.3.3. Evolução, distribuição e estrutura da população no Concelho de Oliveira de Azeméis .....	51
4.3.4. Sectores de Actividade.....	58
5. As Iniciativas Comunitárias e as Intervenções Autárquicas.....	61
5.2. Oliveira de Azeméis e o Quadro Comunitário de Apoio III.....	61
5.2.1. URBAN e FEDER.....	62
5.2.2. EQUAL e FSE.....	68
5.3.1. Oliveira de Azeméis e o Quadro de Referência Estratégico Nacional .....	73
5.3.2. ON.2 e FEDER.....	74
5.4.2. PHPO e FSE.....	78
5.4.3. POVT, FC e FEDER.....	80
5.4.4. PRODER e FEADER .....	82
6. Considerações Finais .....	86
Bibliografia e Fontes .....	89

## Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento Geográfico da sub-região do Entre Douro e Vouga.....	35
Figura 2 - Mapa Hipsométrico da sub-região do Entre Douro e Vouga.....	36
Figura 3 - População Residente por Concelho no Entre Douro e Vouga de 1900 a 2011.....	39
Figura 4 - População Empregada por Sector de Actividade em Portugal e Região Norte, 1991-2001 .....	42
Figura 5 - População Empregada por Sector de Actividade no EDV, EM 1991-2001 .....	45
Figura 6 - Mapa Hipsométrico do Município de Oliveira de Azeméis .....	46
Figura 7 - Acessibilidade do Concelho de Oliveira de Azeméis.....	49
Figura 8 - Ocupação do Uso do Solo em Oliveira de Azeméis, por freguesia.....	50
Figura 9 - Evolução da população residente em Oliveira de Azeméis, em 1900-2011.....	52
Figura 10 - População residente em Oliveira de Azeméis em 2001, por freguesia.	53
Figura 11 - População residente em Oliveira de Azeméis em 2011, por freguesia ..	54
Figura 12 - Variação da população residente em Oliveira de Azeméis, em 1991-2001, for freguesia .....	55
Figura 13 - Variação da população residente em Oliveira de Azeméis, em 2001-2011, for freguesia .....	56
Figura 14 - População residente no Município de Oliveira de Azeméis por grupos etários, em 1991-2001 .....	57
Figura 15 - Estrada Nacional 224 (FEDER) .....	63
Figura 16 - Escola EB 2,3 na freguesia de São Roque (FEDER).....	64
Figura 17 - Acessos da Zona Industrial á Cidade (FEDER) .....	65
Figura 18 - Pavilhão Desportivo Oliveirense (FEDER) .....	65
Figura 19 - Arruamentos na Zona Industrial Monte Meão (FEDER).....	66
Figura 20 - Biblioteca Municipal (FEDER).....	67
Figura 21 - Centro de Formação Multiformactiva (FSE) .....	68
Figura 22 - Parque Temático Molinológico (FEOGA).....	71
Figura 23 - Projectos no âmbito do QCA III em Oliveira de Azeméis, por freguesia .....	72
Figura 24 - Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis (FEDER).....	74

Figura 25 - Centro Escolar de São Roque (FEDER) .....	76
Figura 26 - Centro de Interpretação da Indústria Vidreira (FEDER) .....	76
Figura 27 - Regeneração do Parque da La-Salette (FEDER).....	77
Figura 28 - Estágios Pepal 2011-2012 na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (FSE).....	80
Figura 29 - Pavilhão Gimnodesportivo (FEDER) .....	81
Figura 30 - Projecto de requalificação da Escola Soares Basto em Palmaz (FEADER).....	83
Figura 31 - Projectos no âmbito do QREN em Oliveira de Azeméis, por freguesia .....	84
Figura 32 - Total de Projectos durante o QCA III e o QREN em Oliveira de Azeméis, por freguesia.....	85

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Dados Territoriais do EDV (2009) .....	37
Quadro 2 - População Residente no Entre Douro e Vouga entre 1900 e 2011.....	38
Quadro 3 - Variação da População no EDV, em 1981-2011, por município .....	40
Quadro 4 - Índice de Envelhecimento no EDV, em 1991 e 2001.....	41
Quadro 5 - Estrutura da população empregada no EDV, em 1991-2001, por concelho .....	44
Quadro 6- População residente em Oliveira de Azeméis, em 1900-2011, por freguesia .....	51
Quadro 7 - Número de empresas sedeadas no município de Oliveira de Azeméis no sector primário, por secção de CAE - Rev.3, em 2009 .....	58
Quadro 8 - Número de empresas sedeadas no município de Oliveira de Azeméis no sector secundário, por secção de CAE - Rev.3, em 2009 .....	59
Quadro 9 - Número de empresas sedeadas no município de Oliveira de Azeméis no sector terciário por secção de CAE - Rev.3, em 2009.....	60
Quadro 10 - Quadro resumo do número de projectos aprovados em Oliveira de Azeméis, em 2000-2006 (FEDER) .....	67
Quadro 11 - Quadro Resumo do Número de Projectos Aprovados em Oliveira de Azeméis, em 2000-2006 (FSE).....	69
Quadro 12 - Quadro resumo do número de projectos aprovados em Oliveira de Azeméis, em 2000-2006 (FEOGA).....	72

Quadro 13 - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FEDER), em Oliveira de Azeméis, desde 2007 .....	78
Quadro 14 - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FSE), em Oliveira de Azeméis, desde 2007 até 2011 .....	80
Quadro 15 - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FEDER), em Oliveira de Azeméis, desde 2007 .....	82
Quadro 16 - Quadro resumo do número de projectos aprovados (FEADER), em Oliveira de Azeméis, desde 2007 .....	84

# Anexos

### Quadro I - Variação da População no EDV 1981-2001

Distribuição Geográfica	Variação da População entre 1981 e 2001	
	Variação Total (%)	
<b>Entre Douro e Vouga</b>	6,52	
Arouca	-0,01	
Santa Maria da Feira	8,32	
Oliveira de Azeméis	6,41	
São João da Madeira	12,21	
Vale de Cambra	1,29	

Fonte: Recenseamentos Gerais da População (1981-2011), Lisboa, INE

### Quadro II - Índice de Envelhecimento no EDV 1991

Distribuição Geográfica	População Residente				
	0-14	15-24	24-64	65 ou mais	Índice de Envelhecimento (%)
<b>Arouca</b>	5685	4381	12286	3553	62,50
<b>Santa Maria da Feira</b>	26332	22159	70742	10479	39,80
<b>Oliveira de Azeméis</b>	14520	11975	39243	7021	48,35
<b>São João da Madeira</b>	4025	3162	11050	1700	42,24
<b>Vale de Cambra</b>	5231	4255	13798	3281	62,72

Fonte - Recenseamento Geral da População (1991), Lisboa, INE

### Quadro III - Índice de Envelhecimento 2001

Distribuição Geográfica	População Residente				
	0-14	15-24	24-64	65 ou mais	Índice de Envelhecimento (%)
<b>Arouca</b>	4391	3968	9996	3915	89,16
<b>Santa Maria da Feira</b>	25028	20087	70963	15032	60,06
<b>Oliveira de Azeméis</b>	12198	10357	38840	9326	76,46
<b>São João da Madeira</b>	3656	3145	11745	2556	69,91
<b>Vale de Cambra</b>	3931	3768	28810	4039	102,75

Fonte: Recenseamento Geral da População (2001), Lisboa, INE

**Quadro IV - População Residente por Sector de Actividade e Sexo no EDV, em 1960**

Distribuição Geográfica	Total	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	HM	H	M	H	M	H	M
<b>Portugal</b>	3 022 116	1 225 837	104 410	824 155	174 670	432 205	260 839
<b>Região Norte</b>	917 030	402 022	50 878	234 728	87 797	72 078	69 527
<b>Entre Douro e Vouga</b>	66 179	17 371	2124	30 042	7402	5818	3422
Arouca	8454	5518	384	1394	114	531	513
Feira	29734	4122	1079	16069	4792	2474	1198
Oliveira de Azeméis	15906	3644	348	8312	1302	1375	925
São João da Madeira	4972	170	15	2379	1018	962	428
Vale de Cambra	7113	3917	298	1888	176	476	358

Fonte: Recenseamento Geral da População (1960), Lisboa, INE

**Quadro V - População Residente por Sector de Actividade e Sexo no EDV, em 1981**

Distribuição Geográfica	Total	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	HM	H	M	H	M	H	M
<b>Portugal</b>	3 828 241	494 533	261337	1 108 139	372 209	1 592 023	670 480
<b>Região Norte</b>	1 326589	272106	434 629	621631	184 179	437452	177 616
<b>Entre Douro e Vouga</b>	102366	6167	8400	44930	21248	13107	8814
Arouca	8316	2367	1844	2211	199	1083	612
Santa Maria da Feira	47230	1066	1864	22864	11740	5899	3797
Oliveira de Azeméis	28228	1180	2065	12803	6632	3503	2345
São João da Madeira	7833	44	30	3061	2004	1470	1224
Vale de Cambra	10759	1510	2597	3991	673	1152	836

Fonte: Recenseamento Geral da População (1981), Lisboa, INE

**Quadro VI - População Residente por Sector de Actividade e Sexo no EDV, em 1991**

Distribuição Geográfica	Total	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	HM	H	M	H	M	H	M
<b>Portugal</b>	4 129 709	289490	156138	1 730 047	490 776	1 114 374	1 005 884
<b>Região Norte</b>	1 501 891	97 243	61 619	46 3327	278 683	323 325	277 620
<b>Entre Douro e Vouga</b>	120 371	3 260	4 058	48 563	30 773	17 799	15 918
Arouca	9 280	1 227	1 229	3 087	1 176	1 489	1 082
Santa Maria da Feira	57 118	527	730	24 146	16 229	8 381	7 075
Oliveira de Azeméis	33 260	595	771	13 901	9 218	4 565	4 210
São João da Madeira	9 441	23	10	3 325	2 467	1 832	1 784
Vale de Cambra	11 262	888	1 318	4 074	1 683	1 532	1 767

Fonte: Recenseamento Geral da População (1991), Lisboa, INE

**Quadro VII - População Residente por Sector de Actividade e Sexo no EDV, em 2001**

Distribuição Geográfica	Total	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	HM	H	M	H	M	H	M
<b>Portugal</b>	4 650 947	155 387	76 259	1 632 638	493 680	2 786 663	1 481 920
<b>Região Norte</b>	1 656 015	52 100	26 626	48 6588	271 491	396 663	422 635
<b>Entre Douro e Vouga</b>	140 184	1872	3331	51076	28989	22758	21711
Arouca	10136	720	469	3597	1572	1184	1894
Santa Maria da Feira	70 728	474	412	25508	16321	12108	12595
Oliveira de Azeméis	35 458	364	2065	14157	6632	5367	2345
São João da Madeira	10 913	34	22	3341	2512	2322	2682
Vale de Cambra	11 040	280	363	4473	1952	1777	2195

Fonte: Recenseamento Geral da População (2001), Lisboa, INE



**Quadro VIII - Variação da População (1900 - 2011) em Oliveira de Azeméis por freguesia**

Distribuição Geográfica	Variação da População por Freguesia (%)						
	1900 - 1911	1920 - 1940	1950 - 1960	1970 - 1981	1981 - 1991	1991 - 2001	2001 - 2011
Carregosa	13,72	7,49	8,33	18,48	14,92	0,23	-3,18
Cesar	22,04	10,57	19,58	20,03	8,30	20,04	-3,86
Fajões	16,71	10,82	17,41	18,62	4,82	2,19	-2,48
Loureiro	5,92	2,90	-3,37	7,00	4,17	3,41	1,17
Macieira de Sarnes	13,91	32,16	26,39	19,50	-1,70	0,96	-7,63
Macinhata da Seixa	9,76	3,55	25,50	22,52	0,84	0,21	-3,25
Madaíl	29,02	3,46	5,13	9,06	19,29	9,95	-8,71
Nogueira do Cravo	12,64	21,42	33,15	17,40	6,26	6,38	0,04
Oliveira de Azeméis	12,15	17,41	13,00	13,13	11,36	15,38	8,92
Ossela	-1,63	7,58	10,63	-1,63	11,80	7,59	-12,92
Palmaz	13,08	15,66	-0,59	7,62	9,44	-0,14	-2,30
Pindelo	16,20	18,31	22,10	10,33	5,94	7,36	-5,51
Pinheiro da Bemposta	11,18	12,77	11,50	8,33	9,51	5,51	-8,15
Santiago de Riba-UI	14,02	28,56	19,67	19,65	6,10	15,09	-4,22
São Martinho da Gandara	11,38	9,67	1,12	5,02	-0,09	2,32	-13,19
São Roque	27,87	26,46	18,66	18,18	17,32	6,28	-4,47
Travanca	7,72	14,73	10,31	16,93	7,89	-35,20	52,72
UI	10,17	-2,27	6,62	3,68	2,44	-0,84	-14,16
Vila de Cucujães	13,07	17,14	10,39	8,31	-1,88	-0,32	-3,58

Fonte: Censos/Recenseamentos Gerais da População 1911;1940;1960,1981;1991;2001;2011, Lisboa, INE

### Quadro IX - Projectos financiados pelo FEDER durante o QCA III

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Despesa Pública	Participação Comunitária
2001	Sistemas Ambientais Locais	Abast. Água e Dren. Águas Residuais e Pluviais EM 533 - Cucujães-Loureiro	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 685.847	€ 514.385
2001	Sistemas Ambientais Locais	Ab. de Ág. e Rede de Esgotos S. Roque/Nog. Cravo-1ª Fase	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 2.331.880	€ 1.632.316
2001	Sistemas Ambientais Locais	Ab. de Ág. a Pinheiro da Bemposta	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 871.899	€ 610.329
2001	Sistemas Ambientais Locais	Rede de Esgotos de Pindelo e Ossela-1ª Fase	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 608.533	€ 425.973
2001	Redes e Sistemas de Transportes Locais	Via do Nordeste - 2ª Fase - Conclusão	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 790.045	592.534
2001	Qualificação Territorial	Planos Urbanização e Pomenor previstos no PDM	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 404.613	€ 303.460
2001	Qualificação Territorial	Centro Cultural e Social de S. Roque	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 599.530	€ 419.674
2001	Qualificação Territorial	Arranjo Exterior Área Central de Cucujães	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 654.672	€ 425.637
2001	Qualificação Territorial	Recuperação do Centro Histórico da Bemposta	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 473.858	€ 308.008
2001	Valorização e Promoção Regional e Local	Núcleo Museológico do Molinho e do Pão	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 152.05	€ 114.040
2001	EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial	Via do Nordeste - 3ª Fase	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 2.267.036	€ 1.700.277
2001	EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial	Planos de Pomenor de Zonas Industriais previstos no PDM	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 158.855	€ 119.141
2001	EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial	Reconstrução de Muros de Suporte em Equipamentos Públicos	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 143.155	€ 107.366
2001	EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial	Beneficiação da EM 537	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 319.231	€ 239.423

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apolos	Despesa Pública	Comparticipação Comunitária
2001	EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial	Reab. Ponte dos Cadeados	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 39.280	€ 29.460
2001	Infra-estruturas para a Educação	EB 2,3 Carregosa, Oliveira Azeméis	DREN	FEDER	€ 2.065.023	€ 1.548.767
2001	Infra-estruturas para a Educação	EB 2,3 São Roque, Oliveira de Azeméis	DREN	FEDER	€ 2.513.941	€ 1.885.456
2001	Acessibilidades e Transportes	Trab. Comp. EN224 - Variante Oliveira de Azeméis – Vale de Cambria	Instituto de Estradas de Portugal	FEDER	€ 3.847.478	€ 2.116.113
2002	Sistemas Ambientais Locais	Estrada Costa Mág/Travessas - S. Roque (Água potável - captação, distribuição, tratamento)	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 418.990	€ 314.242
2002	Sistemas Ambientais Locais	Abastec. Ág. e Rede Esgotos Fajões/Cesar/M. Sarnes - Conclusão	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 2.753.364	€ 1.927.355
2002	Redes e Sistemas de Transportes Locais	Vias Estruturantes da Cidade - 1ª Fase	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.784.393	€ 1.249.075
2002	Qualificação Territorial	Planos de Urbanização e Pormenor Previstos no PDM - 2ª Fase	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 79.633	€ 55.743
2002	Industria	Ligações Estruturantes da Zona Industrial à Cidade	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.800.660	€ 1.260.462
2002	Turismo	CIOL 2002 - O Nosso Sucesso Aberto ao Mundo	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 299.220	€ 209.454
2003	Qualificação Territorial	Bibliotecas Vivas - "Velhas Palavras Novas Leituras" - 318	Associação Municípios Terras Santa Maria	FEDER	€ 295.368	€ 221.526
2003	Infra-estruturas sociais e de saúde	Remodelação do Pavilhão Dr. Salvador Machado	UD Oliveirense	FEDER	€ 719.312	€ 449.570
2003	Infra-estruturas rodoviárias	EN1 Beneficiação no Concelho de Oliveira de Azeméis	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 2.166.567	€ 1.191.611

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Despesa Pública	Comparticipação Comunitária
2004	Infra-estruturas rodoviárias	EN224-3 e EN16-3 Benef. no Concelho de Oliveira de Azeméis	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 4.478.750	€ 2.463.312
2005	Redes e Sistemas de Transportes Locais	Vias Estruturantes da Cidade - 2ª Fase	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 289.155	€ 202.408
2005	Redes e Sistemas de Transportes Locais	Vias Estruturantes da Cidade - 3ª Fase	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 686.900	€ 412.140
2005	Qualificação Territorial	Biblioteca Municipal	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 2.588.511	€ 1.294.255
2005	Indústria	Mem Molde Norte	CENTIMFE- Centro Técnico da Indústria Moldes e Ferramentas	FEDER	€ 97.884	€ 73.413
2005	Indústria	Ligações Estruturantes Zona Industrial à Cidade - Conclusão	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.000.000	€ 700.000
2005	Indústria	Requalificação Arruamentos Zona Industrial Monte Meio-Cucujães	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 277.581	€ 194.306
2006	Indústria	1º Congresso Inter. EDV- Vocaçào Export. Tec. Empres. Região	AECO - Ass. Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 230.892	€ 173.236
2006	Sistemas Ambientais Locais	Interv. Priorit. Complem. Sist. Água Esgotos. Concelho.: Redes	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.046.764	€ 628.058
2006	Sistemas Ambientais Locais	Interv. Priorit. Compl. Sist. Esgotos Concelho.: Emissários e Redes	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.572.680	€ 943.608
2006	Infra-estruturas para a Educação	Centro Escolar de Azagães	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 871.000	€ 566.150
2006	Infra-estruturas sociais e de saúde	Piscina Coberta Municipal de Oliveira de Azeméis	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 2.277.535	€ 1.423.459

Fonte: CCDR-N

**Quadro X - Projectos financiados pelo FSE durante o QCA III**

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Despesa Pública	Comparticipação Comunitária
2003	Formação Profissional	Formação para Desenvolv. Empresarial	CESAE - Centro de Serviços de Apoio a Empresas	FSE	€ 254.507	€ 190.880
2003	Formação Profissional	Qualificação Prof.com Progressão Escolar	Multiformativa - Formação Prof.,Lda	FSE	€ 295.054	€ 184.409
2003	Formação Profissional	Qualificação Prof.com Progressão Escolar	Semente - Form.Prof.Gest. e Desenv. de Rec.	FSE	€ 228.973	€ 143.108
2004	Formação à autarquia local	FORAL - Candidatura	CM Oliveira de Azeméis	FSE	€ 4.564	€ 3.423
2004	Formação à autarquia local	FORAL - Candidatura	CM Oliveira de Azeméis	FSE	€ 9.260	€ 6.945
2004	Formação Profissional	Qualificação Prof.com Progressão Escolar	Semente - Form.Prof.Gest. e Desenv. de Rec.	FSE	€ 251.686	€ 157.285
2005	Formação à autarquia local	FORAL - Candidatura	CM Oliveira de Azeméis	FSE	€ 2.522	€ 1.892
2005	Formação Profissional	Qualificação Prof.com Progressão Escolar	Semente - Form.Prof.Gest. e Desenv. de Rec.	FSE	€ 169.230	€ 105.768
2006	EDV - Competitividade, Coesão e Qualificação	EDV - Território Empresarial de Excelência	CM Oliveira de Azeméis	FSE	€ 598.859	€ 477.644

Fonte: CCDR-N

**Quadro XI - Projectos financiados pelo FEOGA durante o QCA III**

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Despesa Pública	Comparticipação Comunitária
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 2.965	€ 2.075
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 1.954	€ 1.466
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 778.12	€ 583.59
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 3.491	€ 2.444
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 3.283	€ 2.227
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 9.914	€ 6.939
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 9.923	€ 6.946
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 8.913	€ 6.685
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 3.072	€ 2.304
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 295	€ 206
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 3.129	€ 2.190
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 465	€ 325
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 1.347	€ 942
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 970	€ 679
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 7.505	€ 5.629
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 867	€ 606
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 4.052	€ 2.836
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 1.492	€ 1.045
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 2.084	€ 1.459

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Despesa Pública	Comparticipação Comunitária
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 2.084	€ 1.459
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 3.835	€ 2.685
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 371	€ 259
2002	Sector Agrícola	Apoio à pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 2.160	€ 1.512
2002	Sector Agrícola	Diversificação na pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 3.643	€ 2.250
2002	Sector Agrícola	Diversificação na pequena agricultura	Privado	FEOGA	€ 3.318	€ 2.322
2002	Conserv. Património Rural	CR - Crasto - Damonde	CM Oliveira de Azeméis	FEOGA	€ 144.311	€ 91.010
2002	Conserv. Património Rural	CA - Torre á Sra. Da Ribeira	Junta Freguesia Fajões	FEOGA	€ 59.130	€ 44.347
2002	Conserv. Património Rural	Parque Temático Molinológico	CM Oliveira de Azeméis	FEOGA	€ 54.867	€ 21.947

Fonte: CCDR-N

**Quadro XII - Projectos financiados pelo FEDER durante o QREN**

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Investimentos Elegível Aprovado
2008	Qualificação Territorial	Instalação e desenvolvimento dos serviços do arquivo municipal	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 313.846
2008	Apoio à Inovação	TEC Escolas EDV	Associação Municípios Terras Santa Maria	FEDER	€ 380.158
2009	Infra-estruturas para a Educação	Centro Escolar de Azagães, Carregosa	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.003.082
2009	Infra-estruturas para a Educação	Centro Escolar do Curvel, Pinheiro da Bemposta	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 132.824
2009	Apoio à modernização administrativa	GAM - Baicão Único	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 416.272
2009	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais	Plano de Emergência Municipal	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 50.000
2010	Regeneração Urbana	Criação do Centro de Interpretação do Vêtro - Parque de La-Salette	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 16.580.582
2010	Regeneração Urbana	Novo parque de merendas do parque de La-Salette	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 237.895
2010	Regeneração Urbana	Nova mata de La-Salette	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 468.000
2010	Regeneração Urbana	Requalificação de Equipamento Urbano Multifuncional	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 311.250
2010	Qualificação Territorial	Biblimóvel - serviço de leitura itinerante	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 94.647
2010	Regeneração Urbana	Requalificação do Parque de La-Salette e a sua envolvente	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 5.029.296
2010	Infra-estruturas de Educação	Centro Escolar de São Roque	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.253.072
2011	Apoio Empresarial	Apoio a Empresas de acolhimento empresarial UI - Loureiro	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 10.911.569
2011	Modernização de Infraestruturas	Instalação de reguladores de fluxos luminosos	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 339.300
2011	Regeneração de Espaços Protegidos e Classificados	Requalificação das margens do Rio Cainra	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 1.000.000

Fonte: CM Oliveira de Azeméis



### Quadro XIII - Projectos financiados pelo FSE durante o QREN

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Investimentos Elegível Aprovado
2008	Qualificação da adm. pública local	Formação para o atendimento	CM Oliveira de Azeméis	FSE	€ 32.479
2008	Qualificação da adm. pública local	Gestão de serviços	Ass. Municipios Terras de Santa Maria	FSE	€ 517.691
2010	Integração Profissional	Estágios Pcpal 2011/2012	CM Oliveira de Azeméis	FSE	€ 67.356
2010	Promoção de boas práticas	Promoção de acessib. no EDV	Ass. Municipios Terras de Santa Maria	FSE	€ 639.716
2011	Form. públicos estratégicos	Igualdade de Género no EDV	Ass. Municipios Terras de Santa Maria	FSE	€ 42.000

Fonte: CM Oliveira de Azeméis

### Quadro XIV - Projectos financiados pelo FEDER durante o QREN

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Investimento Elegível Aprovado
2008	Infra-estruturas e equipamentos desportivos	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de OAZ	CM Oliveira de Azeméis	FEDER	€ 897.112
2009	Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	AMP acessível	Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade	FEDER	€ 614.950

Fonte: CM Oliveira de Azeméis

**Quadro XV - Projectos financiados pelo FEADER durante o QREN**

Ano	Designação do Projecto	Intervenção	Executor	Apoios	Investimento Elegível Aprobado
2010	Conservação e Valorização do Património Rural	Recup. e Refunc. da Escola Soares Basto em Palmaz	CM Oliveira de Azeméis	FEADER	€ 147.688
2011	Conservação e Valorização do Património Rural	Centro provas gastronómicas do Parque Temático Molinológico	CM Oliveira de Azeméis	FEADER	€ 185.644

Fonte: CM Oliveira de Azeméis